



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TONY WÉRISON DE SOUSA RAMOS RIBEIRO

**CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DE
EMPODERAMENTO CIDADÃO DE EGRESSOS DA REDE DE ASSOCIAÇÕES DO
PRECE/CE**

FORTALEZA

2018

TONY WÉRISON DE SOUSA RAMOS RIBEIRO

CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DE
EMPODERAMENTO CIDADÃO DE EGRESSOS DA REDE DE ASSOCIAÇÕES DO
PRECE/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Danyelle Nilin Gonçalves.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R147c Ramos Ribeiro, Tony Wérison de Sousa.
Capital social e participação política : a experiência de empoderamento cidadão de egressos da rede de associações do PRECE/Ce / Tony Wérison de Sousa Ramos Ribeiro. – 2018.
189 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves.
1. Capital social. 2. Empoderamento. 3. Participação política. 4. Educação. I. Título.
- CDD 301
-

TONY WÉRISON DE SOUSA RAMOS RIBEIRO

CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DE
EMPODERAMENTO CIDADÃO DE EGRESSOS DA REDE DE ASSOCIAÇÕES DO
PRECE/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Sociologia da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Danyelle Nilin Gonçalves (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Rosângela Duarte Pimenta
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Ao saudoso amigo Orismar Barroso, que, em sua curta trajetória nesse mundo, encantou a todos com seu carisma, espírito de cooperação e solidariedade (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela graça, amor e fé!

Aos meus pais, Pedro e Elenita, por todo amor, dedicação, educação e esforço em me transformar no homem que sou. À minha irmã Myllana, que tanto me incentiva a seguir em frente nos meus estudos e à minha irmã Leyllane pelo apoio, devo tudo a vocês e não tenho palavras para agradecer tudo que sinto, apenas, amo todos vocês!

À Marília, minha “honeyzinha”, se não fosse por você, seu amor, companheirismo, estímulo, apoio e persistência em me fazer um “SerTão” melhor, certamente esse trabalho não teria sido realizado, te amo! Agradeço à família Studart Barbosa, com quem aprendo sobre dedicação, esperança e fraternidade.

À minha orientadora, Danyelle Nilin, pelo apoio, por acreditar no meu trabalho, por ter me dado autonomia, pela ajuda e orientação e, principalmente, pela compreensão em relação à minha condição de trabalhador. Muito obrigado, professora!

Ao casal de amigos Manoel Andrade e Ana Maria, vocês são uma inspiração para toda uma gente que sonha com dias melhores, com vocês aprendi o valor de comunidade.

À minha escola, Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Alan Pinho Tabosa, à gestão, equipe de professores e funcionários, pela compreensão e apoio nos momentos de apertado. Orgulho-me de conviver e aprender com educadores que, de fato, vivem o que é cooperação e solidariedade na prática.

Aos meus queridos estudantes, que são uma fonte de inspiração, com quem recarrego as baterias e nutro esperança em uma comunidade mais justa e com igualdade de oportunidades.

Aos amigos da Rede PRECE, pela disponibilidade e colaboração com na execução desse trabalho. Com os colegas aprendi o valor e a força da coletividade, a energia que emana quando nos unimos, a força da cooperação e da solidariedade em busca de objetivos comuns.

Aos professores que compuseram minha banca, Verônica Ximenes, Rosângela Pimenta e Jakson Aquino, por aceitarem o convite de colaborarem com minha pesquisa, pelas dicas, cuidado e atenção que tiveram na realização deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa a seguir se insere no circuito de trabalhos que buscam analisar a relação entre capital social e participação política. Nesse contexto, nosso objeto de estudo é a Rede de associações estudantis do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE). Nosso objetivo é analisar o PRECE como um espaço de socialização educacional e política e sua possível influência no empoderamento cidadão dos atores que participaram dessa experiência. Partimos da hipótese que o estoque de capital social gerado no PRECE elevou o nível de empoderamento cidadão e de potencial de capital social emancipatório dos egressos da experiência, influenciando positivamente os seus níveis de participação política. Através de sua metodologia de aprendizagem cooperativa e solidária, o movimento educacional do PRECE oportunizou, sobretudo na região do Médio Curu cearense, o ingresso de mais de 500 estudantes de origem popular no ensino superior. A partir da internalização de normas generalizadas de cooperação, confiança e reciprocidade, os estudantes compartilham seus conhecimentos em pequenos grupos (células) e, após ingressarem na universidade, retornam aos finais de semana para suas comunidades para colaborar com o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, controle social e governança, e comunicação social. Partindo da premissa da Rede PRECE como uma manifestação ativa de capital social, avaliamos até que ponto ter participado da experiência do PRECE influenciou positivamente no comportamento desses indivíduos no que se refere a uma maior participação política. Quanto ao aspecto metodológico, partimos de uma abordagem quanti-qualitativa, uma vez que a complexidade do objeto de pesquisa nos permitiu essa escolha. Para colher os dados utilizamos como instrumentos de análise: questionário estruturado, grupos focais, entrevistas com lideranças-chave do movimento e análise documental. Presumimos que o processo educativo de empoderamento cidadão a partir da experiência do PRECE e a formação de uma nova modalidade de capital social que mede o potencial de emancipação possibilitaram aos estudantes se conscientizarem dos problemas enfrentados em suas comunidades e a se engajarem na busca de soluções coletivas. Nesse sentido, a participação em associações horizontais e voluntárias visando objetivos comuns produziu regras sociais, normas de cooperação, confiança e reciprocidade entre seus membros, gerando predisposições positivas em relação à eficácia política de cada cidadão.

Palavras-chave: Capital Social; Empoderamento; Participação Política; Educação.

ABSTRACT

The following research is part of the work that seeks to analyze the relationship between social capital and political participation. In this context, our object of study are the student associations of the Cooperative Cell Education Program (PRECE). Our objective is to analyze the PRECE as a space of educational and political socialization and its possible influence in the citizen empowerment of the actors who participated in this experience. We start from the hypothesis that the stock of social capital generated in the PRECE raised the level of citizen empowerment and the emancipatory social capital potential of the graduates of the experience, positively influencing their levels of political participation. Through its methodology of cooperative and supportive learning, the PRECE educational movement made it possible, above all in the region of the Middle Curu region, for more than 500 students of popular origin to join university education. From the internalization of generalized norms of cooperation, trust and reciprocity, students share their knowledge in small groups (cells) and, after entering university, return to their communities on weekends to collaborate in the development of projects in the areas of education, social control and governance, and social communication. Starting from the premise of PRECE as an active manifestation of social capital, we evaluated the extent to which it participated in the experience of the PRECE had a positive influence on the behavior of these individuals in terms of greater political participation. As for the methodological aspect, we started with a quanti-qualitative approach. In the collection of the data we use as instruments of analysis: structured questionnaire, focus groups, interviews with movement leaders and documentary analysis. We presume that the educative process of citizen empowerment based on the experience of the PRECE and the formation of a new modality of social capital that measures the potential of emancipation enabled the students to become aware of the problems faced in their communities and to engage in the search for collective solutions. In this sense, participation in horizontal and voluntary associations aimed at common objectives has produced social rules, norms of cooperation, trust and reciprocity among its members, generating positive predispositions regarding the political efficacy of each citizen.

Keywords: Social Capital; Empowerment; Political Participation; Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– EPCs e núcleos do PRECE (atuais e desativados).....	38
Figura 2	– Modelo hipotético de participação política.....	52
Figura 3	– PRECE: uma sigla, três denominações.....	84
Figura 4	– Normas de reciprocidade generalizada e cooperação.....	88
Figura 5	– Variáveis do empoderamento cidadão.....	105
Figura 6	– <i>Hipótese I</i>	126
Figura 7	– <i>Hipótese II</i>	127
Figura 8	– <i>Hipótese III</i>	129
Figura 9	– <i>Hipótese IV</i>	135
Figura 10	– Os estoques de capital social do PRECE.....	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Benefícios de ter participado do PRECE.....	96
Gráfico 2 – Interesse social.....	116
Gráfico 3 – Participação em atos/atividades políticas nos últimos 12 meses.....	122
Gráfico 4 – Participação em organizações da sociedade civil.....	128
Gráfico 5 – Confiança interpessoal.....	131
Gráfico 6 – Contato com outros membros egressos da Rede PRECE.....	133
Gráfico 7 – Confiança nas instituições.....	136

LISTA QUADROS

Quadro 1 – Operacionalização dos conceitos utilizados no modelo.....	49
Quadro 2 – Relação entre os objetivos específicos e instrumentos.....	53
Quadro 3 – Resumo do teste de hipóteses do estudo.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis sociodemográficas (n = 108).....	47
Tabela 2 – EPCs em que participou.....	48
Tabela 3 – Índice de Empoderamento Cidadão.....	102
Tabela 4 – Índice de Potencial de Capital Social Emancipatório.....	102
Tabela 5 – Índice de Participação Política.....	103
Tabela 6 – Índice de Confiança Interpessoal.....	104
Tabela 7 – Índice de Confiança Institucional.....	104
Tabela 8 – Poder para tomar decisões que afetem o curso da sua vida (empoderamento individual).....	108
Tabela 9 – Interesse por política.....	109
Tabela 10 – Satisfação com a democracia.....	112
Tabela 11 – Ação política / Participação comunitária (empoderamento comunitário).....	114
Tabela 12 – Correlações entre os conceitos utilizados no modelo.....	125
Tabela 13 – Tempo de participação no PRECE.....	133
Tabela 14 – Religião dos precistas.....	139

LISTA DE SIGLAS

ABU	Aliança Bíblica Universitária
ACOMPPARC	Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais das Comunidades Capivara e Cipó
ADEL	Agência de Desenvolvimento Econômico Local
CASA-C	Células Autônomas e Solidárias de Aprendizagem Cooperativa
CDU	União Democrata-Cristã
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
COAMPE	Central das Organizações Associativas do Município de Pentecoste
COART	Coordenadoria de Articulação entre Universidade e Educação Básica
COFAC	Coordenadoria de Formação e Aprendizagem Cooperativa
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
EFG	Escola de Formação de Governantes
EIDEIA	Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EN	Entrevista
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPC	Escola Popular Cooperativa
FINS	Fundo de Investimento Solidário
GDPAC	Grupo de Desenvolvimento Político e Ação Comunitária
GF	Grupo Focal
H	Hipótese
ICORES	Instituto Coração de Estudante
IPI	Igreja Presbiteriana Independente
KAS	Fundação Konrad Adenauer
MEC	Ministério da Educação
MQQ	Município Que Queremos
NAJUCOM	Núcleo de Assessoria Jurídica e Contábil
NAPR	Núcleo de Assessoria ao Produtor Rural
NUCOM	Núcleo de Psicologia Comunitária

ONG	Organização Não Governamental
PACCE	Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis
PARC	Projeto de Assessoria Técnico Jurídica às Rádios Comunitárias
PCS	Protagonismo Cooperativo Solidário
PEC	Projeto Estudante Cooperativo
PL	Projeto de Lei
PRECE	Programa de Educação em Células Cooperativas
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PV	Partido Verde
QI- MCS	Questionário integrado para medir capital social
QI-PCE	Questionário integrado para medir o potencial de capital social emancipatório e o empoderamento cidadão
R	Regressão
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC-CE	Secretaria da Educação do Ceará
SINDSEP	Sindicato dos Servidores Públicos de Pentecoste
SME	Secretaria Municipal de Educação
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCM	Tribunal de Contas do Município
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAVRC	União das Associações do Vale do Rio Canindé
UFC	Universidade Federal do Ceará
VD	Variável Dependente
VI	Variável Independente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CAPITAL SOCIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	21
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	34
3.1	A armadilha do objeto pré-construído.....	34
3.2	Contexto da pesquisa: os desafios de pesquisas com egressos.....	37
3.3	Técnicas da metodologia.....	40
3.3.1	<i>Questionário.....</i>	40
3.3.2	<i>Análise documental.....</i>	41
3.3.3	<i>Entrevistas abertas.....</i>	42
3.3.4	<i>Grupos focais.....</i>	44
3.4	Seleção dos participantes.....	46
3.5	Processo de construção de dados.....	49
4	PRECE: CONTEXTO HISTÓRICO.....	54
4.1	Prenúncios do PRECE.....	54
4.2	Os primeiros anos do PRECE (1994-2000).....	59
4.3	Multiplicação do PRECE.....	62
5	O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO.....	65
5.1	O Movimento em Defesa da Escola Pública.....	70
5.2	O Movimento Município Que Queremos (MQQ).....	78
5.3	Um novo PRECE.....	82
6	O PRECE E A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL.....	87
6.1	A formação de uma rede de engajamento comunitário.....	87
6.2	A geração de capital humano.....	94
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	101
7.1	Análise de dados.....	105
7.2	Teste de hipóteses.....	124
7.3	Capital social emancipatório latente.....	141
7.4	Capital social de sinergia.....	149
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
	REFERÊNCIAS.....	163
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO INTEGRADO PARA MEDIR O	

POTENCIAL DE CAPITAL SOCIAL EMANCIPATÓRIO E O EMPODERAMENTO CIDADÃO (QI-PCE).....	174
ANEXO B – ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL.....	188

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objeto de estudo o Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE) na microrregião do Médio Curu no estado do Ceará, na perspectiva de avaliar o quanto o processo de empoderamento cidadão e o potencial de capital social emancipatório gerado a partir da experiência influenciou positivamente a participação política dos egressos do programa educacional.

O PRECE surge em 1994, na comunidade rural de Cipó, no município de Pentecoste - CE, como uma experiência que partiu de uma simples e despreziosa iniciativa de um jovem professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Manoel Andrade Neto (34 anos à época), nascido naquele torrão. Ele convenceu um grupo de sete estudantes, filhos de agricultores e pescadores que estavam em sua maioria fora da faixa etária, vitimados pela precariedade do ensino público nas áreas rurais, a retornar aos estudos. Com o auxílio da estratégia da aprendizagem cooperativa precista¹ e do apoio do professor universitário, estes estudantes conseguiram, primeiramente, concluir os estudos através do supletivo — atualmente Educação de Jovens e Adultos (EJA) — e, posteriormente, ingressaram na universidade. Após o ingresso no ensino superior, os novos universitários continuaram retornando as suas comunidades de origem e criando projetos de desenvolvimento comunitário nas mais diversas localidades, de acordo com suas áreas de interesse ou curso universitário.

No decorrer dos anos, o PRECE cresceu e se multiplicou tanto em número de atividades desenvolvidas, como em expansão para outros municípios da região (Pentecoste, Apuiarés, Umirim e Paramoti). Nesse contexto, foram criadas as Escolas Populares Cooperativas (EPCs), associações educacionais geridas pelos próprios estudantes secundaristas e pelos universitários que ingressaram na universidade com o apoio da experiência. O PRECE passou, então, a se estruturar em uma rede de entidades associativas.

Estima-se que o PRECE, a partir de sua metodologia de aprendizagem cooperativa precista, possibilitou o ingresso de mais de 500 estudantes de origem popular nas universidades cearenses² (a maioria na UFC), sendo que boa parte desses recém-universitários retornaram as suas comunidades para colaborar com aqueles que ainda não ingressaram no

¹ **Aprendizagem Cooperativa precista:** método de ensino e aprendizagem que ocorre nas Células Estudantis de Aprendizagem Cooperativas, nas quais os facilitadores da aprendizagem são os próprios estudantes (mútua educação). Há um compromisso com a comunidade através do retorno dos universitários para a prestação de serviços à comunidade e estímulo às interações nas células de estudo e nos espaços coletivos de participação (BARBOSA, 2016).

² Ver: www.prece.ufc.br

ensino superior. Além de atuarem no desenvolvimento de projetos de apoio à educação pública, esses universitários desenvolveram na região projetos de apoio a produtores rurais e projetos na área de controle social e governança.

Nos últimos anos, o PRECE aproximou-se de espaços institucionalizados e logo se fez necessário também institucionalizar-se. Nesse sentido, alguns membros do programa criaram a organização não governamental Instituto Coração de Estudante (ICORES), instituição que representa legalmente o PRECE. Inspirada na experiência do PRECE, em 2009, a UFC cria a Coordenadoria de Formação e Aprendizagem Cooperativa (COFAC) que, atualmente, chama-me Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE), e, sete anos depois, em 2016, a mesma universidade, em parceria com a Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC-CE) e com o ICORES, cria o Programa de Estímulo à Cooperação na Escola Pública (PRECE), no sentido de promover o intercâmbio de conhecimentos entre universitários e estudantes da educação básica (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, c2017).

Estudar a experiência dessas entidades associativas como foco de constituição de capital social na microrregião do Médio Curu decorre da motivação de ampliar nossa pesquisa sobre capital social na região. Em 2009, iniciamos uma pesquisa centrada no município de Pentecoste analisando o estoque de capital social comunitário das associações estudantis do PRECE e sua relação com outras organizações e instituições a nível local, na perspectiva de uma experiência de indução ao desenvolvimento local³. Nosso interesse, neste momento, é ampliar a pesquisa no âmbito da relação entre capital social e participação política.

A problemática dessa pesquisa está ligada a um contexto de descrédito na participação política da juventude em espaços de tomada de decisão (associações comunitárias, conselhos, partidos políticos, etc.), na perspectiva que o capital social possa vir a induzir a participação política e fortalecer a democracia participativa em espaços onde esse recurso esteja inserido. Partindo de nossa pesquisa sobre o estoque de capital social da experiência, indagamo-nos: ter participado de uma rede de educação cooperativa com elevado estoque de capital social comunitário influenciou o comportamento atitudinal desses jovens no que tange a uma maior participação política na sociedade?

Presumimos que o processo educativo de empoderamento cidadão a partir da experiência do PRECE possibilitou a formação de uma nova modalidade de capital social que

³ RAMOS, T. W. de S. **Programa de Educação em Células Cooperativas: prática e prece pela emancipação social de Pentecoste**. 2009. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

mede o potencial de emancipação, ou seja, a possibilidade dos cidadãos ao se conscientizarem dos problemas enfrentados em suas comunidades virem a se engajar na busca de soluções coletivas. Nesse sentido, supomos que pessoas que passaram por experiências como a do PRECE tendem a se empoderar educacional e politicamente, influenciando positivamente os seus níveis de participação política na sociedade. Nesse contexto, o capital social que surge das interações interpessoais se materializa nas organizações sociais em um processo pedagógico de educação cidadã por meio de uma aprendizagem colaborativa, em que os cidadãos vão internalizando uma postura em prol do bem comum. Acreditamos que esse tipo de socialização se materializa numa maior participação política desses cidadãos.

A configuração da Rede PRECE já não é a mesma da época de nossa pesquisa sobre capital social comunitário. A rede de associações estudantis diminuiu, e o projeto de ingresso de estudantes de origem popular na universidade já não tem mais a mesma pujança de outrora, pressupomos que um dos motivos foi uma maior democratização do acesso ao ensino superior nos últimos anos, fruto de políticas governamentais de ação afirmativa. Portanto, no presente trabalho, abordaremos já não mais aquele estudante secundarista ou universitário que desenvolve algum projeto na associação (EPC) do PRECE. Nosso público-alvo são aqueles a qual chamamos de egressos, jovens que passaram pela trajetória de ingressarem na universidade com o apoio dos projetos de ação afirmativa do PRECE e que tiveram a experiência de retornar às comunidades de origem para desenvolver projetos comunitários como universitários extensionistas, mas que, após terem se graduado, não desenvolvem mais projetos em EPCs do PRECE.

Outra motivação para realização desta pesquisa é o fato de que, na década passada, o pesquisador ter tido a experiência de participar de uma EPC e vivenciar a mesma trajetória de muitos desses estudantes, e, à posteriori, como universitário extensionista, ter desenvolvido projetos no PRECE de apoio à escola pública e de formação cidadã. Vale ressaltar, também, a incipiente bibliografia sobre esse tema nas ciências sociais no estado do Ceará, o que justifica a necessidade de ampliar a pesquisa sobre capital social numa perspectiva de análise relativa ao vínculo entre capital social emancipatório e categorias teóricas como confiança, empoderamento e participação política.

No que se refere à análise do PRECE como um espaço de empoderamento cidadão, teceremos um diálogo com o conceito de empoderamento de Rute Baquero (2012) e a pedagogia transformadora de Paulo Freire (2005, 2006). Buscaremos, também, debruçar-nos sobre a teoria do sociólogo James Coleman (1988, 1990) e sua visão de capital social como gerador de capital humano. Partindo para uma análise da relação entre capital social e

participação, dialogaremos com a teoria do cientista político Robert Putnam (1995, 1996) na tentativa de refletir como o capital social pode colaborar para um maior engajamento cívico. Nesse contexto, abordaremos um novo tipo de capital social relacionado ao potencial de empoderamento dos indivíduos, que o cientista político brasileiro Marcelo Baquero denomina de capital social emancipatório (BAQUERO; MORAIS; VASCONCELOS, 2013).

Uma das premissas dos estudos sobre capital social é que o mesmo é gerado por redes de confiança, uma vez que as interações interpessoais geram confiança, que por sua vez geram cooperação. Nesse sentido, a participação em associações horizontais e voluntárias produzem regras sociais, normas de cooperação e confiança entre seus membros que são a energia necessária para uma participação política efetiva. A confiança adquirida em grupos pautados numa organização coletiva visando o bem comum gera predisposições positivas em relação à eficácia política de cada cidadão.

Nosso objetivo geral é analisar o PRECE como um espaço de socialização educacional e política e sua possível influência no empoderamento cidadão dos atores que participaram dessa experiência no que tange à elevação dos níveis de participação política na sociedade.

Os objetivos específicos são:

- a) avaliar se a existência de um elevado nível de empoderamento cidadão e de potencial de capital social emancipatório afetou positivamente os níveis de participação política dos egressos da Rede PRECE;
- b) analisar se os níveis de confiança interpessoal e de confiança institucional influenciam positivamente os níveis de participação política de egressos da Rede PRECE;
- c) avaliar se o processo educativo de empoderamento cidadão na Rede PRECE contribuiu para a internalização de valores, normas de cooperação, confiança, reciprocidade e um comportamento participativo frente a questões de interesse coletivo por parte dos egressos da experiência.

A hipótese central a ser testada nesta pesquisa é: o estoque de capital social gerado no PRECE a partir de um processo de socialização educacional e política elevou o nível de empoderamento cidadão e o potencial de capital social emancipatório influenciando positivamente os níveis de participação política de egressos da experiência.

A estrutura deste trabalho está dividida em oito capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais. No segundo capítulo, *Capital social: perspectivas teóricas*, apresentamos aos leitores um arcabouço teórico sobre capital social, apresentando suas

dimensões, formas estruturais, cognitivas e os principais autores. Além de trazer para discussão categorias teóricas que compõem o escopo do trabalho como “empoderamento”, “potencial de capital social emancipatório”, “confiança interpessoal”, “confiança institucional”, “socialização política” e “participação política”.

No terceiro capítulo, abordamos o método escolhido para a análise do fenômeno em questão. Realizamos uma pesquisa com abordagem mista, quanti-qualitativa, em que expusemos os procedimentos que incluíram a aplicação do Questionário integrado para medir o potencial de capital social emancipatório e o empoderamento cidadão (QI-PCE) e a realização de grupos focais, além de incluirmos a análise documental como etapa complementar. Apresentaremos as formas de análise dos dados, sendo uma análise de conteúdo temática nos grupos focais e análises estatísticas dos dados quantitativos oriundos do questionário. Apresentaremos o modelo de trajetória de participação política e as hipóteses a serem testadas na pesquisa. Os dados obtidos a partir das técnicas utilizadas deverão ser comparados a fim de que tenhamos uma maior compreensão do objeto de pesquisa.

No quarto capítulo, trazemos o contexto histórico do surgimento do PRECE como movimento educacional e político, resgatando a conjuntura educacional e política que contribuiu para o surgimento do projeto, além das motivações das principais lideranças que contribuíram com a formação do grupo. Nossa perspectiva foi narrar os primeiros anos da história do PRECE partindo da política como um “fio condutor” dialogando com as entrevistas realizadas com lideranças chaves do processo, pesquisa bibliográfica e a análise documental.

O quinto capítulo aborda o “Programa de Desenvolvimento Político do PRECE”, resgatando a fase de maior politização do movimento através das principais parcerias que contribuíram com a formação de uma rede de engajamento comunitário na região. Dialogando com a análise documental, as entrevistas e a pesquisa bibliográfica, fomos apresentando as principais ações e movimentos do PRECE no âmbito da política além da relação com a política partidária em Pentecoste.

O sexto capítulo é um diálogo do PRECE com a teoria do capital social. Partimos, em nossa hipótese, da premissa do PRECE como uma experiência com elevados estoques de capital social, nesse sentido, dialogamos com autores fulcrais da teoria do capital social, Robert Putnam (1993, 1994, 1995, 2000), James Coleman (1988, 1990), buscando compreender a rede PRECE como uma manifestação ativa de capital social e uma experiência geradora de capital humano, tecendo um diálogo profícuo com os conceitos de capital social de ambos os autores.

O sétimo capítulo apresenta os resultados e as discussões a partir da análise de dados, relacionando-os com as hipóteses apresentadas no estudo. Buscamos, através de um estudo comparativo, correlacionar os dados quantitativos com os qualitativos numa perspectiva de complementariedade no esforço de compreensão do objeto estudado. No decorrer desse capítulo, traremos discussões acerca dos resultados colhidos, tecendo uma análise sobre os estoques de capital social do PRECE.

Por fim, nas considerações finais, traremos, de forma mais sucinta, os principais apontamentos colhidos na pesquisa, retomando os principais resultados a partir do teste de hipóteses do modelo de análise de trajetória de participação política, além de uma análise sobre a conjuntura atual na qual o PRECE está inserido.

2 CAPITAL SOCIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Nos últimos anos, as pesquisas, discussões e debates acerca do tema capital social tem recebido considerável atenção, particularmente entre sociólogos, economistas e cientistas políticos, além de organizações públicas e privadas. As razões para sua difusão estão relacionadas com a valorização das relações e estruturas sociais no discurso político e na ótica econômica, bem como a preocupação de certas correntes da sociologia em introduzir uma dimensão normativa em sua análise.

Foi a partir da década de 1980 que a temática começou a ganhar destaque no campo científico em estudos dos sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman. Para o primeiro, capital social é o conjunto de relações e de redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social (BORDIEU, 1980). O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo, é, concomitantemente, estoque e base de um processo de acumulação que permite que pessoas inicialmente bem situadas tenham mais êxito na competição social⁴. Coleman (1990) define capital social pelo seu efeito ou função, ou seja, não é uma única entidade, mas uma variedade de entidades que têm duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social. Deve ser entendido como um recurso para as pessoas e, sendo assim, ele é produzido a partir das mudanças das relações interpessoais que facilitam determinadas ações. Dessa forma, o capital social depende da ação individual para a produção de um bem coletivo e é sustentado por dois pilares, a confiança e a reciprocidade⁵.

De todos os tipos de capitais, o social trabalha com elementos intangíveis (confiança, participação, cooperação, solidariedade, ajuda mútua), possui uma natureza multidimensional e pode ser relacionado a duas visões: uma *perspectiva culturalista*: a formação de capital social se dá através de um processo histórico, consequência de um processo cultural de longo prazo, destaca-se o trabalho de Putnam (1996) ao estudar o caso da Itália Moderna; e a *uma perspectiva institucionalista*: as instituições, sejam elas formais,

⁴ O capital social de um indivíduo é determinado pelo tamanho de sua rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e o volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada uma das pessoas às quais ele tem alguma conexão. O capital social exerce, portanto, um papel multiplicador do capital existente em um determinado grupo de pessoas, deixando-o disponível a todos os membros desta rede (BOURDIEU, 1980).

⁵ O conceito de capital social de Coleman (1990) apresenta-se como um componente primordial na produção de laços de reciprocidade dentro de grupos ou comunidades. Os aspectos ou as formas de estrutura social citados por Coleman (1990) referem-se ao cumprimento das obrigações, expectativas, e das normas e sanções efetivas que restringem ou encorajam certos tipos de comportamento no ambiente de relações entre as pessoas.

sejam informais, cumprem um papel determinante na formação de capital social. Destacamos os trabalhos de North (1990) e Olson (1982), com foco no institucionalismo (WORLD BANK, 1998).

Peter Evans (1996a, 1996b) introduz o conceito de sinergia Estado-sociedade, como relações entre governos e grupos de cidadãos engajados que se reforçam mutuamente, podendo fortalecer suas capacidades de promover o desenvolvimento.

Para Evans, sem a intermediação direta do Estado, os países em desenvolvimento não teriam qualquer possibilidade de industrialização. Evans defende, em outras palavras, a sinergia entre Estado e sociedade. Ou seja, enfatiza o papel decisivo da burocracia estatal na formação de capital social, no sentido de que a função do Estado passaria da ação reguladora da interação social para a de indutor e mobilizador do capital social, ligando os cidadãos e mobilizando as agências públicas a aumentarem a eficiência governamental, a partir de uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil como um conjunto de relações que ultrapassaria a divisão público-privado (BAQUERO; CREMONESE, 2006, p. 64).

A ideia de Evans (1997), que redes de engajamento cívico entre cidadãos podem ser promovidas por agências públicas, tem substancial relação com o trabalho desenvolvido anteriormente por Judith Tandler (1998) que, estudando casos de sucesso na implementação de políticas públicas no Estado do Ceará, mostrou que as instituições públicas (incluindo as políticas públicas “institucionalizadas”) têm um impacto positivo na formação do capital social. Nesse sentido, Evans (1997) passou a estudar o caminho inverso de Putnam: como instituições afetam o capital social. Estes trabalhos partem do “culturalismo” de Putnam, mas incorporam elementos importantes da visão institucionalista.

O capital social também pode ser classificado quanto à sua forma, ou seja, a maneira como ele se manifesta: no aspecto estrutural e cognitivo. O capital social estrutural diz respeito às instituições, normas e redes (redes de engajamento cívico, o número de associações verticais e horizontais existentes em uma comunidade, etc.). A forma cognitiva de capital social diz respeito a conceitos mais abstratos e subjetivos, como confiança, reciprocidade, solidariedade, atitudes, valores e crenças (SANTOS, 2003).

Na Ciência Política, a produção científica sobre o tema se refere a um conjunto de esforços institucionais, políticos, culturais, que procuram viabilizar uma ação mais qualificada e coletiva por parte das pessoas. Noções como empoderamento dos cidadãos se torna um desafio da Ciência Política contemporânea na busca de gerar democracias socialmente eficientes (BAQUERO, 2004). O capital social configurado na forma de redes sociais estimula novas formas de organização cidadã que não só empoderam o indivíduo, mas agem no sentido de promover a ação coletiva.

Foi justamente um cientista político, Robert Putnam, que popularizou o conceito de capital social e reivindicou a responsabilidade de sua incorporação no discurso político, apontando a relevância do capital social para o fortalecimento democrático. Na sua visão, o elemento central na relação entre capital social e democracia é a noção de comunidade cívica ou engajamento cívico. A comunidade cívica, segundo Putnam (1996), caracteriza-se pela existência de fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, expressas em intensa participação, mecanismos de igualdade política, sentimento de confiabilidade, solidariedade e tolerância e densas redes de associações. O compromisso cívico se expressa no empenho dos cidadãos em prol de bens públicos.

Segundo Putnam (1996), o conceito de capital social é fundamental para a democracia funcionar. Em suas pesquisas na Itália, demonstrou que a região norte do país, por possuir uma trajetória histórica de cooperação e tradições cívicas estáveis, apresentou governos mais eficazes e responsáveis com um melhor funcionamento das instituições. Nesse sentido, Putnam (1996) apontou o capital social como fundamental para melhorar o desempenho institucional, na medida em que contribui para o desenvolvimento de uma comunidade cívica que passa a fiscalizar as instituições, tornando-as mais expressivas. Putnam (1996, p. 177) evidencia que “O capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas”.

Putnam (1996) acredita que a confiança lubrifica a vida social; e que sociedades com elevados graus de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas. A confiança é por sua vez alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os membros de uma comunidade e uma forte tradição de ação comunitária. Na visão de Putnam (1996), a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. Nesse sentido, a “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica⁶.

Segundo o autor, comunidades baseadas no associativismo, com normas transparentes e redes de solidariedade (horizontal) devem apresentar níveis elevados de engajamento cívico e organização comunitária que contribuem para um alto desempenho econômico, garantem níveis altos de bem-estar entre seus cidadãos, produzindo estabilidade

⁶ Para Putnam (1996, p. 182-185), “Os sistemas horizontais de participação cívica (cooperativas, associações, partidos, clubes desportivos, sindicatos, associações culturais e de ajuda mútua) ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral [...]. Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais”.

econômica. O autor apoia-se em uma inclinação de especificidades culturais para explicar a formação de laços de confiança. Assim, localidades com histórico de práticas associativistas ou engajamento cívico e político determinam a existência de capital social. Entretanto, em sua última pesquisa sobre o declínio do capital social americano⁷, Robert Putnam teria recuado de seu “excessivo determinismo cultural” (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 70).

Putnam (2000) recorre à distinção entre “*bonding social capital*” (capital social comunitário), que tende a fortalecer, acima de tudo, o próprio grupo e reforçar as identidades excludentes e os grupos homogêneos, e “*bridging social capital*” (capital social extracomunitário) que visa fortalecer as relações com o mundo fora do grupo e que abarcam pessoas de diferentes setores sociais. O primeiro reforça os laços de confiança entre os membros de grupos específicos, enquanto o segundo pode gerar reciprocidades e identidades mais abrangentes e criar laços de conectividade entre diversos grupos diferentes.

Monasterio (2000a) comunga com os dois tipos de capital social apresentados por Putnam (*boding* - comunitário; e *bridging* - extracomunitário), entretanto, acrescenta outro tipo que ele denomina de capital social institucional:

Capital social institucional (“linking”): é o que descreve as relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado (os diversos órgãos e ‘espaços públicos’ com que se relacionam os cidadãos). São as ligações verticais entre os pobres e as pessoas ocupantes de postos de decisão em organizações formais. Comunidades, nas quais abunda esse tipo de capital, têm governos permeáveis às demandas oriundas dos estratos inferiores da pirâmide social (MONASTERIO, 2000b, p. 5, grifo do autor).

Para Woolcock e Narayan (2000), o capital social *encapsulado* e do tipo *ponte* dizem respeito às relações sociais horizontais, enquanto que o capital social de *conexão* (*linking*), por retratar relações verticais entre cidadãos pobres com outros postos de decisão de organizações formais, pode vir a reproduzir relações de cunho clientelista. Em países menos desenvolvidos, os pobres têm se beneficiado de grandes estoques de capital social comunitário, pouco extracomunitário e quase nenhum institucional. Woolcock (2000), Narayan e Pritchett (1999) e o World Bank (2001) concordam entendendo que as diferentes combinações dessas formas de capital social (“*bonding*”, “*bridging*” e “*linking*”) são

⁷ Em sua obra “*Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*”, publicada em 2000, Putnam aborda o declínio da vida associativa e correlaciona este fato a uma queda da participação cívica na sociedade americana. Putnam atribui que a erosão do capital social nos Estados Unidos pode ser atribuída a fatores como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, ruptura do casamento e os laços familiares, as mudanças tecnológicas como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), televisão, internet, etc. Além da urbanização, mobilidade física do local de trabalho e moradia. Tanto nessa obra, como no estudo sobre a Itália, Putnam coletou uma série de evidências para comprovar a suposta relação entre engajamento cívico e o desempenho das instituições sociais e governamentais.

responsáveis por uma série de severas consequências no desenvolvimento e meio ambiente e permitem a compreensão da condição dos pobres em países em desenvolvimento.

Vale ressaltar que o capital social também tem seus efeitos negativos, sendo que, apesar de existirem poucos estudos que enfatizam tais efeitos, podemos citar como exemplo o trabalho de Rose (1998) sobre o caso russo, onde o capital social contribuiu para reforçar características “antimodernas” da sociedade russa ao invés de corrigir as falhas e ajudar no provimento de bens públicos. Em sua pesquisa sobre capital social, Rose (1998) percebeu que os russos usam suas conexões para partilhar indevidamente benefícios, no sentido de burlar a regras. Nesse contexto, há um ditado popular russo que diz “melhor uma centena de amigos do que uma centena de rublos (moeda russa)”. Outro exemplo de capital social negativo é de como se constitui a máfia, uma organização com normas de reciprocidade, laços de confiança, fidelidade e rede entre famílias. Entretanto, do ponto de vista externo é uma organização que destrói as instituições públicas com práticas de corrupção, aliciamento, coação física contra agentes públicos e concorrentes do mercado para manter oligopólios, etc. Para Putnam (1996), a presença das organizações mafiosas na Itália prevalecia nas regiões menos cívicas do país, onde predominava uma estrutura de relações tipicamente verticais de autoridade e dependência, baseadas no clientelismo e no mandonismo.

Woolcock e Narayan (2000) comungam da visão de Putnam ao incorporar, em sua abordagem sobre capital social numa dimensão de redes, as ligações do tipo *boding* (comunitário) e *bridging* (ponte). No entanto, esses autores defendem uma perspectiva sinérgica desse conceito, a qual incorpora tanto a perspectiva de redes quanto a dimensão institucional. A visão sinérgica desses autores avança para além da abordagem institucional, destacando a sinergia e retroalimentação entre o capital social e o ambiente institucional, no sentido de se reconhecer o papel da sociedade civil na elaboração e proposição de políticas públicas e no desenho de novos arranjos institucionais, sem obstruir o Estado de seu papel de principal agente de promoção econômica e de regulação de demandas sociais (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000).

Autores como Guiso, Sapienza e Zingales (2008), também incorporam, assim como Putnam, o conceito de capital social à questão do fortalecimento da democracia, estabelecendo critérios para identificarmos sua presença de forma operacionalizada: nível de participação em associações, comparecimento em eleições e outras medidas de envolvimento cívico. Os autores relacionam o aumento do capital social com maiores predisposições das pessoas de se engajarem em ações políticas voltadas a objetivos comuns.

Baquero (2013), na perspectiva de verificar a presença ou não de capital social e sua influência na participação política, trabalha com duas modalidades de capital social: o encapsulado (*boding*), que provém dos estudos de Putnam (2000) e tem relação direta com os laços comunitários intragrupos; e o segundo tipo refere-se a um capital social que mede o potencial de emancipação, ou seja, a potencialidade dos cidadãos ao se conscientizarem dos problemas enfrentados em suas comunidades virem a se engajar na busca de soluções coletivas.

O capital social do tipo emancipatório tem relação com a possibilidade de engajamento cívico dos indivíduos com os problemas da comunidade, considerando a predisposição dos mesmos de reivindicar algo em comum. Comunidades com estoque de capital social emancipatório tem maior possibilidade de empoderar seus cidadãos no sentido de desenvolver mecanismo de ingerência na solução de problemas comunitários.

No que tange ao desenvolvimento do potencial de capital social emancipatório em uma comunidade, Baquero (2013) sugere que a participação dos indivíduos não deve ser simbólica, no sentido de fingir que participam ou que simulem ações na tomada de decisões, sem participação efetiva. Ele acredita que os indivíduos devem ser empoderados com atitudes e comportamentos participativos, sendo capazes de tomar parte nas decisões políticas, opinando e decidindo de forma consciente.

A partir do que foi explicitado, tomaremos como referencial teórico as seguintes modalidades de capital social: o *capital social encapsulado (boding social capital)*, a partir de Putnam (1996, 2000), e o conceito de *capital social emancipatório*, (BAQUERO, 2013), analisando como esse capital social comunitário pode ter sido transmutado para um capital social de emancipação, no sentido de um maior compromisso cívico e participação política de indivíduos que passaram pela experiência do PRECE. Nesse contexto, desenvolveremos nossas análises a partir da relação entre categorias como empoderamento cidadão, confiança interpessoal, confiança institucional e participação política.

A categoria *empowerment* é um termo polissêmico e complexo, do ponto de vista conceitual e, de maneira mais geral, podemos dizer que em nossa língua a palavra que na verdade traduz esse termo é o de “empoderamento”, que se trata de um anglicanismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder (BAQUERO, 2013).

Segundo Narayan (2002), o termo é atualmente utilizado pelas mais diversas áreas do conhecimento — sociologia, ciência política, educação, saúde pública, psicologia comunitária, serviço social, administração — constituindo-se em ferramentas de governo e de agências de desenvolvimento que visam ações direcionadas para a melhoria da qualidade de

vida e dignidade humana de setores pobres, boa governança, maior efetividade na prestação de serviços e responsabilização social. A vasta produção sobre empoderamento em diversas áreas do conhecimento exige uma delimitação conceitual, uma vez que sua ambiguidade conceitual tem limitado a sua aplicabilidade. No entanto, há um consenso entre autores (NARAYAN, 2002; BAQUERO, 2012) que o empoderamento pode ocorrer em diversos níveis: individual, organizacional e comunitário.

O nível de empoderamento individual está relacionado à habilidade das pessoas adquirirem conhecimento e controle sobre forças pessoais para agirem na direção da melhoria de sua situação de vida. No nível de empoderamento organizacional, trata-se do empoderamento gerado *na* e *pela* organização, como delegar o poder na administração, autonomia e participação dos funcionários na administração das empresas, de modo que as decisões sejam mais seletivas e horizontais. No nível de empoderamento comunitário, é processo pelo qual sujeitos de uma comunidade — atores individuais ou coletivos — desenvolvem ações por meio de processos participativos para atingir seus objetivos coletivamente definidos (BAQUERO, 2013).

No que se refere à natureza e ao papel da sociedade civil, duas perspectivas distintas de empoderamento se sobressaem: a primeira, de matriz tocquevilliana, a partir de Tocqueville (2004), concebe a sociedade civil como uma esfera mais ou menos independente do Estado (ações de organizações como agências das Nações Unidas, Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais, etc.); e a segunda, com matriz em Gramsci, Habermas e Freire (gramsciana, habermasiana e freiriana), concebe a sociedade civil como espaço público de transformação de pensamentos em ação, espaço de emancipação de grupos dominados e excluídos, destaca-se, como exemplo, o trabalho de Paulo Freire (2005) com os círculos de cultura com populações marginalizadas do Nordeste. Os defensores de uma perspectiva emancipatória enfatizam a valorização de outras dimensões do empoderamento — afetivas, psicológicas, culturais e políticas — que não somente a eficiência econômica e a mobilização política de grupos e comunidades (BAQUERO, 2013).

Tomaremos como referencial teórico uma noção de empoderamento envolvendo tanto dimensões individuais como coletivas, relacionado à capacidade das pessoas em tomar parte, influenciar, reivindicar, controlar e responsabilizar instituições que afetam suas vidas, ou seja, capacidade de se emancipar. Relacionamos esse empoderamento à questão da emancipação e ação política. A ação política é um meio de aumentar a habilidade para tomar decisão que afetam as atividades cotidianas e mudam o curso de vida das pessoas. Nesse sentido, a ação política é uma das atitudes que aumentam esse tipo empoderamento.

Quanto à questão da emancipação, não estamos aqui nos referindo a um tipo de emancipação social ou de autolibertação do indivíduo, mas a uma perspectiva de emancipação como um processo de ação coletiva que se dá na interação entre indivíduos que tomam consciência da sua realidade por meio de um pensamento crítico. Nesse ponto, tecemos diálogo com Paulo Freire (1986), que afirmava que uma aprendizagem focada numa concepção crítica da realidade precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade, pois toda liberdade é um ato social. Freire (1986, p. 135) argumenta:

[...] mesmo quando você se sente individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do *empowerment* ou da liberdade.

Para Baquero (2013), a relação entre capital social emancipatório e empoderamento cidadão pode levar à transformação das relações de poder em favor daqueles que tem pouca autoridade de exercer controle sobre os recursos (físicos, humanos, intelectuais, financeiros e de seu próprio ser, bem como sobre a ideologia), crenças, valores e atitudes. Segundo Durston (2001), grupos que possuem reserva de capital social em suas mais variadas manifestações cumprem com as condições de empoderamento. O capital social comunitário, construído através dos laços sociais intragrupos e do acesso a redes externas às comunidades pobres são fundamentais para o processo de empoderamento das pessoas e das comunidades. Sobre empoderamento, Durston (2001, p. 187) afirma:

Es la antítesis del paternalismo, y la esencia de la autogetión mediante la pedagogia constructivista que construye sobre las fuerzas existente de una persona o grupo social — sus capacidades — para “potenciarlas”, es decir, aumentar y realizar esas fuerzas potenciales preexistentes.

O empoderamento cidadão surge desse processo educativo de interação, consciência da realidade e transmissão de conhecimento e valores. Nesse processo faz-se necessário um estabelecimento de ambiente de confiança. Nesse contexto, um dos componentes básicos para que haja esse processo de socialização política é a existência da confiança interpessoal, um dos aspectos cognitivos que compõe a teoria do capital social. Uma cultura cívica exige altos níveis de confiança interpessoal.

A confiança interpessoal é um dos principais valores culturais associados ao comportamento político, pois, quanto mais confiança existe, mais associativa é a sociedade, mais politicamente envolvido é o cidadão e mais estável é o regime democrático. Para Putnam (1993), a confiança interpessoal é indispensável para as associações voluntárias voltadas para

o provimento de bens coletivos. As normas sociais que constituem o capital social, ao serem internalizadas pelos indivíduos, aumentam os incentivos à cooperação e diminuem os comportamentos oportunistas. Nesse processo, a confiança interpessoal é o produto do compartilhamento dessas normas pelos membros da sociedade. A presença de estoques elevados de capital social é imprescindível para a formação das associações autônomas capazes de fortalecer a virtude cívica dos indivíduos e, conseqüentemente, o regime democrático.

Um exemplo de falta de virtude cívica apontado por Putnam (1996) é a teoria do “familismo amoral” de Banfield (1958), um conjunto de orientações subjetivas egoístas e restritas ao âmbito da família na região de Montegrano, que culminaram no insucesso das organizações cívicas ao sul da Itália. O individualismo predatório seria responsável por impedir o alastramento da confiança interpessoal, enfraquecendo a capacidade organizativa dos membros daquela comunidade em torno de empreendimentos coletivos.

Ronald Inglehart (1988), assim como Putnam (1996) e Banfield (1958), também entendem haver uma relação de causalidade entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico. De acordo com Inglehart (1988), a confiança é um pré-requisito para a formação de associações voluntárias e é essencial para a participação política, o estabelecimento de uma cultura cívica desempenha um papel central na definição da viabilidade de um regime democrático, pois o mesmo entende que a cultura é algo anterior ao regime político, portanto, afeta seu desempenho.

Entretanto, essa relação entre confiança interpessoal e engajamento cívico não é consenso por parte da literatura. A crítica está centrada na relação causal entre confiança interpessoal e participação cívica (GAMBETTA, 2000; LEVI, 1998; JACKMAN; MILLER, 1998; HARDIN, 1999; JOHNSON, 2003). Para Levi (1998), confiança não equivale à cooperação, embora essa associação seja comum. As contestações feitas à perspectiva culturalista do capital social é que os autores, incluindo o estudo de Putnam (1996), não levaram em consideração as predisposições individuais ao engajamento cívico. Para Hardin (1992), o ato de confiar estaria relacionado a um compartilhamento de interesses complementares entre dois atores, a um tipo de “interesse encapsulado” diretamente relacionado aos incentivos que estes atores possam ter acesso em relações que envolvem risco. Nesse contexto, a confiança seria um produto do compartilhamento de interesses complementares dos atores e não um fator causal do engajamento cívico.

Para Uslaner (2001), o círculo virtuoso entre o engajamento cívico, a confiança e a socialização é uma questão mal colocada por Putnam. Para ele, não faria sentido confiar

gratuita e facilmente em estranhos. A confiança seria, ao contrário, um resultado do compartilhamento progressivo e apreendido de valores.

Outra questão pertinente é a incidência da confiança institucional e a relação com o regime democrático. Segundo Moisés (2005), a confiança nas instituições provém da experiência que as pessoas possuem em relação ao funcionamento das mesmas, ou seja, a partir da experiência que as pessoas têm com as mesmas é que vai se moldando as suas crenças, valores e comportamentos políticos. Nesse contexto, o desempenho das instituições no decorrer do tempo vai produzindo alterações no comportamento político das pessoas. Segundo Moisés (2010), a desconfiança institucional vai gerar uma ambivalência política que certamente afetará os níveis de adesão das pessoas ao regime. Afirma que o cenário político brasileiro é marcado pelos “cidadãos ambivalentes”, que preferem em algumas situações soluções antidemocráticas para resolver problemas do país. Entretanto, isso não quer dizer que a ambivalência política irá pôr em risco a democracia, pois as pessoas, de forma geral, não se opõem ao regime, uma vez que o conflito está relacionado ao fato das instituições democráticas não estarem cumprindo seu papel.

Segundo pesquisas (INGLEHART; WELZEL, 2005), desde a década de 1990, tem-se constatado desconfiança na democracia e nas instituições, fato relacionado a problemas de legitimidade. A falta de confiança das pessoas e o descrédito com a política denotam uma baixa identificação com os mecanismos de mobilização política (partidos políticos) favorecendo a apatia política (BAQUERO, 2011).

Quanto à participação política, a temática tem uma longa tradição entre as pesquisas na ciência política e estão centradas na busca de formas para mensurar as predisposições participativas dos indivíduos. Barnes e Kaase (1979) indicam que a participação política pode se dar de duas formas: *participação convencional*, que abrange votar, participar de uma discussão política, assistir a um comício ou assembleia, ser membro de um partido político, etc.; *participação não-convencional*, que se refere à participação em passeatas, ocupação de instalações físicas, petições, abaixo assinados, participação em greves, etc. Entretanto, essa distinção entre participação convencional e não convencional sofreu críticas por parte da literatura, pois esta denominação seria adequada para o contexto dos anos de 1970 e já não estaria apropriada para diferenciar as modalidades de participação atualmente, no sentido de que a maioria dos atos “não convencionais” daquele contexto teriam se “convencionalizado” nas realidades das democracias do século XXI (DALTON; SICKLE; WELDON, 2009).

Para Norris (2002), a participação política vem declinando em todo o mundo, entretanto, a diminuição da participação em associações cívicas e partidos políticos vem sendo equilibrada por um aumento da escolaridade e desenvolvimento humano. Para a autora, há também uma mudança da configuração no que tange à participação, concomitante a diminuição das formas tradicionais de participação, há uma reconfiguração de novas formas de participação política, como o ativismo pela internet e a novas ondas de mobilizações políticas. Para ilustrar, podemos citar a onda revolucionária de manifestações que ocorreram no Oriente Médio e norte da África a partir de 2010 contra ditaduras, que ficaram conhecidas com “Primavera Árabe”, onde a internet teve um papel importante no sentido das mobilizações e propagação de informações.

Para Inglehart e Welzel (2005), há um aumento da desconfiança dos cidadãos em mecanismos tradicionais verticais de participação (partidos políticos, igrejas, etc.), pois as sociedades pós-materialistas apresentam novas formas de mobilização social que podem ser averiguadas na criação de novos movimentos sociais e novas modalidades de protestos que representariam uma nova fase de atuação dos cidadãos no seio dos regimes democráticos. Para os autores, os indivíduos com valores pós-materialistas afastam-se da participação convencional e optam pela participação não convencional de oposição às elites, como é o caso dos protestos, boicotes e abaixo-assinados.

Putnam (2000), em sua obra *Bowling Alone*, diagnosticou um declínio generalizado do engajamento cívico dos norte-americanos nos últimos trinta anos, ou seja, um processo de corrosão de capital social manifestado pelo declínio do associativismo em todas as dimensões da vida cívica norte-americana: organizações cívicas e fraternais, clubes, sindicatos, grupos religiosos, associações de pais, etc. Entretanto, apesar da aparente consonância entre a queda da confiança e da participação cívica constatada por Putnam (2000), diversos autores questionaram a ideia de que os Estados Unidos estaria se tornando menos “cívico” com o passar do tempo (JACKMAN; MILLER, 1998; COHEN, 1999; BRADY, 1995). Para esses críticos, o que estaria acontecendo é uma mudança na forma de participação cívica, onde as antigas formas de engajamento seriam substituídas por outras formas de participação. De fato, o ativismo pela internet e as novas formas de mobilização política se encaixariam como exemplo.

Partiremos da análise de novas formas de participação políticas sem abdicarmos de formas de participação mais tradicionais como voto, participação em atividades partidária, etc. Nossa intenção é buscar uma melhor compreensão sobre como as diferentes modalidades

de participação se articulam entre si, no entendimento de que a participação é um fenômeno multidimensional.

Vale ressaltar que um dos entraves da literatura sobre participação é justamente pela forma como as pesquisas tem se estruturado em torno de propostas classificatórias que não captam a dinâmica dos atos participativos, e não buscam explorar as trajetórias do engajamento político, no sentido de como se deu a entrada, os antecedentes, as condições, experiências e resultados desse engajamento (HUSTIN; DENK, 2009). Nossos esforços seguem em consonância com tradições de pesquisa que se aproximam de uma “sociologia do militantismo” (FILLIEULE, 2001), preocupado com os mecanismos, recursos e trajetórias que constituem o “capital militante”. Nesse contexto, trabalhamos com o termo modalidades de participação política na perspectiva de avaliar os níveis de engajamento cívico por parte dos egressos da Rede PRECE.

Por se tratar de avaliar o impacto da formação de capital social da experiência do PRECE nas atitudes e comportamentos político dos egressos da experiência, a socialização política é um aspecto importante no presente trabalho. A socialização política pode ser definida por alguns autores (NORRIS, 1999; MATOS, 2007, NEWTON, 1999) como um processo de transmissão de valores e expectativas de cultura política existente na sociedade. Este é um processo permanente e faz parte do desenvolvimento cognitivo do indivíduo influenciado pelo meio histórico e social ao qual está inserido (VYGOTSKY, 1996; PIAGET, 1977).

No que se refere à Ciência Política, foca-se numa teoria política da socialização política (EASTON; DENNIS, 1969), no sentido de visualizar as consequências da socialização política para manutenção do próprio sistema político. Esses estudos focam em como os indivíduos internalizam crenças, normas e valores na constituição de uma cultura política.

Almond e Coleman (1969) afirmam que a socialização política pode ocorrer de forma latente ou manifesta, ou seja, a socialização latente ocorre quando a transmissão de atitudes e valores é feita de forma difusa e não programada pela família e instituições; a socialização manifesta, de forma mais explícita, é realizada por agências de socialização (partido político, igreja, ambiente de trabalho, meios de comunicação, escola, etc.).

Para Baquero (2011), o processo de socialização política se apresenta de forma incongruente na sociedade brasileira, produzindo uma cultura política híbrida. Esse processo de socialização é fomentado pela família de forma intergeracional, pela educação (escola) e, atualmente, percebemos a influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs),

através de um processo de autossocialização. As novas tecnologias impactam o processo de socialização política dos jovens, através de novas formas de intercâmbio social, tais como mensagens instantâneas, redes sociais e salas de chat. Para Nazzari (2010), o empoderamento dos jovens através do processo de socialização política é uma alternativa relevante para promover a inclusão e participação destes sujeitos nos espaços democráticos. A constituição de atitudes e comportamentos políticos é o resultado das vivências dos indivíduos com a dimensão cultural da sociedade, através da socialização.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Por se tratar de um estudo sobre capital social, uma categoria multidimensional que incorpora vários níveis e unidades de análise, não nos detivemos somente a uma técnica de pesquisa. Nesse sentido, trabalhamos com uma abordagem mista, quanti-qualitativa, uma vez que a complexidade do objeto de pesquisa nos permitiu essa escolha. Para colher os dados quantitativos, utilizamos como instrumentos de análise questionários estruturados, quanto aos dados qualitativos, foram colhidos a partir da realização de grupos focais e entrevistas com lideranças. Além disso, utilizamos a análise documental, uma técnica que se somou às demais. A seguir, fizemos uma discussão acerca da relação pesquisador-objeto e os limites da própria objetivação objetiva, no sentido de termos o policiamento necessário para não cairmos na ilusão da compreensão imediata.

3.1 A armadilha do objeto pré-construído

O desafio metodológico da pesquisa é buscar uma objetivação objetiva frente a um objeto pelo qual sou ao mesmo tempo um produto do universo pesquisado trazendo comigo as possíveis pré-noções e adesões inconscientes acerca do objeto em questão. Nesse sentido, tecer um diálogo com Bourdieu se fez mais que necessário, por ter em suas pesquisas se colocado muitas vezes como um produto do universo pesquisado, pois, para ele, entender o objeto de estudo era, concomitantemente, conhecer a si próprio, no sentido que sua trajetória de vida se confundiu com alguns de seus objetos de estudo.

O sociólogo francês criticava o *habitus acadêmico* das pesquisas prontas e acabadas, em geral, focadas mais naquilo que são os resultados da pesquisa do que na importância do processo. Como ele dizia: “o *homo academicus* gosta do acabado” (BOURDIEU, 2011, p. 19). Defendia que o pesquisador deve expor suas dificuldades, hesitações e empecilhos que surgem ao longo do processo, retratando como a pesquisa se realizou e quais os métodos utilizados. Na construção do objeto do conhecimento, parte importante da produção científica, é preciso estar atento aos por menores dos procedimentos, trata-se para ele de um “fazer pesquisa” como um ofício que pode ser aprendido e ensinado, um trabalho muito mais prático do que teórico.

Bourdieu (2001) alerta do perigo de cairmos na armadilha do que ele chama de “objeto pré-construído”⁸ na medida em que há um interesse do pesquisador pelo objeto, sem conhecer as motivações para tal interesse. Segundo ele “a força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural” (BOURDIEU, 2001, p. 49). Portanto, é preciso ter uma verdadeira conversão no olhar e, porque não dizer, do ensino da pesquisa em sociologia.

Seguindo os processos do trabalho de pesquisa, ou seja, o saber-fazer apresentado por Bourdieu (2011), o pesquisador precisa pensar de forma relacional, por exemplo, em relação à teoria e ao método. Para ele, as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções mais teóricas de construção do objeto (BOURDIEU, 2011). Ele nos alerta a não tecer condenações metodológicas a uma ou outra técnica de pesquisa, no sentido que podemos combinar técnicas diferentes, relacioná-las e fazê-las coexistir, numa crítica aberta ao monoteísmo metodológico. Segundo o sociólogo, não podemos confundir rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor metodológico, que tem relação com uma extrema vigilância de utilização das técnicas e sua adequação ao problema proposto. Outro pensar relacional, segundo ele, está na percepção do objeto dentro de seu contexto e que “o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 2011, p. 27).

Em sua pedagogia de pesquisa, para fugir do que ele denominava de “ilusão da compreensão imediata” (BOURDIEU, 2011, p. 45), Bourdieu se manteve exigente enquanto sociólogo aliando a observação dos fenômenos sociais à reflexão sobre a observação desses fenômenos, no sentido de uma “objetivação participante”, segundo ele, o exercício mais difícil de investigação, porque requer ruptura com as aderências mais profundas que o pesquisador possa ter, sendo que, muitas delas, encontram-se na base do próprio interesse pelo objeto. Nesse sentido, o pesquisador não pode chegar ao objeto com uma camisa de força teórica movida pelos seus interesses e pré-noções, deixando de perceber, porventura, peculiaridades do objeto que podem demandar novas abordagens e técnicas metodológicas. Trata-se, segundo Bourdieu (2011), do exercício mais profundo de uma sociologia reflexiva e da própria configuração da sociologia enquanto profissão.

⁸ Bourdieu afirma que construir um objeto científico é, antes de tudo, romper com o senso comum. “O pré-construído encontra-se em toda parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa” (BOURDIEU, 2011, p. 34).

No que tange à pesquisa, o desafio metodológico frente ao objeto encontra-se justamente nesse trabalho de objetivação, pois o fato do pesquisador ser um egresso do movimento faz com que seja necessário romper com categorias socialmente constituídas da percepção sobre o objeto, que podem estar inconscientemente na base de meu interesse pela pesquisa. Minha relação com o objeto deve ser objetiva, no sentido de se estabelecer condições mínimas de ruptura com modelos prontos para que não incorra uma visão parcial e reducionista com ares de ciência. Bourdieu (2011, p. 58) falará em objetivação participante, para ele o cume da arte sociológica:

É preciso, de certo modo, ter-se renunciado à tentação de se servir da ciência para intervir no objeto, para se estar em estado de operar uma objetivação que não seja a simples visão redutora e parcial que se pode ter, no interior do jogo, de outro jogador, mas sim a visão global que se tem de um jogo passível de ser apreendido como tal porque se saiu dele.

A tarefa de objetivar-se participadamente estabelece tanto uma relação do sujeito com seu objeto, bem como do sujeito com seu eu social e individual, pois ao inserir-se no universo social, o intelectual se qualifica à compreensão de si mesmo, ao mesmo tempo em que busca objetivar o lugar ocupado por si próprio nesse espaço social.

Para Bourdieu (2011), o grande risco que corre o pesquisador de cair na armadilha das pré-noções é não conhecer sua verdadeira motivação de interesse acerca do objeto que estuda. Nesse sentido, a relação do sociólogo com o seu objeto deve ser objetiva, consciente de suas motivações. Reconhecendo-me como produto do universo pesquisado, acredito que meu interesse em pesquisar a rede de associações do PRECE decorre de algumas motivações. Minha trajetória como estudante universitário esteve relacionado a momentos de inflexão do PRECE. Primeiramente, o fato de ter participado, ainda como estudante secundarista do então projeto educacional coração de estudante, na fase de ampliação e replicação da experiência do PRECE para outras comunidades; e, à posteriori, já como universitário, ter tido a experiência de retornar à comunidade para desenvolver projetos comunitários de apoio à escola pública e na área de controle social e governança.

Na fase de politização do movimento⁹, meu envolvimento com projetos na área de controle social e governança ocorreu concomitantemente a meus estudos na graduação em ciências sociais. Minha inserção no campo universitário e meu contato com um cabedal teórico sobre a teoria sociológica despertou àquela época meu interesse em pesquisar a rede

⁹ **Fase de politização do PRECE:** iniciada no ano de 2006, demarca uma mudança significativa na forma de organização do movimento, abrindo espaço para o PRECE rever o seu papel enquanto apêndice do sistema escolar para iniciar um movimento em prol da defesa de uma escola pública de qualidade e de políticas públicas educacionais (BARBOSA, 2016).

de relações imbricadas no PRECE no sentido de um capital social comunitário¹⁰. Ter desenvolvido uma pesquisa monográfica sobre a experiência dessas entidades associativas do PRECE como foco de constituição de capital social em Pentecoste decorreu de minha ligação com o objeto de estudo. Após ter concluído o curso de bacharelado em ciências sociais, fui paulatinamente me envolvendo com projetos de educação voltados à aprendizagem cooperativa em sala de aula e me desliguei da associação estudantil do PRECE a qual fazia parte. Atualmente, sou professor de sociologia e filosofia na EEEP Alan Pinho Tabosa, em Pentecoste.

Meu retorno à universidade como estudante de licenciatura (2014) e, à posteriori, meu ingresso na pós-graduação em sociologia (2016.1), estimularam-me a retomar minhas pesquisas sobre capital social numa perspectiva mais ligada à participação política. Num contexto de descrédito com a política e insuficiente participação da juventude em espaços democráticos participativos, a ideia de que o capital social possa vir a induzir a participação política me estimulou a realizar uma pesquisa com egressos do PRECE. Minha motivação maior decorreu de avaliar se uma experiência de socialização educativa e política gera empoderamento cidadão e estimula o potencial de capital social emancipatório e, conseqüentemente, influencia positivamente os níveis de participação política de egressos da referida experiência.

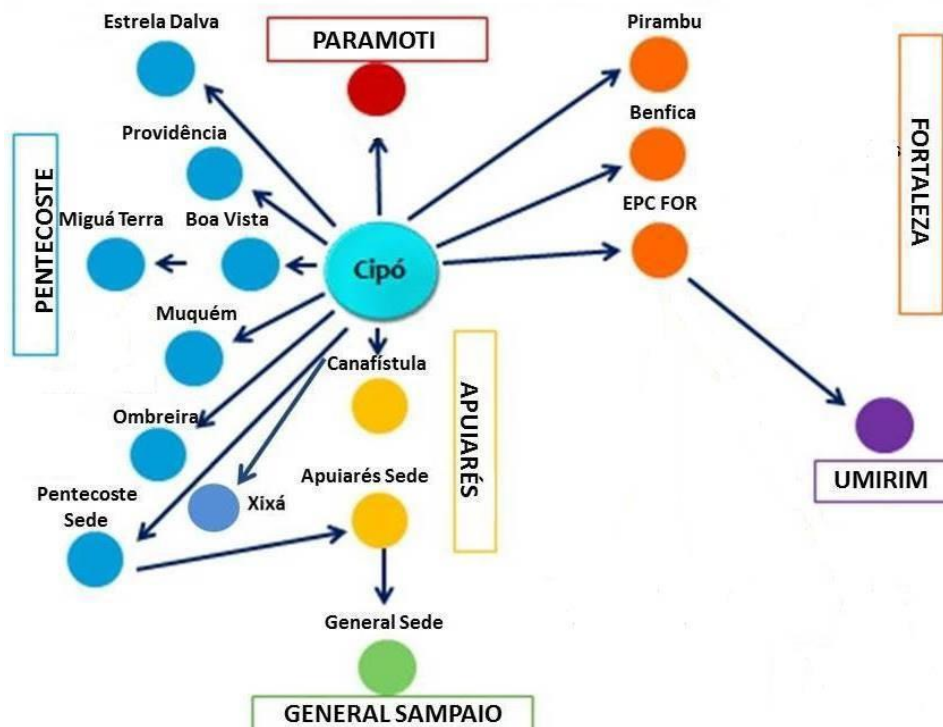
No que tange à pesquisa, nossa intenção foi buscar o exercício de uma objetivação participante frente ao objeto, preservando uma postura de flexibilidade no decorrer da pesquisa, estando disposto a rupturas caso surja a necessidade de uma abertura para novas hipóteses, sem absolutamente fugir do rigor científico, com o devido esforço metodológico de dar mais atenção ao processo da pesquisa, sem desconsiderar novas abordagens e técnicas metodológicas por conta de um determinante interesse prévio. Foi nesse contexto que o exercício da objetivação participante possibilitou determinadas rupturas e nos fez refletir, concomitantemente, sobre a relação pesquisador-objeto e os limites da própria objetivação objetiva.

3.2 Contexto da pesquisa: os desafios de pesquisas com egressos

¹⁰ **Capital social comunitário:** é aquele que corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Refere-se à capacidade que eles possuem de gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades, além do potencial organizativo que essas mesmas comunidades possuem.

O programa chegou a ser disseminado em sete municípios do Ceará, somando um total de 19 localidades onde se formaram associações estudantis chamadas de EPCs que abrigavam o programa. Estima-se que ao longo desses 22 anos de existência, aproximadamente, 5.000 pessoas, incluindo crianças, jovens e adultos, participaram de alguma das 22 EPCs, das quais aproximadamente 500 chegaram a ingressar em universidades públicas e privadas, sendo a grande maioria delas localizadas no Ceará (BARBOSA, 2016). Na região do Vale do Curu, tendo como epicentro a comunidade Cipó, foram criadas 14 EPCs nos seguintes locais: Cipó, Pentecoste (sede), Boa Vista, Miguá-Terra, Providência, Xixá, Muquém, Ombreira, Serrota, Apuiarés (sede), General Sampaio (sede), Canafístula (distrito de Apuiarés), Paramoti (sede) e Umirim (sede). Dessas, no que se refere ao município de Pentecoste, somente as EPCs de Cipó, Miguá-Terra, Providência, Ombreira e Pentecoste (sede) ainda desenvolvem projetos comunitários¹¹. A seguir, uma figura com todas as EPCs que já existiram e as suas respectivas localidades:

Figura 1 – EPCs e núcleos do PRECE (atuais e desativados)



Fonte: Memorial do PRECE (2017).

Decidimos, no sentido de avaliar a influência do PRECE na participação política de seus membros, pesquisar sujeitos que passaram pela experiência a fim de capturarmos a possível permanência de valores, normas, regras sociais e atitudes que foram internalizadas e

¹¹ Números e dados informados pela coordenação do ICORES e pela equipe do Memorial do PRECE.

permanecem na conduta dos participantes, mesmo com o passar do tempo e com o distanciamento do programa.

No entanto, vale salientar os desafios que se fazem presente frente a uma pesquisa que envolve egressos. Para Lordelo e Dazzani (2012), egressos de programas e de políticas sociais são uma fonte privilegiada de informações que permitem entender o alcance, efeitos e consequências de uma ação educativa. Entretanto, segundo Silveira (2009), a pesquisa com egressos aponta algumas dificuldades, dentre elas: a localização dos sujeitos, sendo que o banco de dados como endereço eletrônico e físico, telefone, podem estar desatualizados, não retratando a realidade no momento da coleta; a própria disposição do egresso em cooperar, em ceder parte de seu tempo e informações sobre sua vida privada; e a escassez de referenciais teóricos e metodológicos de pesquisas com egressos que sirvam para subsidiar a investigação.

Em nossa pesquisa sobre egressos do PRECE, utilizamos algumas estratégias para buscar alcançar o maior número de entrevistados possíveis. A primeira estratégia foi realizar uma pesquisa junto ao banco de dados do Projeto “Memorial do PRECE”¹² no intuito de fazer um levantamento do número de graduados. O objetivo era formular uma lista com informações sobre os egressos contendo o seu endereço eletrônico, *e-mail*, telefone, etc. As listas foram formuladas, inicialmente, em ordem alfabética, levando em consideração a cidade e a associação do PRECE a qual o entrevistado fez parte.

Devido à dificuldade de aplicação do questionário *in loco*, seja pela dispersão espacial dos egressos pelo estado do Ceará e até mesmo fora dele, seja pela questão de tempo para a coleta dos dados, elaboramos o questionário utilizando a ferramenta do *Google Docs*. A estratégia foi elaborar o questionário *on-line* a partir dessa ferramenta e enviar via *e-mail* e pela caixa de mensagem do *Facebook* do egresso. A partir do banco de dados, buscamos identificar os egressos nas redes sociais, principalmente na rede social *Facebook*. Para isso, utilizei minha conta particular para localizar perfis de egressos na rede social. A estratégia de se realizar um levantamento a partir das redes sociais é uma forma de solucionar o problema de localização de egressos, entretanto, foi difícil encontrar os perfis, haja vista que alguns deles estavam com nomes diferentes ou apelidos, e outros não tinham perfil no *Facebook*.

Nosso principal problema foi, primeiramente, localizar os entrevistados e, depois, garantir que os entrevistados preenchessem o questionário *on-line*. Utilizamos, à priori, algumas estratégias: enviamos *e-mail* com um texto explicando os motivos da realização da pesquisa e pedindo a colaboração (pelo menos aos que tínhamos *e-mail*), além disso, busquei

¹² Projeto do PRECE que faz o registro e arquivamento de materiais escritos, de imagens e materiais audiovisuais.

ligar para o maior número de egressos possível e enviei mensagens privadas para os egressos via *WhatsApp* ou para grupos de *WhatsApp* com ex-participantes do PRECE, etc. Vale salientar que, parte do banco de dados obtidos nos arquivos do Projeto Memorial do PRECE já estavam desatualizados por conta do tempo de coleta, o que dificultou o contato via *e-mail* e telefone. Nem todos da lista presente no banco de dados tinham *e-mail* e telefone, o que fez com que a principal estratégia de localização tenha sido, de fato, o *Facebook*, como também o *WhatsApp*, no caso daqueles que tinham celulares *smartphone*. A aproximação do pesquisador com boa parte dos entrevistados facilitou a coleta desses dados, além de ter contado com o apoio de membros que fazem parte da rede PRECE atualmente.

3.3 Técnicas da metodologia

Por se tratar de uma pesquisa quanti-qualitativa, buscamos utilizar uma variedade de técnicas. Primeiramente, no que se refere ao colhimento de dados de cunho quantitativo, utilizamos um questionário integrado estruturado. Já para o colhimento dos dados de cunho qualitativo, realizamos grupos focais com egressos, além de entrevistas abertas com lideranças-chave do movimento. Como complemento dos dados, utilizamos a análise documental, contando com o auxílio do acervo do Projeto Memorial do PRECE.

3.3.1 Questionário

Buscando seguir modelos de *surveys* utilizados para medir estoque de capital social, utilizamos, neste estudo, entrevistas estruturadas com a aplicação de um questionário baseado no modelo de Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS) do Banco Mundial (2003), elaboramos o Questionário integrado para medir o potencial de capital social emancipatório e o empoderamento cidadão (QI-PCE) dividido em duas seções: a primeira aborda questões relevantes sobre os indicadores determinantes de capital social com categorias relacionadas ao potencial emancipatório, com questões relacionadas a aspectos do capital social, a confiança interpessoal, a confiança institucional, empoderamento cidadão e participação política. Na segunda seção do questionário, abordamos questões relacionadas à participação do entrevistado na Rede PRECE, sociabilidade, rede pessoal e a influência do programa no que tange à internalização de valores e atitudes na vida dos participantes (questionário QI-PCE no ANEXO A).

Para avaliar a influência do PRECE referente a níveis de participação política dos egressos da experiência, o QI-PCE partiu das seguintes categorias:

- a) *confiança interpessoal*: além das perguntas tradicionais sobre confiança presentes em um número notável de *surveys* nacionais, essa categoria busca levantar dados de confiança em relação a vizinhos, pessoas próximas e também estranhos;
- b) *confiança institucional*: busca extrair as percepções dos entrevistados acerca de instituições cruciais de provimento de bens públicos;
- c) *empoderamento cidadão*: as questões referentes a essa categoria abordam, concomitantemente, nível de autoestima e autoconfiança, consciência crítica acerca da realidade, interesse e satisfação política, capacidade de influenciar politicamente;
- d) *potencial de capital social emancipatório*: envolvimento cívico com problemas comunitários e predisposição de reivindicar alguma causa comum.

Na segunda seção, o questionário aborda questões referentes à participação do entrevistado na rede PRECE: ingresso, tempo de participação, atividades desenvolvidas, possíveis benefícios, etc. A seção segue com informações sociodemográficas, compostas por dados gerais como sexo, estado civil, escolaridade, cidade onde mora, idade, etc. Também buscamos medir o nível de sociabilidade do egresso a partir de suas interações em sua rede pessoal no sentido de saber se ainda mantém contato com membros do PRECE. Incluímos, no final do questionário, uma questão aberta relacionado à possível influência do PRECE na internalização de valores e atitudes que contribuíram para a vida social, pessoal e profissional dos participantes da experiência.

3.3.2 Análise documental

Neste trabalho, a análise documental foi utilizada como um complemento às demais técnicas metodológicas utilizadas. A pesquisa documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Os documentos constituem uma fonte estável e rica de onde o pesquisador poderá retirar evidências que fundamentam suas afirmações. A vantagem dos documentos é que os mesmos podem ser consultados várias vezes, possuem baixo custo financeiro (apenas tempo) e servem para ratificar, validar ou complementar informações obtidas por outras técnicas de coleta de dados (GUBA; LINCOLN, 1981).

Segundo Flick (2009), o ponto de partida para a análise de documentos é a compreensão interpretativa do texto, que possibilitará realizar inferências válidas para a pesquisa realizada, gerando dados a serem interpretados e analisados dentro de um contexto específico. A análise documental dos materiais arquivados pelo Projeto Memorial do PRECE contribuiu para validarmos alguns dados e informações obtidas por outras técnicas utilizadas na pesquisa, como o questionário, o grupo focal e as entrevistas com lideranças.

Primeiramente, realizamos um levantamento de materiais disponíveis, procedemos com a leitura dos documentos e anotações. Em seguida fomos mapeando os temas e relacionando com as nossas categorias de análise. Ao todo, foram analisadas 16 edições do Jornal Tribuna do Estudante e uma edição do Jornal Folha da Juventude, além da ata de Fundação do então Projeto Coração de Estudante (PRECE). Fizemos uma varredura na internet das postagens em *blogs* e *sites* relacionados ao PRECE e “printamos” (fizemos imagens das telas do computador) diversas matérias realizadas pelos precistas, as quais estavam disponíveis em *sites* como o do “Programa de Educação em Células Cooperativas”, *blogs* do Movimento em Defesa da Escola Pública, do Movimento Município Que Queremos (MQQ) e o *blog* e a página do *Facebook* do próprio Memorial do PRECE¹³. Também realizamos uma varredura em nosso arquivo pessoal e, como fui um dos membros, realizei um levantamento em textos compartilhados no grupo do ICORES no *yahoo grupos* a partir da minha conta *yahoo*. O intuito era encontrar textos e documentos oficiais referentes a projetos e ações do PRECE. Os documentos foram analisados à luz de nossas categorias de análise.

Vale ressaltar que realizamos também uma pesquisa bibliográfica acerca do material acadêmico produzido sobre o PRECE, fazendo um levantamento de monografias e dissertações realizadas sobre a experiência. Vale ressaltar que o trabalho de pesquisa já realizado sobre o PRECE colaborou com as nossas análises.

3.3.3 Entrevistas abertas

A entrevista é definida por Haguette (1997, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. As entrevistas abertas ou não estruturadas correspondem a um modelo mais flexível de entrevista, levando em consideração

¹³ Ver: Movimento em Defesa da Escola Pública: <http://movescolapublica.blogspot.com/>; Movimento Município Que Queremos: <http://mquequeremos.blogspot.com.br/>; Memorial do PRECE: <http://memorialdoprece.blogspot.com.br/>

uma maior liberdade do pesquisador no âmbito da entrevista, haja vista que por serem perguntas abertas, as mesmas vão sendo respondidas no âmbito de uma conversação.

De acordo com Boni e Quaresma (2005), a técnica de entrevista aberta é utilizada quando o autor pretende obter o maior número de observações possíveis sobre determinado tema, onde o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. Lembrando que a interferência do entrevistador deve ser a mínima e as perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal.

Para colaborar com os objetivos que nos propusemos na presente pesquisa resolvemos fazer um levantamento de “lideranças chaves”, ou seja, lideranças que tiveram um papel fundamental na construção, coordenação e desenvolvimento de projetos educacionais e de formação cidadã no PRECE. No contexto de uma entrevista aberta, a ideia era justamente abrir espaço para que a liderança pudesse falar de sua participação no PRECE e sobre os impactos da experiência na sua vida em particular.

Não tínhamos o objetivo de realizar muitas entrevistas, portanto escolhemos quatro lideranças chaves que entendemos que poderiam colaborar no sentido de explorar mais amplamente algumas questões relevantes da pesquisa. Os entrevistados foram:

- a) professor Manoel Andrade Neto (EN1), entrevista concedida na comunidade de Cipó, em 19 de novembro de 2017. É o idealizador da experiência educacional do PRECE e liderança mais influente do movimento. Professor do Departamento de Química da UFC e, atualmente, coordenador da Coordenadoria de Articulação entre Universidade e Educação Básica (COART)/UFC;
- b) professor José Jocélio Simplício de Moraes (EN2), entrevista concedida em 20 de novembro de 2017, em Pentecoste. Participou do programa de desenvolvimento político do PRECE, foi coordenador do Programa de Rádio Coração de Estudante, e realizou uma pesquisa acadêmica sobre a experiência do Conselho Municipal de Segurança Pública de Pentecoste. Atualmente é professor da EEEP Alan Pinho Tabosa em Pentecoste;
- c) professor Edilson da Costa (EN3), entrevista concedida em 22 de novembro de 2017, em Pentecoste (sede). Foi coordenador do programa de desenvolvimento político do PRECE e primeiro membro do PRECE a se candidatar a um cargo eletivo (vereador) na política partidária em Pentecoste. Atualmente, é professor da rede municipal de educação do município de São Gonçalo do Amarante-CE;

- d) Ana Maria Teixeira Andrade (EN4), entrevista concedida em 9 de dezembro de 2017. Coordenadora do Projeto Memorial do PRECE e, atualmente, é doutoranda em Educação Brasileira na UFC, desenvolvendo pesquisa sobre a “Narrativa de experiências e vivências (auto)formativas no movimento de estudantes cooperativos e solidários do PRECE”.

Optamos por não ocultar os nomes das lideranças entrevistadas nas citações, primeiramente pelo número pequeno de entrevistas e sobretudo pela importância dos entrevistados para a análise do movimento, sendo que são lideranças facilmente identificáveis pelos cargos e posições que ocuparam no PRECE. Vale ressaltar que as entrevistas foram importantes no sentido do detalhamento de questões acerca da experiência, questões que não encontramos na análise documental, além disso, colaboraram para compreendermos algumas especificidades do movimento PRECE e ratificar informações obtidas a partir dos outros instrumentos de pesquisa.

3.3.4 Grupos focais

Nessa etapa qualitativa da pesquisa nosso objetivo foi aprofundar o conhecimento de como se deu o processo de socialização educacional e política do PRECE. Realizamos a técnica de grupos focais a fim de capturarmos o fenômeno estudado com a obtenção de dados mais subjetivos que vão sendo construídos e capturados processualmente.

Para Morgan e Krueger (1993), o grupo focal tem como objetivo entender, a partir das trocas nas discussões no grupo, conceitos, sentimentos, como também atitudes, reações, etc.; de um modo que não seria capaz de captar através de outras técnicas, permitindo a compreensão de contraposições, contradições e divergências. Nosso objetivo é compreender os significados que vão sendo formulados e reformulados a respeito de uma determinada questão a partir da perspectiva de vários sujeitos que devem interagir no grupo de forma livre.

Para Boni e Quaresma (2005), não existe consenso nas ciências sociais que determina quando este método é mais eficaz do que a entrevista individual, pois a eficácia do método está relacionada a fatores como a natureza da pesquisa, tipo de entrevistados e habilidade do pesquisador. No entanto, podemos considerar que a discussão em grupo complementa a entrevista individual e até mesmo uma observação participante.

Durante a pesquisa nos preocupamos em criar um clima de informalidade e liberdade levando em consideração a necessidade de que a questão levantada pelo grupo focal

fosse referência para as discussões, uma vez que os participantes estavam ali reunidos a partir da necessidade de discutir uma determinada questão. O convite para participação nos grupos focais foi feito por meio do contato nas redes sociais (sobretudo *Facebook*) e também a partir da rede social *WhatsApp*. Tendo mobilizado em torno de 20 pessoas em Pentecoste e em Fortaleza para participarem de cada um deles. Tivemos a participação nos grupos focais de egressos das seguintes EPCs do município de Pentecoste: Cipó, Boa Vista, Providência, Miguá-Terra, Ombreira e Pentecoste (sede).

O perfil dos participantes dos grupos focais foi: 11 homens e 5 mulheres. Destes, todos possuem nível superior e a maioria tem ligação com a área da educação: 10 deles são docentes da educação básica, 2 estão realizando uma nova graduação, 1 está realizando pós-graduação, também na área da educação; e outros 3 são profissionais de outras áreas de atuação (ciências da computação, agronomia e engenharia de pesca).

Vale ressaltar que todos os participantes tiveram experiências de estudo em células, ingressaram na universidade estudando no PRECE e retornaram as suas comunidades para desenvolverem projetos comunitários¹⁴. Todos eles participaram da fase de aplicação do questionário preenchendo o QI-PCE e a maioria ocupou posições de lideranças em projetos educacionais e de controle social e governança no PRECE.

No Grupo Focal 1, que foi realizado nas dependências da EEEP Alan Pinho Tabosa em Pentecoste, no dia 6 de dezembro de 2017, contamos com a presença de 10 participantes, com idades que variavam de 24 a 57 anos, dos quais cinco participaram da EPC Pentecoste, um participou da EPC Miguá-Terra, um da EPC Ombreira, um participou da EPC Cipó, um participou da EPC Cipó e Boa Vista, e outro participou da EPC Boa Vista e EPC Providência. Denominamos a sigla “GF1” para nos referirmos aos participantes deste grupo focal. No Grupo Focal 2, que foi realizado na sede do ICORES, no bairro Benfica, em Fortaleza-CE, no dia 8 de dezembro de 2017, contamos com a presença de 6 participantes, com idades que variavam de 28 a 46 anos, dos quais três participaram da EPC Pentecoste, um participou da EPC Ombreira e EPC Pentecoste, um participou da EPC Cipó e EPC Pentecoste e outro participou da EPC Cipó e EPC Ombreira. Denominamos a sigla “GF2” para nos referirmos aos participantes deste grupo focal.

A realização de dois grupos focais se deu pela necessidade de mobilização dos egressos, haja vista que a maioria se encontra trabalhando nessas cidades, Pentecoste e Fortaleza. Foi pedido aos participantes autorização para que suas falas fossem gravadas e, em

¹⁴ Os nomes dos participantes dos grupos focais que aparecem nesse estudo são fictícios.

ambos os grupos focais, as gravações duraram em torno de duas horas. Foi apresentada, à priori, uma análise exploratória com alguns resultados presentes no questionário QI-PCE, e, também, uma cronologia de projetos do PRECE na área de controle social e governança. A ideia era fazer com que os participantes pudessem rememorar alguns fatos estimular a discussão.

Na execução dos grupos focais, primeiramente, realizei uma análise feita pela organização de temas (organização temática), procedimento indicado por alguns autores (OLIVEIRA; WERBA, 1998; SENA; DUARTE, 1999). Nesse contexto, as temáticas foram organizadas a partir de um Roteiro (ANEXO B) para guiar as interações em torno de objetivos específicos da pesquisa, pautadas pelas seguintes temáticas abordadas: “interesse pela política”, “empoderamento”, “predisposição à participação política” e “impacto político do PRECE”. Para a interpretação das comunicações (BARDIN, 1988), realizamos o registro e transcrições dos dados para facilitar a análise do conteúdo. Como dicas de análise (KRUEGER, 2002), observamos as posições tomadas pelos integrantes em relação a determinados pontos, a avaliação das palavras utilizadas na discussão e seus significados, aprofundamento do debate e ideias originais que ele proporcionou (KIND, 2004). Nosso procedimento de análise envolveu tanto a análise temática quanto à análise de discurso à luz dos pressupostos teóricos da pesquisa.

3.4 Seleção dos participantes

Para a escolha dos participantes da pesquisa, priorizamos sujeitos que tiveram uma trajetória junto à Rede PRECE e que fizeram parte de EPCs diferentes. Como estávamos conduzindo uma investigação sobre a influência positiva do PRECE nos níveis de participação política, decidimos incluir pessoas que já não estão mais atuando no PRECE a fim de capturarmos a possível permanência de normas, regras, valores e atitudes que supostamente foram internalizados com o passar do tempo e com o distanciamento do programa.

A etapa quantitativa contou com uma amostra, por conveniência, de 108 participantes, seguindo os seguintes critérios de participação na pesquisa:

- a) ter no mínimo 1 ano de experiência em uma EPC da Rede PRECE;
- b) ter ingressado na universidade com apoio do PRECE;
- c) ter desenvolvido atividades voluntárias em projetos da Rede PRECE após o ingresso na universidade;

- d) ter concluído o curso de graduação;
- e) não está desenvolvendo nenhum projeto ligado a alguma EPC da Rede PRECE no presente momento.

Os participantes foram predominantemente residentes das cidades de Fortaleza (44,4%) e Pentecoste (31,5%), com idade variando de 25 a 29 anos (41,7%), do sexo masculino (54,6%), católicos (52,7%) e com renda mensal de 2 a 3 salários (24,1%). Os dados detalhados referentes à amostra podem ser observados na Tabela a seguir:

Tabela 1 – Variáveis sociodemográficas (n = 108)

Sexo	Freq.	%
Masculino	49	45,4
Feminino	59	54,6
Total	108	100
Faixa Etária	Freq.	%
18 a 24 anos	7	6,5
25 a 29 anos	45	41,7
30 a 34 anos	37	34,3
35 a 39 anos	13	12,0
40 a 44 anos	4	3,7
55 a 59 anos	2	1,9
Total	108	100
Renda Mensal	Freq.	%
Sem renda	16	14,8
Menos de um salário	3	2,8
1 a 2 salários mínimos	22	20,4
2 a 3 salários mínimos	26	24,1
3 a 4 salários mínimos	25	23,1
4 a 5 salários mínimos	8	7,4
5 a 7 salários mínimos	4	3,7
7 a 10 salários mínimos	4	3,7
Total	108	100

Fonte: dados do QI-PCE.

No que tange a etapa qualitativa da pesquisa, foi estabelecido como critério principal para participação no grupo focal o de ter participado da etapa de pesquisa anterior, ou seja, ter preenchido o questionário *on-line* da etapa quantitativa. Quanto ao perfil dos participantes, buscamos constituir um grupo com pessoas que participaram de associações estudantis diferentes na Rede PRECE. Em relação à EPC em que o egresso fez parte, a maioria dos participantes de nossa pesquisa tem uma ligação com a EPC Pentecoste (Sede). Como podemos verificar na tabela a seguir:

Tabela 2 – EPCs em que participou

EPCs	Nº de participantes
Apuiarés	10
Boa Vista	13
Canafístula	8
Cipó	26
Estrela D’Alva	1
Miguá-Terra	5
Muquém	4
Fortaleza	9
General Sampaio	2
Ombreira	6
Paramoti	2
Pentecoste Sede	54
Pirambu	4
Providência	2
Serrota	5
Umirim	1

Fonte: dados do QI-PCE.

Vale ressaltar que indagamos aos entrevistados sobre qual (ou quais) EPCs ele participou, haja vista que o indivíduo pode ter participado de uma ou mais EPCs em municípios e/ou comunidades diferentes.

No que se refere à parte qualitativa, vale frisar que em ambos os grupos focais, os participantes foram predominantemente de EPCs do município de Pentecoste. Levamos em

consideração no esboço da pesquisa a diversidade quanto ao gênero e a área de atuação profissional. No entanto, conseguimos em parte, haja vista que dos 16 participantes, dez eram docentes da educação básica, e quanto à questão de gênero tivemos onze homens e cinco mulheres.

3.5 Processo de construção de dados

Na etapa quantitativa da presente pesquisa foram aplicados o instrumento composto pelo questionário QI-PCE (BANCO MUNDIAL, 2003) a um grupo de 108 participantes que se encaixavam nos critérios pré-estabelecidos de participação, levando em consideração que a decisão por tais critérios de participação diminuiu o nosso raio da pesquisa, principalmente porque nem todos os graduados retornaram para desenvolver projetos comunitários após o ingresso na universidade, sendo que, o extremo contrário também ocorreu, graduados que se mantiveram desenvolvendo atividades voluntárias em suas EPCs mesmo após a saída da universidade. No entanto, no que concerne ao número de questionários enviados, conseguimos uma boa adesão se levarmos em consideração o curto espaço de tempo, pois iniciamos o processo de envio do questionário no final do mês de julho de 2017.

Nessa etapa da pesquisa quantitativa optamos pela técnica de análise de trajetória, utilizada para aferir relações diretas e indiretas entre as variáveis dentro de um modelo teórico proposto (LLERAS, 2005). A relação entre variáveis indica ou não causalidades entre elas e permite a formulação de inferências acerca do objeto em questão.

A partir das variáveis do questionário aplicado para estudantes egressos da Rede PRECE foram construídos índices que representam os conceitos teóricos problematizados. As análises da etapa quantitativa foram realizadas através do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) (versão 20.0). Optamos pela técnica de análise de trajetória que permitiu estabelecer uma relação entre a teoria e os dados empíricos. No quadro abaixo estão indicadas as variáveis do questionário que foram utilizados para a construção de índices:

Quadro 1 – Operacionalização dos conceitos utilizados no modelo

Conceitos		Variáveis	Definições operacionais
Participação	Modalidades de	q12 Voto	- Participou

Política	participação política	q16.3 Manifestação/Protesto q16.4 Campanha eleitoral q16.5 Campanha informativa no meio virtual q16.8 Abaixo assinado/petição (<i>on-line</i>)	- Não participou
Capital Social	Potencial de Capital Social Emancipatório	q13.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas do seu bairro/comunidade? q13.2 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação do seu bairro/ comunidade? q13.3 Você se reuniria com membros da comunidade para reivindicar ou entregar conjuntamente uma petição a membros do governo ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício da comunidade? q13.4 Você estaria disposto a participar de um projeto na comunidade que não lhe beneficiaria diretamente, mas que tem benefícios para outras pessoas do seu bairro/comunidade?	- Sim - Não
Confiança	Confiança Interpessoal	q5.1 Pode-se confiar na maioria das pessoas q5.3 Em minha comunidade é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem q5.7 Se estivesse cuidando de uma criança e tivesse que sair por um tempo poderia contar com a ajuda de meus vizinhos	- Concordo totalmente - Concordo em parte - Nem concordo e nem discordo - Discordo totalmente

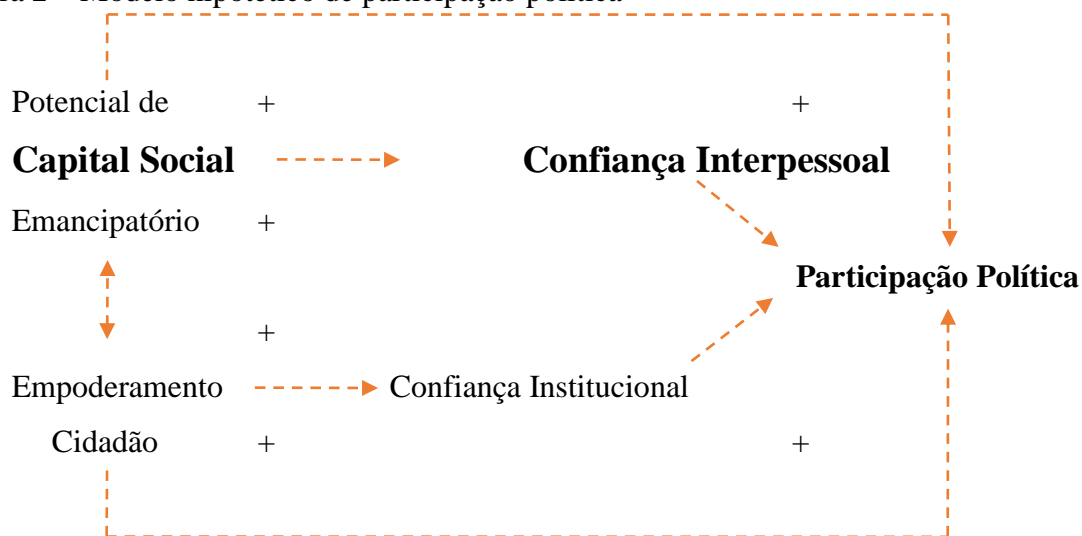
		q5.10 confio na maioria das pessoas do meu trabalho e/ou faculdade	
	Confiança Institucional	q7.1 Governo Federal q7.2 Congresso Nacional q7.4 Governo Municipal q7.5 Partidos políticos q7.6 Judiciário q7.9 Polícia Militar q7.10 Igreja q7.16 Escola Pública	- Confia - Confia em parte - Confia pouco - Não confia
Empoderamento	Empoderamento Cidadão	q1 Poder para tomar decisões q4 Felicidade q9 Interesse pela política q10 Satisfação com a democracia q17 Ação política e participação comunitária	- Sim - Não

Fonte: elaboração própria com base nas questões estruturadas no QI-PCE.

A análise de trajetória baseia-se em análises de regressão múltipla determinada por relações entre variáveis onde modelos causais formulados teoricamente podem ser verificados por meio de estimativas probabilísticas das conexões entre um conjunto de variáveis. São definidos coeficientes de correlações através de conexões que perpassam diversos caminhos entre as variáveis (BRYMAN; CRAMER, 2005).

No contexto da análise, elaboramos um modelo hipotético a partir de variáveis que compõem aspectos relacionados ao estoque de capital social emancipatório. Temos como variáveis exógenas: o *potencial de capital social emancipatório* e *empoderamento cidadão*, que incidem influência direta sobre a variável dependente, no caso, a *participação política*. Nesse modelo, as variáveis *confiança interpessoal* e *confiança institucional* incidem influência indireta sobre a variável dependente. Esboça-se o seguinte modelo:

Figura 2 – Modelo hipotético de participação política



Fonte: elaborada pelo autor.

Trata-se de um modelo causal formulado teoricamente e que pôde ser verificado por meio de estimativas quantitativas das conexões entre um conjunto de variáveis empíricas. A premissa desse modelo é que níveis elevados de empoderamento cidadão e de potencial de capital social emancipatório influenciaram diretamente numa maior participação política. Categorias como confiança interpessoal e confiança institucional influenciam de forma indireta os níveis de participação. Nesse contexto, buscamos testar as seguintes hipóteses:

H1 - Quanto maior o nível de empoderamento cidadão e de potencial de capital social emancipatório; maior a participação política dos egressos da rede;

H2 - Quanto maior o nível de empoderamento cidadão; maior o potencial de capital social emancipatório;

H3 - Quanto maior a presença de confiança interpessoal; maior a participação política dos egressos da rede;

H4 - Quanto maior a presença de confiança institucional; maior a participação política dos egressos da rede.

Concomitantemente aos dados obtidos no questionário QI-PCE, buscamos realizar um estudo comparativo que busca uma complementariedade entre o estudo quantitativo e o qualitativo. A análise a partir de dados qualitativos foi obtida a partir da realização de grupos focais com egressos da experiência e entrevistas com lideranças chaves do movimento educacional, com o intuito de avaliar as possíveis contradições referentes ao modelo hipotético de participação política, além de complementar os dados obtidos a partir da análise documental de arquivos do Projeto Memorial de PRECE.

Vale ressaltar que nessa etapa de análise documental, como fonte de coleta de dados, foi de fundamental importância o apoio do Projeto “Memorial do PRECE”, espaço onde são coletadas informações escritas como matérias em jornais, revistas, livros, artigos científicos e outras produções acadêmicas, fotografias, imagens, vídeos e memoriais de vida dos participantes do PRECE em formato de texto escrito ou em formato de vídeo.

Para complementar nossas informações buscamos resgatar junto à coordenação do ICORES, relatórios e documentos oficiais que pudessem colaborar com a pesquisa. Vale ressaltar, que realizamos também uma coleta de dados e informações a partir de trabalhos monográficos e dissertativos que tinham como objetivo a investigação sobre o PRECE.

A partir de uma análise de dados textuais referentes a questões abertas do questionário QI-PCE, buscamos capturar aspectos cognitivos do capital social e de compromisso cívico dos participantes gerando conteúdo que correlacionamos com os dados coletados na etapa qualitativa.

Na etapa qualitativa dos grupos focais, estimulamos os sujeitos a apresentarem situações vivenciadas por eles enquanto participantes do PRECE, buscando legitimar e justificar a socialização política adquirida pela experiência educacional.

No quadro a seguir, podemos observar como os objetivos específicos desta pesquisa estão conectados aos instrumentais a serem utilizados.

Quadro 2 – Relação entre os objetivos específicos e instrumentos

Objetivos específicos	Instrumentos
Avaliar se a existência de um elevado nível de empoderamento cidadão e de potencial de capital social emancipatório afetou positivamente os níveis de participação política dos egressos da Rede PRECE.	Questionário QI-PCE
Analisar se os níveis de confiança interpessoal e de confiança institucional influenciam os níveis de participação política dos egressos da Rede PRECE.	Questionário QI-PCE
Avaliar se o processo educativo de empoderamento cidadão (socialização política e educacional) no PRECE contribui para a internalização de valores, normas, regras sociais e um comportamento participativos dos egressos frente a questões de interesse coletivo em suas comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos focais - Análise documental - Pesquisa bibliográfica - Questões abertas vinculadas ao QI-PCE

Fonte: elaborado pelo autor.

4 PRECE: CONTEXTO HISTÓRICO

“O PRECE é uma tentativa de fazer acontecer, de não esperar por governantes ou líderes políticos” (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, 1998, p. 6).

Nesse momento, buscamos resgatar o contexto histórico que propiciou o surgimento do PRECE como um movimento educacional, fruto da conjuntura educacional e política do município e das motivações de suas primeiras lideranças. Para tanto, partimos da pesquisa bibliográfica, da análise documental e de entrevistas com lideranças do movimento no intuito de compreender a formação de capital social encapsulado em torno de um trabalho de socialização educacional de jovens vitimados por um processo de exclusão socioeducacional.

4.1 Prenúncios do PRECE¹⁵

O movimento do PRECE surge em 1994, na comunidade rural de Pentecoste, em um contexto educacional de precariedade no que concerne à educação no campo. Segundo Rodrigues (2007), o contexto impunha uma série de restrições para o estudante de zona rural naquele período, sobretudo no que se refere à continuidade dos estudos, no início dos anos 1990, na maioria das comunidades a educação formal só era possível até a 4ª série do ensino fundamental o que contribuía com que os estudantes encerrassem prematuramente os estudos. Somente em algumas comunidades era possível concluir o ensino fundamental completo (5ª a 8ª série) e ainda por meio de um sistema de telensino¹⁶.

O contexto político era marcado por uma cultura clientelista, autoritária e de dependência da população em relação aos políticos da região, como vaticina Rodrigues (2007), no aspecto político, registra-se em Pentecoste, uma cultura oligárquico-patrimonialista, ou seja, a presença de pequenos grupos que se revezam no poder através de práticas autoritárias e clientelistas subjugando a população através de ações assistencialistas, gerando uma dependência em relação aos chefes políticos locais.

¹⁵ Título baseado no texto “Os anúncios e prenúncios do PRECE”, de autoria do saudoso Orismar Barroso (um dos sete primeiros estudantes do PRECE), que pode ser acessado na íntegra no *blog* do Memorial do PRECE: <http://memorialdoprece.blogspot.com.br/2013/06/os-anuncios-e-prenuncios-do-prece.html>

¹⁶ Momento importante no Ceará referente ao telensino foi durante a administração de Ciro Gomes no Governo Estadual, na qual houve a expansão acelerada e obrigatória do ensino de 5ª à 8ª séries pelo sistema de TV, em 1993 (FARIAS, 2000).

A comunidade de Cipó (pequena comunidade distante 18 km da sede do município de Pentecoste), no início da década de 1990, estava encrustada nesse contexto educacional e político. Para compreendermos como surgiu a experiência do PRECE, é necessário voltarmos alguns anos antes de 1994 e entendermos alguns fatores que culminaram no surgimento da experiência. Nesse sentido, o surgimento do PRECE está ligado a alguns acontecimentos que influenciaram e impactaram a práxis educacional e política do idealizador do PRECE, o professor universitário, Manoel Andrade Neto. Nascido na região de Cipó, mesmo depois de ter ingressado na universidade como professor não se desligou de sua comunidade, desenvolvendo alguns trabalhos comunitários, mais precisamente no início dos anos 90, antes da criação do PRECE.

Nesse contexto, o professor Manoel teve como parceiro o seu irmão, líder comunitário na época, Adriano Sérgio Andrade. Vale ressaltar que os irmãos Andrade, desde o final da década de 1980, já desenvolviam um ativismo político no município. Segundo a professora do município na época, Ana Maria Teixeira (que veio a casar-se com Manoel Andrade alguns anos depois), os irmãos Andrade apoiaram a iniciativa do professor Pedro Firmiano (considerado pela classe política local como oposição e um petista radical) e um pequeno grupo de professores na tentativa de formação da primeira Associação de Professores do Município de Pentecoste, na luta por interesses da categoria. Ana Maria, assim nos relata em entrevista (EN4, p. 1):

Tentamos formar a primeira associação do município, Associação de Professores do Município de Pentecoste, e ainda fizemos a primeira festa do professor no município de Pentecoste na escola Francisco Sá, que foi muito importante, impactante para o município, onde a gente trabalhou junto nessa campanha.

Entretanto, o pequeno grupo sofreu perseguição política na época e não conseguiram levar o projeto da associação à frente. Segundo Ana Maria (EN4), a maioria dos professores se sentia coagida pelo poder público municipal, que na época ameaçou os professores que participassem da assembleia de constituição da associação de perder seus empregos, ou seja, a assembleia de constituição foi boicotada. Vale ressaltar que os diretores de escolas eram postos pelo prefeito da época e eram orientados a formarem seu quadro docente somente com professores que apoiassem ou não se contrapusessem ao poder público municipal.

Mesmo nesse contexto político de amordaçamento, o pequeno grupo de professores conseguiu, em 1990, realizar a primeira festa dos professores do município de Pentecoste. Em 1991, Manoel Andrade, contando com o apoio de Ana Maria e seu irmão

Adriano, procuraram a Rádio AM Difusora Vale do Curu no intuito de conseguir um espaço para a realização de um programa de rádio. O grupo consegue um espaço na rádio e chega a estreitar o Programa de Rádio Coração de Estudante, entretanto, assim como a associação, pouco tempo depois, por intervenção política, o programa é cortado da grade de programação:

A primeira versão do programa Coração de Estudante, em 1991, teve apenas seis meses de duração. Organizado e financiado por Manoel Andrade, as transmissões aconteciam aos domingos pela manhã de 7h as 9h. Eram os realizadores 5 professores da escola pública local. Tinha-se como pauta principal discutir o tema educação por meio de debates, entrevista, notícias e músicas [...]. Certo dia, Manoel convidou duas orientadoras do programa de saúde do município e o presidente do sindicato rural para participarem do programa. Aproveitado a oportunidade, o referido presidente “falou mal” do prefeito (na época Antônio Carneiro). Na semana seguinte, o diretor da rádio informou aos realizadores do programa que este não iria ser mais veiculado, pois o prefeito, que era um dos sócios da rádio, havia proibido. (AVENDAÑO, 2008, p. 34).

O fato que culminou a intervenção política ocorre quando, no programa de rádio, Manoel Andrade e seus parceiros Adriano e Ana Maria, questionam no ar a não existência de conselhos municipais. Uma semana depois Manoel é avisado que seu programa foi cancelado pela direção da rádio. Segundo Ana Maria (EN4), o Programa de Rádio Coração de Estudante foi o embrião do programa de rádio inaugurado por precistas em 2005, renascido quinze anos depois.

No início da década de 1990, eram poucas pessoas que assumiam um papel de lideranças na época, a população desconhecia a força do associativismo e muitas associações que funcionavam eram destituídas de legalidade jurídica. Segundo Rodrigues (2007), nesse período, somente através de associações era possível acessar recursos no Estado do Ceará, política implementada pelo então “governo das mudanças” liderado por Tasso Jereissati, que determinava que as comunidades só receberiam financiamento estatal se suas associações estivessem organizadas juridicamente. É nesse contexto que desponta a liderança na região de Cipó de Adriano Andrade:

O novo momento percebido na região, em especial, Cipó e comunidades próximas, tinha à frente o jovem líder Adriano Sergio Andrade, um obstinado e assíduo batalhador que nasceu e cresceu na região. Adriano, dentre alguns feitos, conseguiu instituir, uma das mais organizadas associações na época que foi a Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais das Comunidades Capivara e Cipó (ACOMPPARCC), onde implementou uma série de projetos significativos e estratégicos para a região [...] em 1991, o jovem líder empenhou-se na aquisição de uma casa de farinha, junto ao estado, através da Secretaria de Indústria e Comércio, alcançado depois de muita luta (MEMORIAL DO PRECE, 2013, p. 1).

Concomitante ao trabalho associativo, Adriano apoiava o irmão Manoel na organização de campeonatos de futebol na região. Segundo Rodrigues (2007), a iniciativa foi

importante para que as comunidades ensejassem processos de organização, além da ideia de organização comunitária, através do esporte Manoel buscava propagar a convivência pacífica nas comunidades através de campanhas contra o uso de armas nos campos de futebol, uma prática natural naqueles tempos e que culminava em conflitos que reverberavam em mortes. No período de 1990 a 1995, houve uma mudança de mentalidade nas comunidades, no que se refere a essa prática do uso de armas. Segundo Ana Maria (EN4), trabalhava-se com o objetivo educacional de controlar a violência nos campos, de controlar a questão dos vícios, porque os campos de futebol na época eram palcos de utilização de bebidas alcoólicas.

Existia entre os irmãos Andrade, no que se refere ao trabalho comunitário, um apoio e incentivo mútuo. Manoel Andrade em entrevista (EN1) enfatiza o apoio do irmão em seus projetos, entretanto, no primeiro momento, não concordou com a decisão do irmão de concorrer a um cargo eletivo (vereador) nas eleições de 1992 em Pentecoste, no entanto, quando viu que o irmão estava decidido a se candidatar teve que apoiá-lo naquela empreitada. Adriano Andrade se candidata a vereador em 1992 em Pentecoste, consegue uma boa votação para a época (214 votos), entretanto, mesmo com todo o trabalho comunitário realizado não consegue se eleger. Segundo Ana Maria (EN4), tanto Adriano como o irmão Manoel Andrade tiveram uma decepção por conta da derrota na eleição, enfatizando que o poder político local, que sempre enxergou os irmãos Andrade como oposição, interferiu no sentido de apoiar um candidato na região de Cipó para dividir os votos e minar a campanha de Adriano:

A gente sabe que teve problemas que o poder político local botou um vereador da comunidade vizinha pra que diminuísse os votos pra que ele não fosse eleito, o Adriano Andrade, infelizmente essa pessoa era até um colega e tal. Enfim, já existia essa luta né, essa luta dentro da veia política partidária (EN4, p. 5).

Segundo Ana Maria (EN4), após as eleições, Adriano Andrade, decepcionado, afasta-se do trabalho comunitário e vai morar um período em Fortaleza para estudar e buscar concluir o 2º grau. Segundo Rodrigues (2007), com a saída de Adriano Andrade, pouco tempo depois a ACOMPARCC é desativada e o trabalho na comunidade volta-se exclusivamente para o âmbito educacional.

Manoel Andrade continua seu trabalho com futebol, no entanto, já se mostrava esgotado, resolvendo, então, trabalhar com algo mais direto no campo da educação. Segundo Ana Maria (EN4), fazendo uma análise da situação educacional dos jovens do município, Manoel percebeu o contexto de precarização da educação, em 1994, não havia escolas de ensino médio para que os jovens pudessem realmente concluir seus estudos e decidiu começar um trabalho social voltado para ajudar esses jovens a se escolarizarem, essa experiência

resultou na primeira célula de estudo formado por sete estudantes da região, o embrião do PRECE. Entretanto, Manoel Andrade (EN1) relaciona desde o início a construção do PRECE a um projeto coletivo de transformação social. Essa visão relaciona-se a uma estratégia de empoderamento individual (BAQUERO, 2012):

Na minha cabeça sempre, sempre, eu achava que a gente tinha que fazer transformação, agora pra fazer transformação eu precisava empoderar as pessoas, então quando as pessoas chegavam aqui eles diziam “eu quero ir pra universidade”, aí eu dizia “é, tudo bem, mas aqui tem duas coisas importantes: você precisa compartilhar aquilo que você sabe, você pensa que não sabe mas você sabe, alguma coisa você sabe compartilhar, porque sempre nós sabemos alguma coisa; e, e nós temos que investir esse conhecimento que a gente tem na comunidade”, eu sempre disse isso (EN1, p. 2).

Para Rodrigues (2007), Manoel Andrade acreditava que o único caminho capaz de modificar o ambiente de conformismo e de dependência de favores políticos da população era o acesso à educação. O professor não se inspirava em nenhuma teoria educacional, no entanto, sua prática educativa aproximava-se da proposta de educação libertadora de Paulo Freire (2005), no sentido de possibilitar um conhecimento crítico da realidade que fosse capaz de facultar ao oprimido a condição de sujeito de sua própria libertação.

O PRECE surge de uma inquietude, inconformação com a realidade educacional, mas não somente, também com a realidade política de subserviência a qual se encontrava a população daquela região. Segundo Manoel Andrade (EN1, p. 1), “a ideia era fazer alguma coisa para ajudar a região e a primeira coisa que eu ficava revoltado era com a situação política, os políticos chegavam no tempo da eleição e comprava o voto do pessoal e tudo”.

O próprio Manoel Andrade relaciona o objetivo de criação do projeto com a ideia de realizar uma transformação da realidade, ou seja, não se tratava somente de escolarizar e, à posteriori, criar condições para que aqueles jovens chegassem à universidade, mas, sobretudo, inculcar na cabeça dos jovens a importância de retornar ao seio de suas famílias e comunidade. Segundo Manoel Andrade (EN1, p. 3):

Sempre foi assim, eu não tinha aquela, ah porque eu vou botar um cara na universidade só pra... não, me emocionava quando a pessoa entrava na universidade e eu entendia porque aumentava o número de pessoas que apoiavam o movimento [...] quer dizer eu ia me sentindo cada vez mais forte para essa ideia de transformação social, de mudança na concepção, na visão das pessoas, na conscientização das pessoas, foi sempre isso.

Vale ressaltar que uma das motivações de Manoel Andrade que impulsionava o seu ativismo era de cunho espiritual. Segundo Barbosa (2016), antes de criar o PRECE, Manoel fez parte ainda como estudante universitário da Aliança Bíblica Universitária (ABU), onde recebeu influências ideológicas ligadas ao cristianismo a partir da leitura de autores que

não eram da área de educação, mas os quais ele considera como evangélicos de vanguarda, como John Stott (autor do livro “Sermão da Montanha”), Samuel Escobar (que escreveu o livro “Cristianismo Autêntico”) e Juan Carlos Ortiz (escritor do livro “O discípulo”). Soma-se a formação cristã a ligação afetiva e o enraizamento que o professor tem por sua comunidade de origem.

4.2 Os primeiros anos do PRECE (1994-2000)

“Esse projeto nasceu de um sentimento de inconformação diante da situação educacional de nosso país e principalmente do município de Pentecoste” (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, 1998, p. 2).

Os primeiros anos do projeto são marcados pelo esforço em escolarizar os estudantes e mantê-los ligados à sua comunidade, período em que o projeto passou a funcionar na casa de farinha agora desativada na comunidade de Cipó. Os estudantes do primeiro grupo de estudo do PRECE que moraram na casa de farinha passaram por diversas dificuldades. Segundo Rodrigues (2007, p. 64), “enfrentaram adversidades de diferentes ordens: as dificuldades relacionadas à alimentação na casa de fazer farinha, adaptação à nova moradia, convivência em grupo, falta de recursos financeiros e aquisição do hábito de estudo”. Os estudantes passavam a semana estudando e aos finais de semana recebiam o estímulo e apoio do professor Manoel Andrade.

Um importante apoio veio da Igreja Presbiteriana Independente de Fortaleza (IPI) que possui uma congregação (igreja) na comunidade de Cipó. Segundo Rodrigues (2007), além do apoio espiritual nos momentos difíceis, outro importante apoio vindo da igreja dizia respeito à contribuição financeira que repassava mensalmente, um recurso para custear despesas com alimentação do grupo de estudantes, sem esse apoio os empecilhos teriam sido maiores.

Em meio às dificuldades dos primeiros anos, algo que nos chama atenção era a filosofia do retorno que era internalizada pelo grupo e constantemente enfatizada nas reuniões pelo idealizador do projeto, Manoel Andrade, que falava da ida à universidade, mas de não se esquecer das raízes, do lugar, e de lutar para melhorar esse lugar. A ideia de que o objetivo era ingressar na universidade e não se desligar da comunidade.

Rodrigues (2007) também enfatiza a importância dessa filosofia do retorno, que indicava o ponto diferencial na forma de pensar e agir de precisistas cuja dedicação à causa da

educação já demonstra uma mudança de mentalidade e a suposição de que uma nova cultura começa a se produzir. Os primeiros estudantes que ingressaram na universidade a partir do projeto todos retornavam aos finais de semana para a comunidade gerando um ciclo de reciprocidade que alimentava as ações do PRECE.

Nos primeiros anos da experiência o foco é a escolarização dos estudantes e implementar essa filosofia de retorno às comunidades. De 1994 a 1998, o PRECE era um pequeno projeto educacional composto por quatro estudantes universitários, dentre eles Adriano Andrade que retornou à comunidade para colaborar com o irmão e ingressou no ensino superior. Em 1998, o PRECE é registrado na UFC como projeto de extensão, fato relevante porque, a partir desse momento, os estudantes universitários estavam aptos a atuarem como bolsistas de extensão, um importante apoio financeiro. Em outubro do mesmo ano, os estudantes institucionalizam o projeto com o nome Projeto Educacional Coração de Estudante.

Os primeiros anos do projeto são marcados por um trabalho “subterrâneo” onde o foco principal era a formação educacional dos estudantes. Segundo Ana Maria (EN4), “era justamente o momento assim de formação do grupo, de preparação, de base relacional, humanística, de normas de convivência e regras”. Manoel Andrade costuma nas reuniões citar a seguinte frase “estamos contrabandeando educação”, o momento era de não aparecer muito e isso estava relacionado à conjuntura política local, o poder público enxergava os irmãos Andrade, mesmo sem uma atuação política partidária, como oposição por conta do passado recente de ativismo político em Pentecoste, nesse sentido, existia o receio por parte dos precistas que o projeto fosse perseguido politicamente e viesse acabar precocemente.

Esse primeiro momento é marcado pela geração de um tipo de capital social a qual Putnam (2000) denomina de *bonding social capital* (capital social encapsulado), um recurso que tende a fortalecer, acima de tudo, o próprio grupo e reforçar as identidades excludentes e os grupos homogêneos.

Nessa fase de formação de grupo e foco no processo de escolarização dos estudantes, Rodrigues (2007) enfatiza a importância da parceria do PRECE com o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Itapipoca. A partir do ano 2000, os estudantes que necessitavam concluir o supletivo de ensino médio já não precisavam ter que se deslocar para Fortaleza haja vista que as atividades e as avaliações do ensino supletivo passaram a serem realizadas na sede do PRECE em Cipó. Esse fato revigorou a atuação do PRECE na região pelo fato de atender um número maior de estudantes, chegando a formar quatro núcleos de supletivo na região (Cipó, Canafístula, Boa Vista e Muquenzinho), até os anos 2000 apenas

15 estudantes estavam matriculados no supletivo, após a parceria esse número cresceu para 70 estudantes matriculados. Muitos estudantes universitários do PRECE que ingressaram na UFC passaram pela modalidade de supletivo.

Nesse período o pré-vestibular cooperativo do PRECE funcionava potencializado pela própria metodologia desenvolvida no PRECE, que foi gestada, no início, com a formação do primeiro grupo de estudo, por falta de professores. Segundo Rodrigues (2007), convencionou-se a chamar a metodologia utilizada no PRECE de “educação em células”, criação do próprio professor Manoel Andrade, uma prática metodológica que guardava semelhanças com os círculos de cultura¹⁷ propostos por Paulo Freire (2005). No início eram células formadas por cinco estudantes lideradas por um monitor que orientava as atividades do grupo, que com o tempo foi se aperfeiçoando. Os estudantes nas células educacionais conseguiam aprender e gerar conhecimento simultaneamente, elevando o seu potencial de aprender com autonomia. Barbosa (2016) classifica a metodologia utilizada no PRECE de “aprendizagem cooperativa fora da sala de aula”, percebendo relação com a Educação Libertadora¹⁸ de Paulo Freire (2005):

Percebemos algumas conexões entre a Educação Libertadora e a Aprendizagem Cooperativa desenvolvida pelo PRECE que são: a utilização de práticas dialógicas nas células de estudo; a compreensão da necessidade de problematizar a realidade social na busca de reduzir as injustiças sociais e ampliar as possibilidades de vida das populações pobres e oprimidas; a valorização do saber popular acumulado na vida por sujeito, onde cada um deve contribuir com o que sabe no compartilhamento de conhecimento com os demais; o viés cidadão e político nas práticas pedagógicas, através do engajamento em espaços comunitários de participação reivindicatória e de mobilização comunitária; a produção de conhecimento contextualizado com a realidade local; o estímulo à autonomia, através da gestão das práticas pedagógicas pelos próprios estudantes, que além de gerenciarem seus estudos, também são responsáveis pela administração das EPCs e a compreensão da amorosidade como um elemento fundamental nos processos pedagógicos, vivenciada no PRECE através da construção de vínculos afetivos que potencializavam o aprendizado grupal (BARBOSA, 2016, p. 57).

Nesse contexto, Rodrigues (2007) nos traz uma reflexão sobre a formação humana crítico-transformadora no PRECE. No projeto de supletivo, foram criadas atividades paralelas aos estudos dos módulos (as disciplinas eram divididas em módulos), essas atividades eram

¹⁷ Na figura do círculo, todos/as se olham e se veem. Neste círculo, não há um/a professor/a mas um/a animador/a das discussões que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos/as se ensinam e aprendem. Os Círculos de Cultura são precisamente isso: centros em que o povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo (FREIRE, 2005).

¹⁸ O movimento de educação libertadora popular surge na década de 1960 no Brasil com uma preocupação com a democratização da cultura e da educação, com um aguçado sentido de transformação da realidade social de opressão, a qual muitos sujeitos se submetiam às elites detentoras do poder político e econômico. Assim, se configura como uma “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta pela sua libertação” (FREIRE, 2005, p. 34).

reuniões onde se discutiam o andamento do projeto (alguns universitários já atuavam como docentes no supletivo) e temas relacionados à vida local, como produção agrícola e compreensão da política enquanto atividade que envolve a sociedade, no sentido de esclarecer que esse era um tema importante a ser discutido. Segundo Rodrigues (2007), muitos desses temas estavam relacionados ao entendimento e funcionamento da sociedade e, também, a perspectiva de transformá-la, inspirados nos estudos de Freire (2005):

Tais atividades aproximavam os estudantes de seu contexto, facilitando a leitura e compreensão da realidade mais próxima e imediata, ao mesmo tempo que os levava a uma reflexão mais geral, acerca dos diversos aspectos: sociais, políticos, culturais e econômicos, indispensáveis na perspectiva da formação emancipadora, fundamentada nos princípios da Educação Popular (RODRIGUES, 2007, p. 80).

Nesse contexto, Rodrigues (2007) tece uma crítica à maneira como o projeto pré-vestibular cooperativo do PRECE foi sendo desenvolvido. Paulatinamente, as ações do projeto foram se concentrando somente na apreensão dos conhecimentos exigidos pelo vestibular, focado numa abordagem exclusivamente conteudista. Essa questão interfere no processo de formação crítico-transformadora, pois a dimensão política da educação é deixada em segundo plano, comprometendo o viés de transformação da realidade. Numa perspectiva freiriana, o desafio é a construção de uma educação que seja transformadora onde os sujeitos possam modificar a realidade e não apenas conviver com o modelo opressor (FREIRE, 2005). Esse conflito no PRECE fica visível principalmente a partir do processo de multiplicação, onde a dificuldade de se trabalhar a visão de uma educação transformadora perde espaço para os anseios de ingressar na universidade.

4.3 Multiplicação do PRECE

Até o ano de 2002, o PRECE contava com 10 universitários na UFC que retornavam aos finais de semana para a comunidade e 30 estudantes no projeto supletivo. O sucesso da metodologia de educação em células e os resultados de ingresso de estudantes de origem popular na UFC estimularam a vinda de aproximadamente 40 estudantes da sede do município que se juntaram a outros 30 de comunidades rurais adjacentes e passaram a estudar aos finais de semana no pequeno Cipó. Com o excesso de estudantes, as dependências da casa de farinha ficaram superlotadas e as salas construídas foram utilizadas como dormitório. Como a estratégia pedagógica exigia espaço mais amplo para as atividades, já que eles deveriam se reunir em grupo (células de estudo) para estudar, os grupos formados tiveram que ocupar os espaços embaixo dos juazeiros desenhando uma paisagem atípica no meio da

caatinga sertaneja. Esse período da história social do projeto marca um ponto de inflexão na experiência. A partir de 2002, o PRECE cria as condições para sua replicação para outras comunidades.

A partir de 2003, a comunidade de Cipó se estabelece como uma Incubadora de Células de Aprendizagem Cooperativa, recebendo estudantes de outras comunidades. Naquele ano, os estudantes universitários oriundos da sede realizam a primeira multiplicação da iniciativa fundando um núcleo do PRECE na área urbana de Pentecoste. No vestibular da UFC/2004, o PRECE teve seu primeiro resultado expressivo de ingresso de estudantes de origem popular na universidade, “A eficácia da metodologia empregada, pôde ser, mais uma vez, comprovada pela aprovação de 40 novos estudantes do projeto na primeira fase do vestibular da UFC/2004 e 20 aprovações na fase definitiva, dentre os mais variados cursos” (JORNAL TRIBUNA DO ESTUDANTE, 2004, n.15, p. 2).

A partir de 2004, inicia-se o processo de multiplicação do PRECE em núcleos nas comunidades, as lideranças dos núcleos (formadas por estudantes secundaristas e universitários), conseguiram se consolidar e desenvolver um processo de autogestão. Naquele ano, a sigla PRECE passa a se chamar *Programa de Educação em Células Cooperativas* e as lideranças estudantis do PRECE fundam o ICORES (uma entidade filantrópica responsável pela captação de recursos para a manutenção dos núcleos). O PRECE se multiplica tanto em número de atividades desenvolvidas como em expansão para outros municípios. Os estudantes criam uma rede de associações autogestionárias denominadas *Escolas Populares Cooperativas* (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, c2017).

A multiplicação do PRECE impacta o processo de socialização educacional e política. O fator que estimula a multiplicação de EPCs para outros municípios é a possibilidade de ingresso de estudantes de origem popular na universidade. Nesse contexto, Rodrigues (2007) faz a seguinte reflexão sobre o trabalho desenvolvido nas células de estudos:

[...] há grande concentração de carga horária nas células de estudo, e se tais momentos se centrarem apenas em estudos conteudistas, estará o PRECE cumprindo o papel a que se propõe? Estaria formando sujeitos para a emancipação ou para acirrada disputa de vagas na universidade? É necessário que a coordenação do PRECE e das EPCs reflitam sobre os pressupostos básicos que orientam as atividades nas células, cuidando para que o enfoque crítico, a discussão e a “leitura do mundo” sejam discutidos e valorizados nos momentos de estudos nas células (RODRIGUES, 2007, p. 88).

A partir do processo de multiplicação e a expansão de atividades realizadas o PRECE se depara com desafios, principalmente no tocante à formação cidadã do estudante

precista, no sentido de manter o ciclo de reciprocidade que alimentara a ideia de PRECE até então, ou seja, o estudante ingressar na universidade e retornar para sua comunidade para colaborar como um agente de transformação da realidade. A multiplicação traz o grande desafio de manter a unidade como grupo, como movimento.

Segundo Rodrigues (2007), as EPCs tinham autonomia de atuação mas mantinham vínculo com o ICORES, através de uma organização interna chamada Conselho das EPCs, que tinha o objetivo de funcionar como um espaço de debate, discussão de temas pertinentes à organização das mesmas, às dificuldades e aos desafios que enfrentavam. A estrutura organizacional do Conselho funcionava com a indicação de dois representantes de EPCs e projetos para participarem das discussões e decisões. Esse Conselho funcionava como espaço deliberativo dentro do ICORES. Para Rodrigues (2007), construiu-se como um espaço de formação política bastante valioso no sentido de adquirir maturidade e clareza no que concerne aos rumos que a instituição deveria tomar.

Nesse momento, em consonância com a nossa pesquisa sobre a participação política dos egressos da Rede PRECE focaremos na atuação do PRECE como movimento político resgatando algumas ações e projetos que foram fulcrais para a socialização política dos precistas nesses 23 anos da experiência.

5 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

Nossa pesquisa demonstrou que mais de 80% dos egressos entrevistados ingressaram no PRECE entre 2001 e 2009 (Dados QI-PCE), justamente na fase de multiplicação e de maior politização do PRECE. Partimos da ideia que, nessa fase de politização do PRECE (BARBOSA, 2016), houve um processo denominado de socialização política manifesta (ALMOND; COLEMAN, 1969), quando atitudes e valores são transmitidas de forma explícita. Nesse caso, os projetos desenvolvidos pelo programa de desenvolvimento político e a formação de uma rede de engajamento cívico pautada na melhoria da educação pública potencializaram o processo de socialização política dos participantes. Abordaremos a seguir as principais ações e projetos políticos do PRECE que influenciaram o processo de socialização e, conseqüentemente, o nível de empoderamento cidadão e o potencial de capital social emancipatório dos egressos da experiência.

Vale ressaltar que até o ano de 2004, o PRECE manteve total afastamento em relação à política local, entretanto, foi justamente no período de multiplicação das EPCs para outras comunidades e municípios que o PRECE se reaproxima do cenário político local de uma forma bem peculiar. O distanciamento em relação à política partidária até aquele momento propiciou a possibilidade, nas eleições municipais de 2004, do movimento educacional liderar uma série de debates com os candidatos a prefeito de Pentecoste na sede do PRECE na comunidade de Cipó.

Essas reuniões, assim se pode classificar, foram canais mais participativos e de interação entre candidatos e eleitores; foram momentos em que os candidatos apresentaram suas propostas e também foram arguidos pelos estudantes. Tais reuniões funcionavam da seguinte forma: os candidatos eram previamente convidados, confirmavam datas, e cada um participava em dias alternados. Esse procedimento democrático e isento do PRECE tem-lhe conferido credibilidade para promover tais eventos, que são inovadores e que proporcionam o diálogo entre eleitores e candidatos (RODRIGUES, 2007, p. 113).

Segundo Ana Maria (EN4), no início de 2005, um grupo de universitários, a maioria de EPCs de Pentecoste, reunia-se uma vez por semana para discutir política em grupo de estudo adotando um livro (Sociologia Crítica, de Pedrinho Guareschi) para nortear as discussões. Os Encontros ocorriam na Faculdade de Educação da UFC sob a liderança do professor Manoel Andrade. “Era um momento de formação política nossa, já estava sendo despertado a necessidade de nós estudarmos e compreendermos sobre a formação política da pessoa, a formação do ser crítico né” (EN4, p. 7).

Como enfatiza Barbosa (2016), o momento de maior atuação do PRECE como movimento político inicia-se no ano de 2005 com a criação dos primeiros projetos de controle social e governança, visando uma participação comunitária mais direta.

Nesse contexto, o PRECE estabelece importantes parcerias a partir de 2005 e consegue acessar o programa do governo federal Conexão de Saberes¹⁹, ligado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), um programa de bolsas nas universidades públicas para estudantes de origem popular desenvolverem projetos em comunidades populares. O PRECE se tornou um setor do Conexões de Saberes da UFC junto à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) desta universidade.

Na construção desse programa de desenvolvimento político e comunitário, o PRECE teve a valorosa e afetuosa contribuição do Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC (NUCOM)²⁰, num processo de mútua admiração e aprendizado mútuo, que reverberou em benefícios para as comunidades populares de Pentecoste. O primeiro contato com o NUCOM surge em 2003 numa reunião na Pró-Reitoria de Extensão da UFC, entretanto, a parceria veio se firmar somente em 2005:

Foi um diálogo prazeroso, falamos das nossas atividades, das nossas dificuldades, dos nossos sonhos e sentimentos, que havia espaço para potencializar futuros encontros. Alguns aspectos eram parecidos: a opção teórica e metodológica de Paulo Freire; a influência das ideias de Carl Rogers; a busca pela construção de uma humanidade mais autônoma, livre e feliz; a participação efetiva dos alunos como protagonistas nesses projetos; a relação horizontal e sem hierarquia entre os coordenadores (professores) e os alunos; a opção por uma cooperação universitária (extensão) comprometida com a classe oprimida; a busca pela construção de uma ciência que nascesse da simbiose entre conhecimento popular e científico; e outras questões que foram descobertas durante a convivência (XIMENES; LOPES; ALVES, 2008, p. 21).

É nesse contexto que surge o Grupo de Desenvolvimento Político e Ação Comunitária (GDPAC), uma ação voltada para estimular a participação comunitária a partir de movimentos associativos, buscando apoiar instituições e movimentos organizados no

¹⁹ É um programa do governo federal desenvolvido em parceria com as universidades públicas. Consiste em apoio através de bolsas, a estudantes de origem popular para que eles atuem em suas respectivas comunidades, e, assim, possam utilizar o conhecimento adquirido na universidade, visando ao alcance de melhorias para populações que se encontram em condições sociais e econômicas desfavoráveis. Também objetiva estabelecer relações entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular (RODRIGUES, 2007, p. 17).

²⁰ O NUCOM configura-se como Núcleo de Ensino, Pesquisa e Cooperação (Extensão) universitária, vinculado ao Departamento de Psicologia, tendo realizado trabalhos desde 1982 e sendo reconhecido como Núcleo em 1992. O Núcleo visa construir, fortalecer e difundir a práxis da Psicologia Comunitária, intervindo junto às comunidades, buscando a transformação da realidade social a partir da co-construção de sujeitos comunitários, embasados numa práxis libertadora fundamentada no princípio de valorização da Vida e um compromisso ético-político-amoroso com a realidade (NÚCLEO DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, c2017).

município de Pentecoste atuando como um canal de interligação entre a sociedade civil e o poder público (RODRIGUES, 2007, p. 17). Nesse cenário, o NUCOM foi o principal parceiro no sentido de organizar as ações e intervenções político-comunitárias do PRECE na região.

Importante salientar que NUCOM e PRECE resolvem participar juntos de um edital do PROEXT em 2005 com o Programa “Protagonismo Juvenil e Desenvolvimento Local Sustentável: uma proposta de Cooperação entre a Universidade e a Comunidade” com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da juventude como protagonista da cidadania e para o desenvolvimento local do município de Pentecoste. As lideranças do NUCOM e PRECE escrevem juntos o projeto e são selecionados na UFC e no MEC, fato que possibilitou a sustentabilidade das atividades realizadas pelo projeto de extensão em Pentecoste (XIMENES, LOPES, ALVES, 2008).

Dessa parceria de cooperação universitária é desenvolvido um Programa de Desenvolvimento Político no município de Pentecoste, que surge a partir da necessidade de promover uma maior integração e participação dos moradores do município de Pentecoste nos processos de problematização e ação sobre a realidade, visando uma maior apropriação e aproximação das esferas de decisão estatais (NÚCLEO DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, c2017).

A partir de 2006, através do GDPAC, o PRECE desenvolveu seu programa de desenvolvimento político e comunitário com o apoio do NUCOM. Algumas ações foram importantes nesse processo, como por exemplo: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, um trabalho com as associações através do Núcleo de Assessoria ao Produtor Rural (NAPR)²¹, criado por engenheiros agrônomos oriundos do PRECE, e o Núcleo de Assessoria Jurídica e Contábil (NAJUCOM)²²; o Projeto de Jornalismo Comunitário, produziu jornais e colaborou com o Programa de Rádio Coração de Estudante (programa de rádio que foi reativado em 2005 com o mesmo nome do programa radiofônico do início dos anos 1990); e o Projeto de Formação Política, promoveu fóruns de debates sobre políticas públicas e visitas à Câmara Municipal, difundindo informações sobre a política local.

²¹ O NAPR tinha “a finalidade de promover o acompanhamento de pequenos agricultores da região, contribuindo com o aumento da produtividade e, ainda, fornecendo informações que ajudem no combate das pragas que atacam as lavouras”. Partiu dessa iniciativa o surgimento da Agência de Desenvolvimento Local (ADEL) em 2007, uma agência criada por graduados e graduandos oriundos do PRECE e com o apoio do ICORES.

²² O NAJUCOM, segundo Rodrigues (2007, p. 18), tratava-se de “uma ação que se destina a prestar apoio jurídico às associações que atuam nas comunidades. Tal iniciativa visa munir os movimentos associativos de informações e serviços necessários a uma atuação mais eficaz”. O NAJUCOM teve uma importante participação prestando assessoria às organizações das centrais de associações do município de Pentecoste, União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC) e a Central de Organizações do Município de Pentecoste (COAMPE).

O Programa de Rádio Coração de Estudante atuava como um importante meio de veiculação de notícias da rede PRECE, mas, sobretudo, da conjuntura educacional e política local. Em março de 2005, o professor Manoel Andrade estimula um grupo de estudantes da EPC Pentecoste a retomar o Programa de Rádio Coração de Estudante, que mesmo sem habilidade e preparo aceitaram o desafio. No início, antes do apoio técnico da PARC²³, as jovens lideranças tiveram bastante dificuldade por conta da inexperiência, sendo que, nos primeiros programas não havia ainda planejamento, programação, roteiro e nem acesso a material de pesquisa. Para o professor Jocélio Moraes (EN2) que atuava como Coordenador do Programa de Rádio, no primeiro ano o objetivo principal era divulgar as ações do PRECE, informações da universidade e notícias sobre educação.

A partir de 2006, o programa passa a atuar com um foco maior visando uma integração com as comunidades e a formação político-comunitária destas. É criado o projeto “Observatório do Eleitor”, um projeto de fiscalização e monitoramento do Legislativo e Executivo Municipal. Os estudantes participam semanalmente das sessões da Câmara Municipal e veiculam as informações através do programa de rádio. Segundo o professor Jocélio Moraes, quando se começou a discutir política pensou-se no seio do GDPAC a participação nas sessões da Câmara Municipal, “pra ver o que é que os vereadores estavam discutindo na época. E a gente já conhecia alguns vereadores e isso estreitou os laços com a Câmara” (EN2, p. 2).

Segundo Avendaño (2008), a relação de integração com a comunidade se dava mediante divulgação das reuniões na Câmara Municipal de Pentecoste, debates, entrevistas com membros de associações comunitárias ligadas a Central das Associações Organizativas de Pentecoste (COAMPE) ou mesmo membros do Sindicato dos Servidores Públicos de Pentecoste (SINDSEP). As notícias veiculadas pelo programa de rádio eram motivo de pauta em reuniões das associações, havia também a sugestão dos próprios líderes comunitários de temas a serem debatidos no programa, solicitações de entrevistas com determinados políticos ou representantes do poder público, além de ser um espaço de divulgação de reuniões e eventos culturais locais.

Apesar das contribuições que o programa de rádio e o Observatório do Eleitor traziam para a comunidade em termos de informação e reflexão sobre a conjuntura política local, houveram perseguições políticas e ameaças de retirá-lo do ar. O fato é que a Rádio Difusora Vale do Curu possuía na época um convênio com a prefeitura, então todas as vezes

²³ Estabelecimento de parceria com o Projeto de Assessoria Técnica Jurídica às Rádios Comunitárias (PARC), vinculado ao curso de Comunicação Social da UFC (AVENDAÑO, 2008).

que os estudantes realizavam denúncias contra a prefeitura ou entrevistavam algum político de oposição, surgiam falhas técnicas que inviabilizavam a veiculação do programa.

O contato do PRECE com o tecido social comunitário de Pentecoste estimulou a participação em projetos de cunho coletivo e reforçava a dimensão estrutural de rede (capital social de ponte). Uma dessas ações de grande repercussão foi a realização de Fóruns de Segurança para debater a questão da segurança pública no município. Segundo Rodrigues (2007), nas visitas dos membros do NAPR, era notório a desmotivação dos agricultores para investir em suas atividades produtivas em razão dos seguidos furtos registrados na região: roubo de motores e de animais. Moraes (2015) afirma que, desde 2005, esse era um problema recorrente em reuniões mensais das associações comunitárias, a principal discussão era a violência praticada pelos bandidos que levavam os animais de criação e os motores de irrigação das pequenas propriedades.

Nesse contexto, o PRECE articulou produtores, estudantes, autoridades políticas e da área de segurança pública, presidentes de associações e populares para discutir o problema da segurança pública do município. Moraes (2015) afirma que a questão mobilizou tanto a população da zona rural como da sede, pois na zona urbana estavam ocorrendo assaltos a pessoas da região do município, com uma frequência maior que a habitual.

No dia 7 de setembro de 2006, ocorreu na sede do PRECE, na comunidade de Cipó, a primeira reunião para discutir a questão da segurança com a presença de professores, comerciantes e estudantes. A partir desse dia, foram realizadas frequentes reuniões para se discutir a segurança no município. Contando com o apoio do NUCOM, o PRECE estimulou a organização de minifóruns em diferentes comunidades, e a mobilização foi intensa na sede e nas comunidades.

Os minifóruns foram feitos em diversas comunidades do município, como Capivara, Irapuá, Canafístula e Providência. A mobilização foi muito intensa na sede e nas comunidades. O principal objetivo do encontro era garantir a maior participação das pessoas. Durante os encontros nas associações comunitárias, foram criadas comissões para avaliar as propostas dos grupos, tanto do poder público, como das comunidades. Houve várias propostas, mas ficou encaminhada, principalmente a formação de um Conselho Municipal de Segurança Pública no Município. Não apareceu com essas palavras em todos os grupos, mas surgiram muitas ideias; como “criar um grupo para fiscalizar a ação das autoridades”; ou “juntar algumas pessoas para verificar se os policiais estão realmente dando conta da segurança ou se é necessário mais policiamento” (MORAES, 2015, p. 15).

O fórum para eleição dos conselheiros municipais aconteceu no dia 28 de setembro de 2007, no Centro de Pesquisas Ictiológicas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em Pentecoste. A presença do conjunto da sociedade legitimou a

criação do conselho, concretizando os anseios da população que vinha solicitando uma atitude mais combativa e organizada. Após as discussões e debates no Fórum de Segurança e a criação do Conselho Municipal de Segurança, as ocorrências de roubos e furtos nas comunidades rurais diminuíram (MORAES, 2015).

Em 2007, lideranças do PRECE participam de mobilizações políticas não somente no município de Pentecoste. Com o aumento de estudantes de origem popular que começaram a ingressar na universidade através dos pré-vestibulares cooperativos desenvolvidos nas EPCs do PRECE, elevou-se o número de estudantes, sobretudo, de Pentecoste e Apuiarés na UFC. Por conta do programa de assistência estudantil da UFC, que disponibilizava residência para estudantes que não residem na capital, historicamente, a maioria dos precistas escolhem um curso de graduação na UFC por conta do apoio com residência e alimentação. Em 2007, houve uma superlotação nas residências, obviamente não só por conta dos estudantes oriundos do PRECE, mas, certamente, era notório o aumento considerado de estudantes da região na UFC. Nesse contexto, os precistas juntaram-se ao movimento estudantil e participaram do Movimento de Ocupação da Reitoria no sentido de reivindicar o aumento do número de vagas junto ao Programa de Residência Universitária da UFC para estudantes de origem popular. Depois da ocupação da Reitoria e uma série de manifestações, a direção da universidade alugou duas residências próximas ao *Campus* do Benfica, enquanto o processo de construção de uma nova residência no *Campus* do Pici fosse concretizado.

Os impactos da aprovação de estudantes de origem popular na universidade e a luta por assistência estudantil chegam também à Pentecoste. A liderança do PRECE, numa articulação política com a então vereadora à época, Antônia Valéria Braga Firmiano, iniciaram uma luta para garantir apoio para os estudantes universitários de Pentecoste. A ideia era articular o recurso através de um fundo estudantil que a Câmara Municipal aprovava anualmente. Segundo o Professor Jocélio Moraes (EN2, p. 6):

Porque na época ninguém sabia do fundo estudantil que a câmara aprovava todo ano, na época a vereadora Valéria disse que podemos mobilizar os estudantes universitários para fazer com que esse fundo, a ajuda de custo, possa ser aprovada na Câmara Municipal, inclusive com mais verba, para ajudar os universitários de Pentecoste. Aí mobilizamos pai de família, mãe, pré-universitário para poder ir pra Câmara Municipal reivindicar esse fundo de assistência estudantil, transporte e alugar uma casa de apoio em Fortaleza.

A estratégia para conseguir o recurso era a partir da aprovação, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pentecoste, de uma emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 013/2007, de autoria do Poder Executivo, que estimava a receita e fixava a despesa para o Exercício Financeiro de 2008 do município de

Pentecoste. Essa emenda modificativa deveria ser aprovada na sessão da Câmara que votava a previsão orçamentária. No dia 20 de dezembro de 2007, cerca de 150 estudantes universitários e secundaristas realizaram uma manifestação no Plenário da Câmara Municipal de Pentecoste com gritos de ordem e exigindo a aprovação da emenda modificativa. A pressão gerou resultado e todos os vereadores naquela Sessão aprovaram a emenda modificativa que destinava o aumento de recurso para assistência estudantil. A seguir um trecho da Emenda Modificativa e a justificativa para a aprovação da mesma.

CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE. Emenda Nº 2007.

[...]

Fica instituída ajuda a estudantes universitários para o exercício de 2008. Para assegurar recursos orçamentários e financeiros que garantam moradia, despesas com água, luz e transporte dos estudantes universitários comprovadamente carentes diminuir-se-á o valor destinado do Gabinete do Prefeito [...].

JUSTIFICATIVA

A emenda modificativa faz-se necessária, tendo em vista a necessidade de um apoio por parte do município de Pentecoste aos estudantes universitários que ao serem aprovados nos vestibulares das universidades públicas, encontram dificuldades para continuar seus estudos por não terem moradia na capital e condições para pagamento de transporte para deslocamento (ARQUIVOS DO MEMORIAL DO PRECE).

Durante o ano de 2008, o transporte universitário funcionou normalmente, fato de suma importância porque este era o transporte que garantia que os precistas retornassem às suas comunidades para desenvolver os projetos em suas EPCs. No entanto, a ajuda de custo e o aluguel da casa nunca saíram do papel.

Esse período é marcado pela ampliação do capital social do PRECE através de parcerias com entidades associativas do município, sindicatos e organizações da sociedade civil organizada. Esse processo estimulou a ampliação do capital social do PRECE, fortalecendo as relações com o mundo fora do grupo e abarcando pessoas de diferentes setores sociais. Esse tipo de capital social é o que Putnam (2000) denomina de *bridging social capital* (capital social de ponte). Essa nova configuração do PRECE e o acúmulo de capital social de ponte fica explícito nas ações políticas do Movimento em Defesa da Escola Pública e Movimento “Município Que Queremos” a partir de parcerias com uma rede de entidades da sociedade civil organizada em Pentecoste para o desenvolvimento de ações de políticas de benefício comunitário, estimulando o potencial de capital social emancipatório de seus participantes.

5.1 Movimento em Defesa da Escola Pública

“Pobre e injusto é o governante que não se esforça para oferecer uma rica escola pública para seu povo” (MOVIMENTO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, 2008, p. 1).

Uma iniciativa inédita no município de Pentecoste no que se refere à organização da sociedade civil foi a criação em agosto de 2008, paralelo as campanhas eleitorais municipais, do Movimento em Defesa da Escola Pública. O Movimento foi encabeçado pelo os estudantes secundaristas, universitários e graduados do PRECE que conseguiram mobilizar outras entidades da sociedade civil organizada, reunindo representantes das entidades associativas do PRECE (EPCs) de Pentecoste, da Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL), do SINDSEP, da COAMPE, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC) e da Paróquia de São Francisco. O resultado foi a criação de um movimento social apartidário (o próprio slogan do Movimento denotava isso: “Educação não tem partido, tem defensores”) que teve como principal objetivo utilizar o período eleitoral para sensibilizar e mobilizar os eleitores, candidatos a prefeito e a vereador para participarem de debates sobre a educação pública em Pentecoste e construir propostas para melhorá-la (MOVIMENTO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, c2017).

A coordenação do Movimento responsável pela organização e decisões era formado por uma célula de seis lideranças do PRECE e um representante de cada entidade da sociedade civil organizada que fazia parte do Movimento. As lideranças do Movimento acreditavam que se houvesse um esforço conjunto do futuro prefeito, dos vereadores e das comunidades, bem como de toda sociedade civil organizada, seria possível se construir uma escola eficiente e eficaz que garantisse a todos e a cada um o direito de aprender até onde o permitam suas aptidões e vontade. Escolas que oferecessem uma educação de qualidade, para permitir que seus estudantes pudessem competir igualmente no mundo do trabalho com seus pares das melhores escolas particulares e que contribuíssem eficazmente para a construção da cidadania e da democracia no município. Nesse contexto, cria-se nesse período uma rede de engajamento cívico no município em prol de uma educação pública de qualidade.

A visão do Movimento estava na raiz da construção do PRECE, que vislumbrava uma educação onde os estudantes fossem empoderados e buscassem a transformação da

realidade a qual estavam inseridos. Além de ser a primeira ação política onde fica explícito a militância do PRECE em prol da educação pública.

No dia 6 de setembro de 2008, foi realizado o lançamento oficial do Movimento na comunidade de Cipó com a presença dos representantes dos cinco candidatos a prefeito, vereadores e aproximadamente 300 pessoas das mais diversas comunidades do município. Nas semanas posteriores ao lançamento, foram realizados quatro Fóruns Comunitários de Educação nas comunidades rurais de Cipó, Boa vista, Muquém e Providência, onde foram apresentados os princípios e as propostas do movimento para moradores dessas comunidades.

Outra iniciativa importante do Movimento em Defesa da Escola Pública foi a parceria com a Justiça Eleitoral no combate à corrupção eleitoral. Foi realizado um trabalho de educação política buscando conscientizar os eleitores dos malefícios que alguns vícios políticos, como a compra de voto, trazem para as comunidades. Após a apresentação do movimento para a justiça eleitoral, foi, posteriormente, realizada uma reunião com a justiça eleitoral e os representantes de todas as coligações para fazer um ajustamento de termo de conduta das eleições. Na oportunidade, a juíza determinou que um texto (vinheta) sobre o movimento fosse divulgado nos carros de som de todos os candidatos 1 hora por dia.

Foram escritos vários textos sobre a realidade política de Pentecoste divulgados via *blogs* e redes sociais. O programa de Rádio Coração de Estudante do PRECE foi utilizado como importante veículo de informação.

As lideranças do Movimento produziram coletivamente um manifesto, a “Carta de Princípios e Projetos do Movimento em Defesa da Escola Pública” (MEMORIAL DO PRECE, c2017), com as principais propostas e demandas da educação pública a serem apresentados aos candidatos a prefeito para se comprometerem a assinar as propostas e colocarem em prática caso fossem eleitos. O Movimento coletou a assinatura de quase quatro mil cidadãos e cidadãs pentecostenses que ficou anexada à Carta.

O Movimento organizou entrevistas e um debate com os candidatos a prefeito, colaborando sobremaneira para as eleições e para o exercício da cidadania dos pentecostenses. Todos os cinco candidatos a prefeito à época foram entrevistados com transmissão pelas duas emissoras de rádio locais. Foram realizadas reuniões com todos os candidatos a prefeito para planejar as entrevistas e o debate, bem como aprovar o regulamento destes.

O histórico debate entre os candidatos a prefeito, que contou com a presença da juíza, da promotora de justiça, de convidados dos candidatos e de representantes das quinze entidades participantes do movimento foi realizado no dia 26 de setembro de 2008 no Auditório do Centro de Pesquisas Ictiológicas do DNOCS. Este debate tinha um caráter

educativo e visava permitir que a população pentecostense conhecesse melhor seus candidatos e suas respectivas propostas. Transmitido por uma emissora de rádio local com audiência inédita, na ocasião, foi realizada uma solenidade de assinatura da “Carta de Princípios e Projetos” do movimento, a qual foi assinada pelos quatro candidatos a prefeito presentes, por seus convidados, pelos representantes das entidades envolvidas no movimento, pela Juíza eleitoral, e pela Promotora de Justiça e anexada ao documento com as quase quatro mil assinaturas colhidas do povo pentecostense. A gravação das entrevistas e do debate dos candidatos a prefeito, tanto em áudio como em vídeo, ficaram à disposição no Comitê do Movimento e foram distribuídos gratuitamente a vários eleitores do município que se dirigiram ao comitê à procura das gravações.

Segundo um grupo de lideranças do PRECE, a criação do Movimento em Defesa da Escola Pública foi a ação que mais intensificou o grau de confiança das comunidades em relação à rede PRECE²⁴. No entanto, após a realização das eleições ocorreu um arrefecimento que deixou muitas das lideranças do PRECE desmotivadas. Depois de quase dez anos, Manoel Andrade (EN1), o principal idealizador do Movimento, traz-nos sua visão sobre aquela iniciativa:

Foi muito bonito o movimento, mas assim, um movimento purista né, muito bonito, muito empolgante, eu me lembro que víamos várias vezes a Pentecoste, aquelas entrevistas, apoio da Justiça Eleitoral, foi muito empolgante, eu consegui mobilizar muitas pessoas, quando digo eu é porque eu tive que convencer as pessoas a se envolverem, a gente tinha um pouquinho de dinheiro lá, e a gente gastou com camisas, gastando com pessoas pra ficarem lá, alugando um ponto, foi muito bonito e foi bom, eu não me arrependo de ter me envolvido com aquilo porque eu tenho isso pra contar pra minha descendência, também pra eu dizer pra mim mesmo que se tudo não dê certo, eu fiz a minha parte entendeu, mas acho que não mudou coisa alguma (EN1, p. 4).

Ao mesmo tempo que reconhece a importância do Movimento, Manoel Andrade deixa transparecer a frustração com os resultados, algo compreensível, haja vista que foi muito trabalho despendido, sendo que, a ideia era com a adesão da população legitimando o as ações do movimento, principalmente a “Carta de Princípios e Propostas”, com suas quase quatro mil assinaturas à época, os políticos pudessem assinar e se comprometerem a executá-la. Entretanto, o atual prefeito da época não foi ao debate e, conseqüentemente, não participou da solenidade onde os candidatos assinariam o documento. Para Manoel Andrade (EN1) o movimento cumpriu o seu papel:

²⁴ Em pesquisa realizada em 2009 sobre a Rede PRECE, elencamos uma série de ações e eventos e perguntamos a um grupo de lideranças de EPCs qual deles foi o que mais intensificou a confiança da comunidade em relação ao PRECE. O Movimento em Defesa da Escola Pública foi o mais citado dentre os entrevistados. Ver: Ramos (2009).

Agora foi um movimento não para eleger uma pessoa, um movimento de defesa da escola pública e funcionou, assim do ponto de vista de organização deu certo. Quando terminou, no final, foi uma frustração porque o Bosco (prefeito) se revoltou contra a gente que redundou numa porrada que ele deu em nós e saiu rindo da cara da gente né, porque ele ganhou a eleição dizendo que a gente tava trabalhando contra ele, quando não fizemos isso, nós, o nosso grupo foi muito honesto (EN1, p. 9).

Em 2009 o Movimento teve um arrefecimento nos primeiros meses do ano. Os estudantes universitários, no entanto, passaram por um momento difícil, pois, segundo lideranças do PRECE, o poder público municipal havia iniciado retaliações ao Movimento e uma delas estava justamente relacionada ao transporte universitário. A falta de transporte para os universitários impactava diretamente no desenvolvimento dos projetos do PRECE na região. O professor Jocélio Moraes (EN2), que era estudante universitário na época, relata a situação:

Depois das eleições o transporte começou a faltar, e o movimento não tinha tanta força mais para mobilizar as pessoas. Eu avalio que até 2008 o movimento estava muito mobilizado, muito forte, depois de 2008, que houve a eleição que o candidato Bosco foi reeleito, houve uma, não falo em desmobilização, porque o PRECE continuava, mas o movimento limitou mais a atuação (EN2, p. 6).

Nesse contexto, o Movimento em Defesa da Escola Pública inicia uma campanha para a implementação de um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Pentecoste. Esta seria uma saída para que muitos dos jovens não precisassem se deslocar para Fortaleza. Nessa luta o Movimento recebeu o apoio de Ariosto Holanda, professor da UFC e deputado federal na época. Em seminário organizado pelo Movimento, o deputado propôs a construção de uma sala de videoconferência no Centro Vocacional Tecnológico (CVT) de Pentecoste para sediar a UAB e pediu, na ocasião, à Secretaria de Educação deste município um levantamento do número de professores que não têm graduação. No entanto, o poder público municipal na época não se pronunciou a respeito.

Naquele ano, as ações do Movimento em Defesa da Escola Pública são fortalecidas, principalmente no que tange à formação política de suas lideranças, com o estabelecimento de uma parceria com a Escola de Formação de Governantes do Ceará (EFG-CE)²⁵, através de seu Diretor, Professor Alberto Teixeira.

²⁵ A EFG é uma instituição civil sem fins lucrativos. Foi criada no Ceará em 1994 por um grupo de professores universitários, empresários e profissionais liberais. A EFG ambiciona formar um quadro qualificado de governantes para exercer as relevantes tarefas de direção pública. Por conseguinte, a EFG vem preencher uma lacuna no sistema educacional brasileiro, no que diz respeito à formação de todos os que direta ou indiretamente participam da gestão pública. Maiores informações em: <http://www.escoladegoverno.org.br/escolas/fortaleza-menu>

A principal ação dessa parceria naquele ano foi a realização do “Ciclo de Debates: Construindo o Município Que Queremos” organizado pelo Movimento em Defesa da Escola Pública entre os meses de setembro e dezembro de 2009.

O “Ciclo de Debates: Construindo o Município que Queremos” tinha o intuito de contribuir de forma efetiva para a reflexão sobre a importância da participação cidadã no processo de planejamento do desenvolvimento municipal, além de colaborar para a formação de cidadãos em nível local que fossem capazes de analisar o modelo de desenvolvimento existente e propor alternativas na perspectiva de um Desenvolvimento Humano e Sustentável gerador de oportunidades. Entre os meses de setembro a dezembro de 2009 foram realizadas sete palestras, sempre aos sábados pela manhã, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pentecoste. Dentre o público participante a presença de líderes de associações comunitárias, professores, políticos e lideranças estudantis, etc.

Durante os primeiros meses de 2010, as lideranças do PRECE começaram a refletir sobre sua atuação no município de Pentecoste. Nesse contexto continuou-se investindo em capacitação e formação política para as lideranças. Naquele ano, em parceria com a EFG e a Fundação Konrad Adenauer (KAS)²⁶, foi ofertado o Curso “Instrumentos de Gestão e Informação para a Transparência nas organizações públicas e privadas”. O público participante era formado por lideranças de associações estudantis do PRECE, líderes comunitários, gestores, presidentes de partidos, professores, vereadores e lideranças estudantis secundaristas e universitárias. Segundo Edilson da Costa (EN3) um dos coordenadores do curso a participação foi ativa e proveitosa no que concerne à formação na área de controle social e governança:

Isso serviu pra abrir nossa visão sobre a magnitude que era a administração pública municipal, estadual e federal, as organizações, as entidades públicas que existem, então, assim, foi um momento de entrar em contato com o Ministério Público do Estado do Ceará, órgãos como TCE, TCU, TCM, a gente começou a entender melhor, a gente começou a se articular com essas grandes instituições e isso serviu pra qualificar um pouco mais a nossa visão e para ampliar o leque da nossa participação no setor público de fiscalização, e como cidadão foi muito bacana (EN3, p. 3).

Vale ressaltar que o clima de tensão entre lideranças do PRECE e o poder público local continuava e teve um de seus momentos mais tensos em dos programas “Educação em

²⁶ A KAS é uma fundação política alemã, independente e sem fins lucrativos. Atua com base nos valores da União Democrata-Cristã (CDU), partido político alemão. Promove a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos e a Educação Política, bem como a Economia Social de Mercado e o desenvolvimento descentralizado e sustentável. Está presente no Brasil desde 1969, reunindo lideranças atuais e futuras da política e da sociedade, bem como formadores de opinião no universo acadêmico. Trabalha sempre com parceiros locais e incentivando o diálogo sobre os principais desafios do país. Mais informações em: <http://www.kas.de/brasilien/pt/>

Debate” transmitido pela Rádio Comunitária 98,7 FM de Pentecoste no dia 10 de abril daquele ano. Durante o programa ocorreu um amplo debate tendo como tema: As denúncias de corrupção envolvendo a administração pública de Pentecoste. O município de Pentecoste havia sido citado na Operação Província que investigava supostas irregularidades em licitações, empresas fantasmas e utilização de “laranjas” para desvios de verba pública (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, 2010). O histórico programa não foi bem recebido pela administração municipal, sendo que, um dos apresentadores que estava na bancada na época, o Professor Nonato Furtado, recebeu retaliação direta pela participação no programa. Sua mãe, funcionária do hospital a mais de trinta anos, é demitida alguns dias depois. A liderança do PRECE à época enxergava em tal atitude uma forma de intimidação às ações do PRECE que estavam sendo realizadas no município e uma estratégia de perpetuar a “cultura do medo”²⁷.

Em resposta a uma crítica ao programa de rádio feita pelo então prefeito de Pentecoste em junho de 2010, as lideranças do PRECE, que na época denunciavam supostos desvios em obras públicas, expuseram seus objetivos como um movimento educacional e social em Pentecoste enfatizando o seu caráter suprapartidário:

Reafirmamos que a posição do PRECE como movimento social é fazer controle social, acompanhar, fiscalizar e, como movimento educacional, educar e esclarecer a população sobre diversas questões. Nossa oposição não é especialmente à gestão do Bosco, mas sim a toda e qualquer gestão que tenha vícios, que manipule o dinheiro público como seu, que seja fechada ao diálogo e à participação popular, que não seja transparente, que oprima seus funcionários através da intimidação e da reprodução da cultura do medo, que não valorize os professores, dentre outros. Entendemos a indignação com tudo isso como uma questão de educação (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, 2010, p. 1).

Para o Professor Jocélio Moraes (EN2), essas as formações políticas em parceria com a EFG e as perseguições políticas sofridas pelo grupo suscitaram novas reflexões acerca de como atuar em Pentecoste daquele momento em diante:

Tínhamos a EFG (Escola de Formação de Governantes) como parceiros que traziam alguns desses palestrantes, na época o Alberto era o cara que articulava essas palestras pra gente aprender mais sobre administração pública, e aí foi interessante porque começamos a entender o funcionamento de uma administração, como era uma prefeitura, e aí foi a época que começamos a pensar como é que poderíamos atuar diretamente no município, não só como movimento, mas como partido político também, como não estava havendo desenvolvimento no município, no nosso modo de avaliar, aí começamos pensar: por que a gente não lança uma candidatura do movimento, alguns do nosso membro que queira se candidatar, que possa levar

²⁷ Esse caso está relatado em um texto escrito pelo Professor Nonato Furtado, com o título: “Prefeitura de Pentecoste retalia precista por pronunciamento em programa de rádio”, e noticiado no *blog* do PRECE no dia 4 de maio de 2010 e no dia 5 de maio no *blog* “Notícias de Pentecoste”. O texto na íntegra encontra-se em: <http://www.noticiasdepentecoste.com/2010/05/prefeitura-de-pentecoste-retalia.html>

nossas demandas, que possa ser uma voz do movimento na Câmara, que possa levar essas demandas? (EN2, p. 6).

Em setembro de 2010, ocorre umas das maiores mudanças de perspectivas no interior do movimento PRECE que até então se auto intitulava suprapartidário. O grupo de lideranças que coordenavam as ações de desenvolvimento político e comunitário, desde as ações do GDPAC em 2006 até aquele momento, tomam a decisão de construir um Movimento Político Partidário em Pentecoste, surge a partir dali o Movimento Município Que Queremos (MQQ), formado por lideranças oriundas do PRECE e de entidades que compunham o Movimento em Defesa da Escola Pública. Com aquela decisão, uma parte das lideranças do PRECE em Pentecoste se aproximam diretamente da política partidária.

5.2 O Movimento Município Que Queremos (MQQ)

Em setembro de 2010, em meio ao às eleições para parlamentos estadual e federal e executivo estadual e federal, algumas lideranças do PRECE que lideraram a criação do MQQ tomam a decisão de apoiar candidaturas. Segundo as lideranças, o objetivo era buscar apoio nas comunidades para ganhar força política nas eleições e desenvolver um projeto para o município que realmente apoiasse os estudantes, os professores, os agricultores, os pequenos comerciantes, as associações comunitárias, etc. A grande maioria dos participantes do grupo político era formada por professores, agrônomos, pedagogos, cientistas sociais, estudantes universitários (de graduação e pós-graduação) e lideranças comunitárias do município de Pentecoste (O MUNICÍPIO..., c2017).

Em meio à cultura política clientelista em Pentecoste (RODRIGUES, 2007), o grupo firmava o compromisso de não comprar voto e de garantir que, cada voto dado aos candidatos que eles apoiassem, pudessem servir para fortalecer a população por ele representada e não apenas a alguns indivíduos ou líderes políticos como na velha política tradicional.

Naquela eleição de 2010, o grupo político MQQ resolveu apoiar as candidaturas de Ivo Gomes para deputado estadual, e Ariosto Holanda para deputado federal, ambos do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com a justificativa de que os dois eram fortemente envolvidos com a causa da educação. Para o Professor Edilson da Costa (EN3), coordenador do MQQ na época, o apoio às candidaturas iniciou a relação do PRECE com a política partidária e a mudança de visão de algumas lideranças do movimento quanto a estratégias de ação:

Foi uma experiência legal e foi a nossa entrada ou nossa aproximação com a política partidária, a partir daí os debates se intensificaram, porque a gente até debatia que era importante no meio de todo esse movimento grandioso que era o PRECE e seu poder de articulação, pensamos que tivessem pessoas que pudessem também influenciar e participar da política partidária, que pudessem se candidatar, que ocupassem cargos, que tivessem pessoas que ocupassem cargos na administração pública, que tivessem representação no poder legislativo, que pudessem ter uma articulação com o centro das tomadas de decisões que é o poder legislativo e também o executivo (EN3, p. 4).

Após as eleições, o apoio com transporte, que já era disponibilizado pelo Governo do Estado desde 2009, continuou a ser mantido pela SEDUC-CE, parceria que consolidada desde 2010 com o PRECE. Entretanto a maior conquista foi a articulação para gerir o maior patrimônio educacional da história do município de Pentecoste, a Escola Estadual de Educação Profissional Alan Pinho Tabosa. A articulação foi feita através de um Convênio entre a UFC e a SEDUC-CE, que definiu que a UFC seria corresponsável pela parte pedagógica da instituição, com a finalidade de implementar a metodologia da aprendizagem cooperativa na escola, projeto sob a responsabilidade do Professor Manoel Andrade e com total apoio da gestão da UFC.

No entanto, essa questão gerou uma forte tensão política com a gestão municipal na época, que já tinha inclusive definido quem seria o provável diretor da escola, haja vista o prefeito fazer parte da base aliada do Governador Cid Gomes. O governo local não aceitava que a escola fosse gerida por um grupo, que na visão do prefeito, fazia oposição à sua gestão. Mesmo com constantes pedidos da gestão municipal ao Governo do Estado, a articulação com o deputado Ivo Gomes, e, principalmente, a relação com a SEDUC-CE, contando com o aval da secretária na época, Izolda Cela, e do subsecretário Professor Maurício Holanda, sacramentaram o convênio entre UFC e SEDUC-CE. A EEEP Alan Pinho Tabosa foi inaugurada em junho de 2011, a primeira escola de aprendizagem cooperativa do Ceará. O feito é visto até hoje como uma vitória política do movimento do PRECE:

[...] porque todos esses movimentos que nós tivemos, todos esses projetos, digamos assim, ter uma escola era uma concretização de uma vontade dos principais líderes do PRECE, essa ideia foi amadurecendo em 2010, 2011, porque a gente tinha uma vontade imensa de atuar dentro de um espaço que pudesse gerar oportunidades para as pessoas, agora é claro que na escola pública nós temos várias limitações, era um desafio pra gente, era um desafio na época, com essa mobilização para deputado a gente teve a oportunidade de gerir uma escola (EN2, p. 7).

O MQQ realizou durante o ano de 2011 e 2012 uma série de articulações com lideranças políticas de Pentecoste. A intenção era articular a formação e fortalecimento de um grupo que pudesse influenciar nas Eleições 2012 em Pentecoste. O grupo teria candidatos a vereador e, na composição do grupo, se poderia indicar um nome para disputar a prefeitura de

Pentecoste. Naquele período algumas lideranças do PRECE já tinham se filiado ao Partido Social Democrático (PSD) na época, partido que fazia parte da base aliada do Governador Cid Gomes.

No entanto, ao se aproximar as eleições de 2012, o MQQ, que nesse período praticamente já se resumia a lideranças do PRECE, não conseguiu mobilizar lideranças políticas para formar um grupo e lançar uma candidatura a prefeito. O movimento então decidiu lançar um candidato a vereador, foi escolhido o atual coordenador do MQQ à época, o pedagogo e professor Edilson da Costa. Segundo o Professor Jocélio Moraes (EN2), um dos líderes do MQQ, a candidatura foi um amadurecimento das ideias do grupo, era uma forma de fazer com que os projetos pudessem chegar à Câmara Municipal, projetos na área de educação, na área de desenvolvimento local, na área de apoio às lideranças comunitárias.

E aí a gente decidiu lançar um candidato representando o nosso movimento, aí é claro dentro dos princípios que a gente debatia muito, da justiça social, dentro dos princípios da honestidade, do respeito, da valorização da própria representação do grupo né, que o indivíduo pudesse ser bem democrático, que o indivíduo que fosse representar a gente, pudesse representar o grupo e não ele mesmo. Então assim essa ideia de querer lançar foi nosso amadurecimento mesmo de nossa atuação dentro do município (EN2, p. 7).

Após a decisão de lançar uma candidatura, um conflito foi criado no seio do próprio PRECE, que não se resumia apenas ao grupo político, mas também a uma rede de EPCs com o desenvolvimento de projetos educacionais, e, principalmente, de muitas pessoas que retornavam da universidade, mas que não tinham ligação com o grupo político formado a partir do PRECE. Para algumas pessoas, existia uma separação entre o “PRECE movimento educacional” e o “PRECE movimento político”. Entretanto, para as lideranças do PRECE, a candidatura não representava somente os estudantes do PRECE, mas outras pessoas que pudessem se engajar à mesma. Naquela época, a posição das lideranças da Rede de EPCs do PRECE foi que as pessoas estavam livres para votar no candidato que eles quisessem, essa era a posição internamente. Para evitar conflitos com pessoas pertencentes às EPCs que não eram ligados ao grupo político, o MQQ orientou ao candidato que não usasse o nome do PRECE em sua campanha, apesar que externamente era muito difícil tirar da cabeça das pessoas que aquele era o candidato do PRECE nas eleições. Segundo Edilson da Costa (EN3) existia essa preocupação, “[...] a gente discutia, debatia ressaltava as diferenças, candidatura partidária é uma coisa e o trabalho do PRECE é outra, entendeu? No começo não misturamos [...]” (EN3, p. 5).

Mesmo com uma boa votação no que tange à Pentecoste (555 votos), Edilson da Costa não conseguiu se eleger. Para Jocélio Moraes (EN2), a cultura política local foi um dos entraves para que a candidatura tivesse sucesso:

Não deu certo pelo fato da própria estrutura política muito arcaica no nosso município, não é só no nosso município, mas na maioria dos municípios interioranos, nós temos ainda muitas correntes de, digamos assim, de lideranças que dependem daquele político pra poder ganhar. Aí nosso candidato era muito na questão de, por exemplo, não comprar voto, não fazer alianças somente para se beneficiar, também essa questão de ser um voto muito consciente, que uma avaliação que eu faço é que tem muita gente que vota consciente mas o movimento não conseguiu, por exemplo, não conseguiu chegar nessas pessoas fora do PRECE, (EN2, p. 8).

Após a eleição de 2012, houve um arrefecimento do MQQ que veio a se findar. Muitas lideranças que faziam parte do grupo político chegaram ao seu fim de ciclo no PRECE. Nem mesmo projetos como o programa de rádio resistiram. Para Jocélio Moraes (EN2), isso se deu porque as lideranças que formavam e militavam no movimento político do PRECE desde 2005, a maioria delas, foram partindo para projetos individuais, como a formação acadêmica e a busca pela sustentabilidade financeira, e, assim, foram se afastando do município.

Em 2015, um pequeno grupo de profissionais egressos do PRECE se engajaram num partido político em Pentecoste, Partido Verde (PV). Nas eleições municipais de 2016, o professor Edilson da Costa, já desligado do PRECE, lançou novamente a candidatura, não sendo eleito. Concomitantemente, lançamos minha candidatura²⁸ pelo Partido Verde, realizando uma campanha educativa pautada no voto consciente. A candidatura mobilizou principalmente a juventude em sua maioria estudantes secundaristas, universitários e egressos do PRECE e da EEEP Alan Pinho Tabosa, além de algumas lideranças precistas que participaram do movimento na fase de politização. Apesar da boa votação (585 votos), a candidatura não obteve êxito, no entanto, a campanha se destacou nas eleições pela forma como foi organizada em contraponto à política tradicional pautada no clientelismo e na compra de votos.

Paralelo ao processo de arrefecimento político, o PRECE continuou a desenvolver seus projetos educacionais no município a partir de sua Rede de EPCs que passou por um processo de reestruturação.

²⁸ Concorri ao pleito de vereador nas eleições de 2016 pelo Partido Verde em Pentecoste.

5.3 Um novo PRECE

A partir de 2012, inicia-se um processo de reestruturação das EPCs com o apoio do ICORES e da COFAC - UFC. No final de 2012, em um Encontro de Lideranças de EPCs foram discutidas problemáticas da Rede de EPCs do PRECE (a partir de 2010 a nomenclatura “Rede de EPCs” passou a ser utilizada). Nesse período foi realizada uma avaliação das ações que possibilitou identificar aspectos como a falta de comunicação institucional e uma diretriz pedagógica que fortalecesse o alcance de melhores resultados.

Nesse contexto, a partir de 2013, são desenvolvidos uma série de encontros e formações voltadas para a rede de EPCs pautadas no aprimoramento da comunicação institucional e diretrizes pedagógicas e metodológicas a serem trabalhadas na Rede PRECE. Esse processo teve o apoio da Coordenadoria de Protagonismo Estudantil da SEDUC-CE na figura do Coordenador na época Adriano Batista (profissional oriundo do PRECE) e do Coordenador da Rede de EPCs Professor Regivaldo Gomes.

Em um encontro realizado em 19 de agosto de 2013, em Mundaú (Trairi), com lideranças da Rede de EPCs, Adriano Batista trouxe para o debate o tema: “Participação Social x Transformações políticas” com foco no desenvolvimento das comunidades do Médio Curu. A ideia era mobilizar as EPCs em torno das demandas da comunidade, fazer parcerias com as associações na busca por melhores condições sociais na região. Como encaminhamento naquele encontro foram agendados encontros nas EPCs para encaminhar as ações do que estava se chamando de Rede Colaborativa Cidadã (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, 2010).

Os encontros foram chamados de “Encontro Conexão EPC – Comunidade: superando desafios”. A expectativa era abrir um canal de diálogo entre EPCs e comunidades buscando parcerias locais como as associações. O “Projeto Conexão EPC – Comunidade: superando desafio” teve como objetivo conhecer localmente os desafios das EPCs e estabelecer parcerias com as Associações Comunitárias visando o desenvolvimento das comunidades. Foram realizados 13 encontros dessa natureza nas EPCs até o final de novembro de 2013.

No decorrer do ano ocorreram outras formações com destaque para o curso de “Formação em Aprendizagem Cooperativa para Facilitadores das EPCs” com a participação de aproximadamente 40 lideranças na EEEP Alan Pinho Tabosa. Segundo o Professor Regivaldo Gomes, coordenador da rede das EPCs na época, o objetivo do curso era dá oportunidade para os facilitadores conhecerem a metodologia sistematizada da aprendizagem

cooperativa a fim de contribuir para melhoria do trabalho nas EPCs. No final daquele mês, em 30 de novembro, cerca de 40 pessoas participaram do Curso Formação de Lideranças promovido pelo PRECE, no Cipó, Pentecoste-CE. O curso foi ministrado por um grupo de bolsistas do PACCE, da UFC, sob a orientação do coordenador da Rede de EPCs, Professor Regivaldo Gomes (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, 2013).

A coordenação do PRECE realiza, em fevereiro de 2014, na Fazenda Experimental da UFC em Pentecoste, um Encontro de Planejamento Estratégico da Rede de EPCs, com o objetivo de definir estratégias de atuação da rede para os próximos anos. Nesse encontro, foi apresentada a proposta do Fundo de Investimento Solidário do PRECE (FINS), uma organização de investidores, sem fins econômicos, ou político-partidários, constituída por recursos financeiros de natureza comum, por doações de Pessoas Jurídicas e Físicas. O objetivo era desenvolver e apoiar ações de natureza social, através de programas e projetos das EPCs do PRECE que promovessem o bem-estar social das comunidades. Para se tornar um acionista bastava realizar uma aplicação de qualquer valor e ganhava o direito de decidir que projetos apoiar. Também era possível fazer a doação direta para um fundo comum e os recursos seriam utilizados para o apoio dos projetos de forma geral.²⁹

O FINS foi uma importante iniciativa que fomentou o desenvolvimento de Projetos nas EPCs no decorrer do ano, onde as lideranças foram estimuladas a pensarem, escreverem e executarem projetos comunitários. A maioria dos projetos desenvolvidos e apoiados pelo FINS eram na área de educação e cultura. A plataforma do FINS era gerenciada pelo ICORES.

O projeto de Reestruturação das EPCs foi apoiado na época pela *BrazilFoundation*³⁰, antiga parceira, e visava uma reestruturação institucional do PRECE. Todo esse investimento em formações era uma tentativa de adaptar as EPCs a nova realidade de sistematização da metodologia da aprendizagem cooperativa, e, concomitantemente, estreitar os laços com as comunidades visando o desenvolvimento de projetos em comuns com as associações comunitárias.

Esse contexto é marcado pela criação de uma rede de aprendizagem cooperativa no Ceará, que se inicia no PRECE e passa pela parceria com a UFC, com a criação em 2009

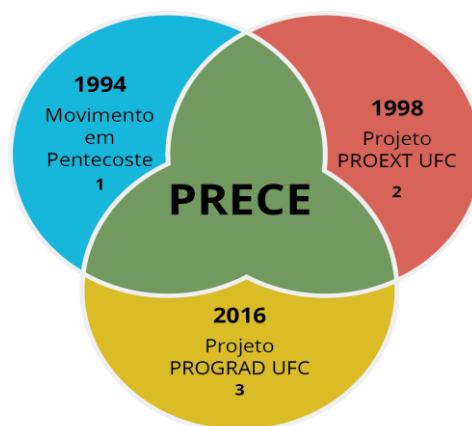
²⁹ Informações colhidas no *blog*: <http://finsdoprece.blogspot.com.br/>

³⁰ A *BrazilFoundation* mobiliza recursos para ideias e ações que transformam o Brasil. Trabalhamos com líderes e organizações sociais e uma rede global de apoiadores para promover igualdade, justiça social e oportunidade para todos os brasileiros. No campo do investimento social, a *BrazilFoundation* tem sido uma valiosa parceira do PRECE, viabilizando iniciativas estratégicas para o seu desenvolvimento e sua sustentabilidade nos últimos anos.

da COFAC, que desenvolve o PACCE³¹ na universidade; com a parceria com a SEDUC-CE, que, a partir de 2010, desenvolve projetos de formação em aprendizagem cooperativa na rede estadual para estudantes, professores e gestores escolares; pela criação da EEEP Alan Pinho Tabosa³² em Pentecoste, a primeira experiência de aprendizagem cooperativa em sala de aula no Ceará que, segundo Barbosa (2016), tem sua metodologia baseada tanto na aprendizagem cooperativa norte-americana desenvolvida pelos irmãos Jonhsons³³ (JOHNSON; JOHNSON, 1999), como na aprendizagem cooperativa desenvolvida no PRECE.

Com a consolidação da rede de aprendizagem cooperativa no Ceará, principalmente na EEEP Alan Pinho Tabosa em Pentecoste, foi criado em 2016, o Programa de Estímulo à Cooperação na Escola (PRECE). Segundo Barbosa (2016), apesar da utilização de uma só sigla, o PRECE representa ao longo de sua história três diferentes denominações como podemos observar na figura a seguir:

Figura 3 – PRECE: uma sigla, três denominações



1. Projeto Educacional Coração de Estudante
2. Programa de Educação em Células Cooperativas
3. Programa de Estímulo à Cooperação na Escola

Fonte: Barbosa (2016).

³¹ O Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE) é um programa de bolsas de monitoria da Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica da UFC que tem como principal objetivo colaborar para o aumento da taxa de conclusão nos cursos de graduação da UFC. A principal estratégia utilizada é a difusão de Células Estudantis - grupos de estudo que utilizam a metodologia de Aprendizagem Cooperativa. Maiores informações em: <http://www.pacce.ufc.br/pacce/>

³² No ano de 2011, consubstanciados e inspirados na experiência do PRECE, a SEDUC-CE, juntamente com a UFC firmaram um convênio para implantação da aprendizagem cooperativa na Escola Estadual de Educação Profissional Alan Pinho Tabosa em Pentecoste. A experiência foi inovadora sob alguns aspectos: primeiro por ser a primeira unidade escolar de Educação Básica do país a ter uma universidade como co-gestora; segundo, por ser a primeira escola do estado do Ceará, a utilizar as Células Estudantis de Aprendizagem Cooperativa em seu Projeto Político Pedagógico e, terceiro, pela maioria dos componentes do corpo docente e núcleo gestor da escola ser formado por profissionais que vivenciaram a experiência do PRECE.

³³ A aprendizagem cooperativa norte-americana é uma metodologia sistematizada em sala de aula com passos a serem seguidos pelo professor, o qual estrutura a aula de forma a criar espaços de cooperação entre os estudantes (JOHNSON; JOHNSON, 1999).

Esse “novo PRECE” é resultado de uma articulação interinstitucional entre a UFC, a SEDUC-CE e o ICORES, que promove um intercâmbio de conhecimentos entre universitários e estudantes da educação básica. A intenção é criar condições para que estudantes universitários de todos os cursos da UFC possam se sentir estimulados a planejar e desenvolver projetos de apoio às escolas públicas do Estado do Ceará³⁴.

A partir de 2016, esse programa ampliou a ação local do PRECE que se resumia aos municípios de Pentecoste, Apuiarés e Paramoti, para as escolas públicas de todo o estado do Ceará. Com o acompanhamento da equipe pedagógica, os bolsistas são preparados para desenvolver projetos estruturados com a metodologia da Aprendizagem Cooperativa tanto nas escolas como, à priori, nas EPCs da Rede PRECE. Entretanto, desde 2016, concomitante à consolidação do Programa de Estímulo a Cooperação na Escola (PRECE) nas escolas, vem ocorrendo a derrocada das EPCs que, nos últimos dois anos estão diminuindo em quantidade. Em Pentecoste, atualmente, somente seis EPCs estão funcionando focadas quase que exclusivamente em projetos com crianças e adolescentes (EPC Cipó, EPC Pentecoste, EPC Miguá-Terra, EPC Providência, EPC Xixá e EPC Ombreira), com participação de alguns bolsistas do programa PRECE. Maria (GF 2) enfatiza em seu discurso o processo de enfraquecimento das EPCs:

[...] eu acho que as EPCs elas se “acabaram” justamente por conta do foco mesmo, o foco, essa mudança do não-formal pro formal carregou muitas energias né, agora o foco é a escola, então as atividades que seriam nas EPCs foi levado pra escola, as EPCs estão vazias [...] (MARIA, GF 2).

No entanto, bolsistas do Programa PRECE na universidade, que foram alunos da EEEP Alan Pinho Tabosa, estão retornando à escola, agora como bolsistas de extensão, para desenvolver, aos finais de semana, projetos educacionais com crianças, adolescentes e idosos da comunidade. É a filosofia do retorno espelhado na experiência do PRECE.

Podemos estar assistindo à construção de um novo ciclo, no qual o PRECE, antes inserido nas comunidades através de uma rede de associações estudantis, hoje se institucionaliza e progressivamente vai se estabelecendo no interior das escolas do Estado como tecnologia educacional com o apoio da UFC.

Refletindo sobre esse momento de transição do PRECE o idealizador do movimento Professor Manoel Andrade (EN1) divaga sobre o Cipó e esse “novo PRECE”:

³⁴ O Programa de Estímulo à Cooperação na Escola (PRECE) é desenvolvido pela Coordenadoria de Articulação entre Universidade e Educação Básica (COART), coordenadoria ligada à Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica (EIDEIA), da Universidade Federal do Ceará.

Isso pode acontecer, um grande movimento no estado, e esse movimento vir de lá pra cá e jogar fogo aqui dentro, isso pode acontecer, embora eu não esteja fazendo isso pra isso, tô fazendo porque tem que dar continuidade, até agora recebemos o apoio do governo, hoje em dia começamos com duzentos professores ali, estamos com cento e cinquenta professores espelhados no modelo do PRECE e tal, temos cento e cinco bolsistas lá que são bolsistas do PRECE que vieram aqui e foi uma emoção só, escreveram uma mensagem pro PRECE e tudo. Você pode criar aí no imaginário da educação um movimento com uma história e isso de certa forma ser um exemplo e vir de lá pra cá e dar uma porrada, a qualquer momento pode acontecer, a gente não sabe, a história mostra que tem coisa que parece tá bem retilíneo e de repente dá uma confusão e muda tudo. Então pensando racionalmente eu posso admitir que há essa possibilidade (EN1, p. 9).

Atualmente, na comunidade de Cipó, berço do PRECE, está funcionando um Centro de Formação em Aprendizagem Cooperativa para receber estudantes, professores e gestores para formações em aprendizagem cooperativa e, ao mesmo tempo, conhecerem a história do Movimento PRECE através do Projeto Memorial do PRECE.³⁵

³⁵ O Memorial do PRECE foi criado em 2010 com o objetivo de resgatar, conservar e difundir a história do PRECE. O projeto teve nos primeiros anos o apoio da *BrazilFoundation*. Hoje é gerenciado pelo ICORES.

6 O PRECE E A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL

Na presente pesquisa, partimos da premissa que a Rede PRECE se configura como uma manifestação ativa de capital social. Nesse contexto, buscaremos tecer uma reflexão a partir de dois autores fulcrais da teoria do capital social (PUTNAM, 1996; COLEMAN, 1990), relacionando com pesquisas anteriores realizadas sobre a experiência (RODRIGUES, 2007; RAMOS, 2009; BARBOSA, 2016) no sentido de explicar o acúmulo de estoques de capital social encapsulado, capital social de ponte e a geração de capital humano a partir da experiência do PRECE.

Nesse sentido, partiremos de duas perspectivas para tecer essa reflexão, a primeira uma perspectiva culturalista de Robert Putnam (1996, 2000) abordando dimensões estruturais e cognitivas do capital social como normas, redes, virtude cívica, reciprocidade e confiança social (PUTNAM, 1993); a segunda, a partir do conceito de capital social relacionado à sua funcionalidade de Coleman (1990) e a perspectiva de geração de capital humano.

6.1 A formação de uma rede de engajamento comunitário

Como vimos anteriormente, o fenômeno do PRECE na região de Pentecoste está relacionado a um processo de exclusão social e educacional de jovens de comunidades rurais. Nesse contexto, surge o primeiro grupo de estudos do PRECE, contando com o apoio aos finais de semana do professor universitário Manoel Andrade e de algumas pessoas da comunidade. Como não havia professores, os jovens tiveram que estudar juntos em um processo de ajuda mútua. Compartilhavam os conhecimentos, seus sonhos, dificuldades e provações numa pequena casa de farinha desativada na comunidade de Cipó. Naquele momento, a cooperação passou a ser o recurso utilizado para resolver o problema coletivo da exclusão educacional.

A prática da cooperação, a ajuda mútua e o compartilhamento de dificuldades foi criando vínculos entre os primeiros estudantes da experiência, como afirma Rodrigues (2007):

O vínculo com o grupo se fortalece na medida em que as dificuldades e as lutas enfrentadas pelos participantes são compartilhadas e, processualmente, superadas e minimizadas, soluções que envolvem uma carga emocional muito forte e que proporcionam o sentimento de pertencimento, de vínculo entre os participantes da entidade (RODRIGUES, 2007, p. 93).

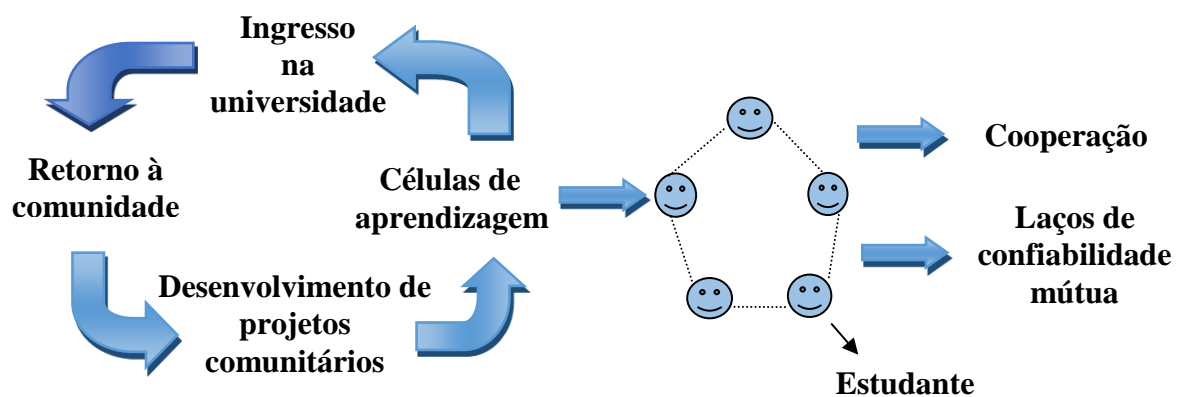
O sentimento de pertencimento ao grupo e o apoio dos membros foram criando laços de confiabilidade intragrupo e coesão social, e, nesse contexto, os estudantes formaram

um projeto educacional. Com a chegada de novos estudantes e a ampliação dos laços de confiabilidade, os membros do projeto foram criando suas normas e regras sociais intragrupos pautadas na cooperação, confiança, solidariedade e ajuda mútua. A estratégia da mútua educação nos grupos de estudo (células) gerou resultado. Com o primeiro estudante que ingressou na universidade retornando à comunidade, e este retorno se tornando uma prática reiterada, foi se criando um ciclo de reciprocidade que retroalimentou o projeto, ou seja, uma norma de reciprocidade generalizada. Rodrigues (2007, p. 93) fala da importância desse retorno:

[...] também se constituiu de grande importância para esse retorno o vínculo estabelecido durante o tempo de estudo com o grupo, a trajetória de convivência e o compromisso estabelecido da mútua ajuda e, ainda a possibilidade de estar em constante contato com os familiares [...].

Como vimos no quarto capítulo, com o passar dos anos, o pequeno grupo foi se ampliando para outras comunidades e se estruturando numa rede de escolas cooperativas (associações horizontalizadas)³⁶. Os estudantes continuaram ingressando na universidade e retornando para suas comunidades para desenvolver projetos comunitários. Como podemos observar na figura a seguir:

Figura 4 – Normas de reciprocidade generalizada e cooperação



Fonte: elaborada pelo autor.

A partir do exposto, “cooperação”, “confiança”, “reciprocidade”, “coesão social”, “solidariedade”, “normas”, “redes”, todos são aspectos de uma dimensão cognitiva e

³⁶ Para Putnam (1996), a confiança é criada e reforçada pelas densas redes horizontais ligadas à sociedade civil. Os sistemas horizontais de participação cívica (cooperativas, associações, partidos, clubes desportivos, sindicatos, associações culturais e de ajuda mútua) ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral.

estrutural do capital social. Segundo Putnam (1996), em um ambiente de lealdade e reciprocidade entre membros, propício a resolução de problemas coletivos e apoio intragrupo cria-se uma “supercola sociológica”. Esse processo de fortalecimento de laços de confiança e cooperação intragrupo é característico do capital social encapsulado ou comunitário, importante recurso no sentido de reforçar a identidade de grupo.

Nos primeiros anos da experiência, com o retorno dos universitários para colaborar e o ingresso de novos estudantes, o PRECE foi gerando estoques de capital social comunitário através de normas de cooperação, confiança e reciprocidade. Nesse contexto, um ambiente com alto nível de capital social, por meio de sua rede de relações sociais, torna-se um “solo fértil” para o desenvolvimento da reciprocidade indireta³⁷. Conforme assinala Putnam (1995), confiança, redes e normas de reciprocidade dentro de uma família, escola, grupo e comunidade tem um longo efeito em suas oportunidades e escolhas, e, portanto, em seu comportamento e desenvolvimento.

Nas células de estudo do projeto, os laços de confiança entre os participantes foram importantes para garantir a cooperação, além do apoio, aos finais de semana, dos universitários. Nesse contexto, a confiança aumenta a eficácia de um grupo facilitando ações coordenadas.

[...] A confiança compreende uma previsão sobre o comportamento de um ator independente. Normas de reciprocidade generalizadas e redes de engajamento cívico estimulam a confiança social e a cooperação porque reduzem os incentivos à defeção, reduzem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura [...] (PUTNAM, 1995, p. 4).

O autor em questão acredita que a confiança lubrifica a vida social e que sociedades com elevados graus de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas. A confiança é por sua vez alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os membros de uma comunidade e uma forte tradição de ação comunitária.

Um exemplo de uma iniciativa que fomentou laços de confiança a partir de uma experiência de aprendizagem informal foram os “círculos de estudo” na Suécia. Segundo Rothstein (2001), os “círculos de estudo”, que se converteram no método educativo preferido dos movimentos populares, consistiam em pequenos grupos de adultos que se reuniam uma tarde por semana para aprender juntos algum tema específico (línguas estrangeiras, informática, atualidade política, música, etc.), sendo que, essa cultura educativa não formal

³⁷ *Reciprocidade indireta*: quando os bens simbólicos recebidos não são devolvidos a quem os deu, mas a outro grupo que terá que devolvê-los, por sua vez a um outro grupo. O modelo dessa reciprocidade indireta é também aquele da circulação dos bens entre as gerações. A *Reciprocidade direta*: prestações materiais ou simbólicas devolvidas entre dois indivíduos ou dois grupos (GODBOUT, 1998).

foi a chave da criação de capital social naquele país, o qual é entendido em termos de confiança.

Putnam (2000) descreve que a alta coesão social pode gerar ações a fim de minimizar os dilemas da ação coletiva. Nesse contexto, as presenças de estoques de capital social do tipo encapsulado significam a presença dos mesmos elementos desenvolvidos no âmbito familiar (normas sociais), que proporcionam enfrentar problemas do cotidiano. A rede PRECE desde o seu início é marcada por uma forte interação entre pessoas da mesma família, a própria constituição do projeto tem uma relação intrínseca com a família Andrade e a comunidade de Cipó.

Bernardo Kliksberg (2001) associa a ideia de capital social à noção de cultura, afirmando que as pessoas, as famílias, os grupos são, para ele, essencialmente, capital social e cultura. São portadoras de atitudes de cooperação, valores, normas, tradições que, se potencializados, propiciam círculos virtuosos relevantes para o desenvolvimento das comunidades. Interessante salientar em que sentido esses valores, normas e tradições contribuem para o surgimento de laços de confiança e reciprocidade entre os membros do grupo. Algumas EPCs do PRECE atuam ou atuaram em comunidades rurais distantes formadas por poucas famílias que guardam valores culturais, tradições, normas – que constituem a própria identidade do grupo.

Kliksberg (2001) cita a influência positiva de um componente central do capital social – a família. Observou que quanto mais sólido for este capital básico, mais produtivas tendem a ser as outras formas de capital e maiores os resultados no quesito educação. Grupos formados por um elevado grau de parentesco fortalecem componentes básicos do capital social como é o caso da confiança. Geralmente é mais propício a formação de laços de confiabilidade entre membros do mesmo grupo de parentesco. Além disso, facilita a rede de informações e o trabalho comunitário. Na pesquisa de campo que realizamos sobre o PRECE em 2009, percebemos nas associações estudantis muitos familiares que ingressaram juntos no movimento (irmãos, primos, etc.) e também estudaram e adentraram juntos a universidade. A presença de grupos de parentesco nas associações estudantis do PRECE foi certamente um elemento que colaborou para reforçar os laços de confiabilidades intragrupos.

O conceito de capital social, para Fukuyama (1996, p. 41), está diretamente ligado à “capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade”. Para este autor, o capital social pode estar incorporado no menor grupo social (a família), bem como no maior de todos os grupos (a nação), assim como nos grupos intermediários (FUKUYAMA, 1996). Vale ressaltar seu conceito de “raio de confiança”, ou

seja, para ele, todos os grupos que possuem capital social têm certo raio de confiança, isto é, o círculo de pessoas dentro do qual as normas de cooperação são efetivas. Assim, quando o capital social do grupo produz consequências positivas, seu raio de confiança vai além do mesmo grupo. É possível que o raio de confiança não abarque a todos os membros, como no caso de grandes organizações onde as normas que promovem a cooperação somente são efetivas entre as lideranças e os membros permanentes (FUKUYAMA, 1996).

Outra forma que o capital social pode se manifestar é através do voluntariado. Segundo Baquero (2003, p. 31), uma das vertentes geradoras de confiança são as atividades voluntárias, as outras são as experiências pessoais com a instituição e a relação associativa na família, na escola e no meio de comunicação. Vale ressaltar que no PRECE o voluntariado foi uma marca do movimento durante muitos anos. Grande parte dos universitários do PRECE retornaram às suas comunidades desenvolvendo trabalhos comunitários de forma voluntária. Somente após o PRECE se tornar projeto de extensão na universidade (UFC) foi que os estudantes se tornaram aptos a obterem bolsas de extensão. No entanto, naquela época (final da década de 1990 e início dos anos 2000), as bolsas de estudos eram escassas, sendo que no PRECE, durante um período, houve uma norma criada pelos membros do grupo de bolsas de estudos compartilhadas, ou seja, aquele que recebia uma bolsa de estudo compartilhava uma parte do recurso com outro estudante necessitado. Nossa pesquisa demonstrou que 90% dos egressos entrevistados afirmaram que ao retornar à comunidade como universitários desenvolveram atividades voluntárias na comunidade. (Dados do QI-PCE).

Após a multiplicação do PRECE, o movimento foi se estruturando numa rede de associações estudantis. Nesse sentido, uma variável que integra as definições de capital social nas visões institucionais é a de rede. As redes são instrumentos ou estrutura de expansão do capital social, elas podem e devem se constituir como meio de articulação dos princípios, virtudes e relações sociais que dão vida ao capital social.

Nesse contexto, normas e redes estabelecem o papel instrumental do capital social em uma comunidade. O capital social é um conceito multidimensional, entretanto, uma visão mais estreita o define como um conjunto de normas e redes sociais que afetam o bem-estar da comunidade na qual estão inscritas. Nesse caso, as relações de base para a formação das redes seriam entre iguais, isto é, entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas (capital social comunitário). No entanto, as redes constituídas dessa forma não permitem que o grupo possa estabelecer laços extracomunitários. Portanto, as redes devem se ampliar para criar ligações com outras comunidades semelhantes e assim ampliar o alcance de suas ações (“capital social de ponte”). Esse tipo de capital social é muito importante, pois

permite que os indivíduos estabeleçam as relações sociais em que são efetuadas ‘trocas econômicas’ (relações de mercado) e o acesso às informações (conhecimento) presentes em meios externos a sua comunidade (MONASTERIO, 2000a).

No período de multiplicação, a rede PRECE era formada por associações horizontalizadas, interligadas através do Conselho das EPCs, guardando características historicamente construídas como a filosofia do retorno, e a metodologia de educação em células de aprendizagem cooperativa, fundamental na formação de capital social encapsulado. No entanto, o período de ampliação de um capital social de ponte está ligado à fase de politização do PRECE (BARBOSA, 2016) a partir da criação de uma rede de engajamento cívico comunitário.

A noção de engajamento cívico aqui empregada está relacionada ao conceito de virtude cívica de Putnam (1996, 2000). O autor denomina virtude cívica como característica de uma população que aprendeu a desenvolver um espírito cooperativo, de confiança, de solidariedade, chegando ao ponto de desenvolver um espírito público em que o engajamento cívico está acima de qualquer individualidade. Há, então, uma coesão social.

Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica [...] (PUTNAM, 2000, p. 180).

As redes de engajamento cívico são novas formas de organização cidadã nas quais figuram o capital social, estruturado na forma de redes sociais que não só empoderam o indivíduo, mas agem no sentido de promover a ação coletiva. Estas estruturas são fundamentais no sentido de possibilitarem a criação de normas de reciprocidade generalizada e estimular a confiança social, além de facilitar a informação.

O trabalho de inclusão educacional de jovens de origem popular estimulou não somente a confiança intragrupo, mas também de membros das comunidades rurais onde o trabalho era desenvolvido. No decorrer da história do PRECE, principalmente a partir dos anos 2000, tais comunidades foram importantes parceiras como podemos observar a seguir no comentário de Rodrigues (2007, p. 74):

As comunidades se constituíram em grandes parcerias na medida em que não mediam esforços para ajudar o PRECE em vários momentos: arrecadação de alimentos, participação de eventos realizados pela entidade, disponibilização de meios de transporte para a locomoção de estudantes, de professores e da própria comunidade, quando da participação destes em espaços promovidos pela entidade. Enfim, houve mobilização de várias famílias em diferentes comunidades para apoiar as ações do PRECE, várias comunidades atuaram, efetivamente, como coparticipantes de muitas realizações empreendidas pelo PRECE.

No entanto, a formação de uma rede de engajamento comunitário está ligada à atuação do PRECE com o desenvolvimento de projetos de controle social e governança, comunicação social e apoio à escola pública. O que reforçou o “capital social de ponte” no PRECE foi a relação com outros grupos sociais do município, principalmente a interação entre as entidades que compõem o Movimento em Defesa da Escola Pública. Essa estrutura de expansão do capital social é de grande importância, pois esse tipo de capital pode gerar reciprocidade e identidades mais abrangentes criando laços de conectividade entre diferentes grupos sociais.

A construção dessa rede de engajamento comunitário inicia com os trabalhos em parceria com o NUCOM e o estabelecimento de parcerias com centrais de associações comunitárias no município (UAVRC, COAMPE). Uma das ações que caracterizam a ação política dessa rede foi a pauta em relação à segurança pública que culminou numa mobilização de organizações da sociedade civil de Pentecoste e poder público, no sentido de solucionar os problemas de roubos e furtos de animais e máquinas em comunidades rurais da região (MORAES, 2015).

Entretanto, o auge de mobilização dessa rede ocorreu nas eleições municipais de 2008 com a criação do Movimento em Defesa da Escola Pública, a partir da iniciativa do PRECE. O movimento contou com a participação das centrais de associações comunitárias, sindicatos dos servidores públicos e dos trabalhadores rurais do município; a rede de associações estudantis do PRECE de Pentecoste, contando com o apoio de lideranças estudantis de EPCs de municípios adjacentes (Apuiarés, Paramoti); a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição; rádios locais e o poder judiciário local. Vale salientar que a relação do PRECE com grupos externos demonstra o fluxo de capital social, importante na formação de uma rede social de desenvolvimento comunitário. O capital social de “ponte” ou do tipo “bridging” é um ‘óleo lubrificante social’. As informações sobre o comportamento de outros agentes e oportunidades disponíveis fluem por meio dessa forma de capital. “Quando o capital social do tipo ‘bridging’ é abundante, tem-se uma sociedade fluída e integrada na qual, por exemplo, a despeito das diferenças sociais, pobres e ricos confiam uns nos outros e compartilham informações” (MONASTERIO, 2000a).

Como vimos no capítulo anterior, todas essas organizações pautaram a defesa de uma escola pública de qualidade e eleições limpas no município, reivindicando dos candidatos a prefeito na época que se comprometessem em executar uma série de propostas para o desenvolvimento da educação pública no município. A relação do PRECE com outras

entidades trata de uma expansão do capital social para além das fronteiras do movimento. Além de gerar reciprocidade, identidades mais abrangentes, criar laços de conectividade entre diferentes grupos sociais, possibilita a ampliação das demandas e ações. E para se promover desenvolvimento comunitário o capital social é imprescindível. “Isso é o capital social: cooperação ampliada socialmente. Cooperação que se reproduz socialmente” (FRANCO, 2004).

Após as eleições, a rede de engajamento comunitária criada em torno da educação pública continuou desenvolvendo algumas ações de educação política no município como palestras, seminários e cursos de formação política para lideranças comunitárias e estudantis em parceria com a EFG, além da articulação de alguns cursos de extensão através da UFC, como o Ciclo de Palestras e Oficinas, destinados, principalmente, para os professores da rede pública. No entanto, a partir de 2010, essa rede foi se desintegrando e houve uma corrosão desse capital social de ponte. Trataremos sobre as causas do enfraquecimento do ativismo cívico comunitário numa discussão mais adiante a partir de uma reflexão sobre a corrosão do capital social comunitário do PRECE.

6.2 A geração de capital humano

Para o sociólogo James Coleman (1988), o capital social pode vir a facilitar o desenvolvimento de capital humano em uma sociedade. Primeiramente, lembremos que o autor desenvolve um conceito de capital social relacionado à sua funcionalidade, ou seja, são aspectos presentes na estrutura social que facilitam ações coordenadas dos indivíduos dentro dessa estrutura, ou seja, a questão está centrada na função que esses aspectos da estrutura social podem ter para garantir os interesses desses atores dentro da estrutura. Trata-se de uma visão utilitarista desse recurso. Os aspectos ou formas de estrutura social citados por Coleman (1988) referem-se ao cumprimento de obrigações, expectativas, e das normas e sanções efetivas que restringem ou encorajam certos tipos de comportamento no ambiente de relações entre as pessoas. Vejamos um exemplo citado:

A mother of six children, who moved with her husband and children from suburban Detroit to Jerusalem, describes as one reason for doing so the greater freedom her young children have in Jerusalem. She feels it is safe to let her eighth-year-old take the six-year-old across town to school on the city bus and to let her children play without supervision in a city park, neither of which did she feel able to allow where she lived before.³⁸ (COLEMAN, 1988, p. 303)

³⁸ “A mãe de seis crianças, que se mudou com seu marido e filhos do subúrbio de Detroit para Jerusalém, descreve como única razão da mudança, a liberdade que suas crianças teriam em Jerusalém. Ela sente que é

A razão para essa diferença é descrita pelo autor, pelo capital social disponível em Jerusalém e no subúrbio de Detroit. Em Jerusalém, uma estrutura de normas garante que as crianças desacompanhadas serão cuidadas pelos adultos da vizinhança, o que não existe na maioria das áreas metropolitanas dos Estados Unidos.

Coleman (1990) afirma que quando há interdependência entre os atores sociais, eles só conseguem satisfazer seus interesses agindo conjuntamente através de relações sociais que o autor insere no conceito do capital social. Relações de autoridade, um indivíduo concorda em ceder a outro o direito sobre suas ações em troca de uma compensação; relações de expectativas e obrigações entre indivíduos que trocam favores; em todas está presente a confiança mútua entre os indivíduos.

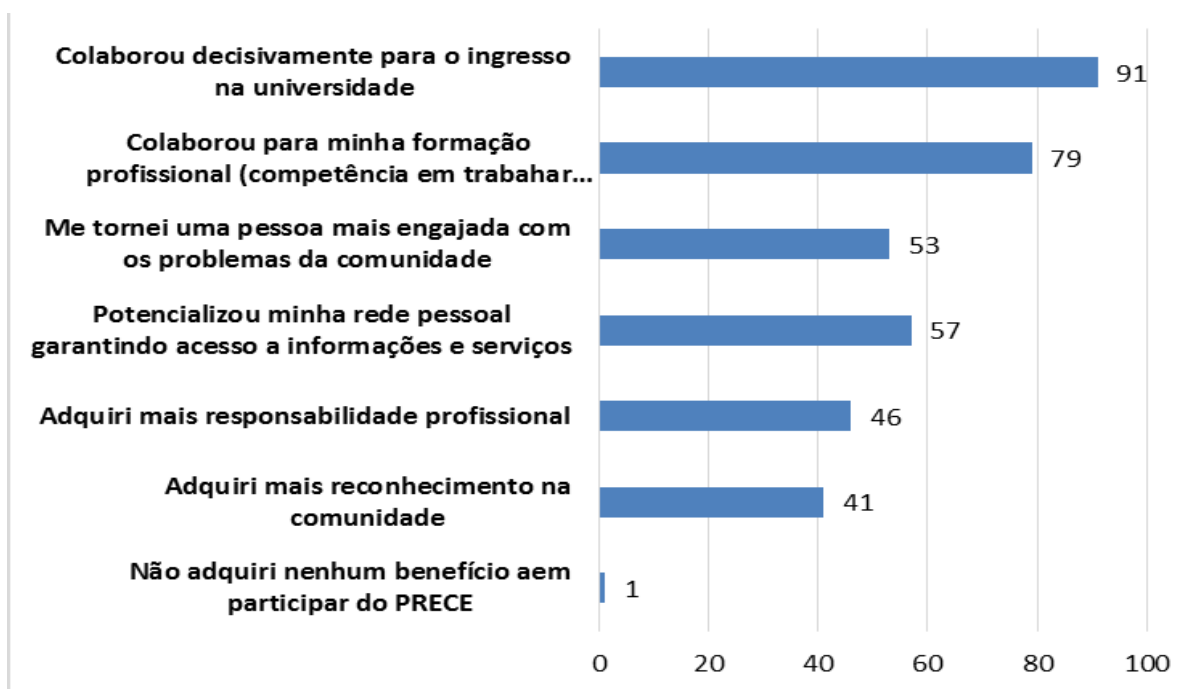
[...] fazer um favor confiando que o outro retribuirá quando tiver oportunidade; submeter-se a normas confiando que o outro também submeter-se-á ou será punido se não o fizer; trabalhar para alguém confiando que receberá o pagamento ajustado ou, vice-versa, contratar alguém confiando que executará o trabalho proposto (COLEMAN, 1990, p. 305).

A partir do conceito de capital social de Coleman (1990), refletimos sobre os elementos constitutivos do PRECE, a unidade primeira onde ocorre a teia de relações entre os indivíduos que compõe a rede, ou seja, as células de estudo nas EPCs, raciocinando que a Rede PRECE atua como uma estrutura de expansão do capital social e se constitui como meio de articulação dos princípios e relações sociais que geram capital social. Vale frisar que os objetivos em comum, as mesmas normas, regras e obrigações entre as entidades associativas contribuem para uma maior coesão social. A rede trabalha no sentido de contribuir para o acesso de estudantes de origem popular na universidade, a melhoria da educação pública e projetos de desenvolvimento comunitário na área de educação, esporte e meio ambiente (benefício coletivo).

Perguntamos aos egressos entrevistados qual teria sido o maior benefício de ter participado da experiência do PRECE. A maioria afirmou que o maior benefício foi ter colaborado decisivamente para o ingresso na universidade. Outros benefícios mais citados foram ter colaborado para a formação profissional ao se tornar uma pessoa habilitada a trabalhar em equipe; e se tornar uma pessoa mais engajada com os problemas da comunidade. Lembrando que na pergunta o entrevistado poderia citar os dois maiores benefícios em ter participado da rede PRECE. Seguem os dados no gráfico abaixo:

mais seguro deixar sua filha de oito anos levar a de seis pela cidade, para a escola, num ônibus e deixá-las brincar no parque da cidade sem supervisão, o que ela não se sentia capaz de fazer onde ela vivia antes". (COLEMAN, 1988, p. 303, tradução nossa).

Gráfico 1 – Benefícios de ter participado do PRECE



Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

Os dados reforçam a perspectiva utilitarista do capital social. A participação na estrutura do PRECE contribuiu decisivamente para que seus membros pudessem ter acesso ao nível superior (benefício coletivo). Dialogando com a visão de Coleman (1990), a relação de interdependência entre os membros do PRECE, a confiança mútua entre os atores, a aceitação de normas de reciprocidade, as relações de expectativa e obrigações mútuas facilitaram o acesso dos jovens ao benefício coletivo. Inseridos nessa estrutura, os jovens potencializaram sua rede pessoal com acesso a informações potenciais, serviços e habilidades que tiveram acesso por estarem incrustados nessa estrutura.

Agora, a partir do conceito de capital social de Coleman (1990), pensemos sobre a dinâmica de estudo numa célula cooperativa, levando em consideração a racionalidade dos estudantes quanto ao benefício a ser alcançado. O estudante, ao compartilhar os seus conhecimentos com outros estudantes, gera, de forma intencional, uma estrutura de obrigação entre os membros da célula, que também compartilham seus conhecimentos entre si. Nesse sentido, ao compartilhar os conhecimentos em uma célula cooperativa, os estudantes percebem que suas expectativas serão atendidas, pois todos seguem as mesmas normas de cooperação e reciprocidade. Essa dinâmica fortalece os laços de confiabilidade entre os

membros do grupo, haja vista, que os estudantes desenvolvem um círculo virtuoso de cooperação.

Nesse sentido, a cooperação para o alcance dos objetivos comuns parte das relações sociais e interações estabelecidas entre os estudantes no seio de seus elementos constitutivos (células de aprendizagem) que influenciam e contribuem para um ambiente de confiança e uma cultura de cooperação na Escola Popular. Ao mesmo tempo, cada estudante sabe que estudar no grupo de forma cooperativa garante maior possibilidade de maximização do conhecimento e a possibilidade de alcançar seu objetivo pessoal, ou seja, estar inserido na estrutura social facilita algumas ações desses indivíduos em prol de seus interesses, no caso, dos estudantes secundaristas, o ingresso no ensino superior. Segundo Coleman (1990), o capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de normas, regras e obrigações.

Quanto ao estudante universitário que retorna aos finais de semana para a comunidade, vale salientar que essa ação contribui para elevar o nível de confiança dos membros das comunidades em relação à Rede PRECE. Esse universitário, ligado a uma rede de contatos sociais, está inserido numa rede de apoio em sua comunidade, e, também, na própria universidade. Para exemplificar, a maioria dos estudantes do PRECE que ingressam na universidade chegam com informações potenciais acerca da universidade, graças à rede de canais de informações presentes na própria rede e que podem ser facilmente acessadas, seja no contato com outros universitários, seja de forma virtual nas mídias sociais, *site*, *blogs* das EPCs e informações que são compartilhados em grupos de *e-mails* e pelo *Facebook* de membros das associações³⁹. Coleman (1990) enfatiza essa importante forma de capital social como um potencial para a informação que habita nas relações sociais.

A maioria dos estudantes do PRECE, ao chegarem à universidade, já leva consigo informações sobre o funcionamento da universidade e são acolhidos por uma rede de universitários que também são oriundos do PRECE. Nesse sentido, as relações de confiança são fundamentais e o conjunto de relações sociais em que o universitário está inserido o ajudam a alcançar objetivos que seriam bem mais custosos se os mesmos não estivessem inseridos na estrutura social, como, por exemplo, o próprio ingresso e permanência na universidade.

Na estrutura do PRECE, o capital social favoreceu a geração de capital humano. Para Coleman (1988), o capital social e o capital humano são sempre complementares, tanto o

³⁹ Ver mídias sociais do PRECE: <http://www.prece.ufc.br/>; *Facebook*: @PreceCe; *Blog*: <http://memorialdoprece.blogspot.com.br/>

capital social na família, quanto o capital social na comunidade têm papéis na função desse capital humano (SANTOS, 2003). Nesse sentido, o capital humano é medido aproximadamente pelo nível de instrução das pessoas. Suas pesquisas sobre desempenho escolar nos Estados Unidos demonstraram que o capital humano familiar, medido pela instrução dos pais, foi fundamental para o ambiente propício para o aprendizado das crianças.

No caso das famílias, o capital humano, medido pela instrução dos pais, é potencialmente importante para proporcionar um ambiente cognitivo propício à aprendizagem escolar da criança. Um exemplo citado por Coleman (1988), em uma escola num distrito nos Estados Unidos, famílias asiáticas compravam duas cópias dos livros didáticos que os filhos precisavam. Investigações demonstraram que as cópias eram destinadas ao aprendizado das mães com o propósito de apoiar melhor na educação dos filhos. Segundo Coleman (1988, p.111), “se o capital humano possuído pelos pais não é complementado pelo capital social enraizado nas relações familiares, o capital humano dos pais torna-se irrelevante para o crescimento educacional dos filhos”.

O conceito de capital humano de Coleman (1988) guarda similaridade com o conceito de capital cultural de Bourdieu (NOGUEIRA, 1998). Esse capital humano pode ser gerado não somente num capital social mais restrito como o da família, mas também nas relações sociais, instituições e organizações comunitárias. No caso do PRECE, o “capital social familiar” não influenciou diretamente na geração de capital humano, entretanto, ao ingressarem na estrutura do PRECE, os laços familiares, identificados como uma forma de capital social familiar, foram fundamentais para potencializar os laços de confiabilidade intragrupos, contribuindo para a geração de capital humano, lembrando que durante a história do PRECE vários grupos de parentesco, principalmente nas comunidades rurais, ingressaram juntos nas EPCs.

Podemos presumir que os estudantes que ingressaram nas associações estudantis se beneficiaram do estoque de capital social do programa educacional, pois, ao ingressarem na estrutura social, tiveram acesso, primeiramente, a um espaço propício aos estudos, apoio pessoal de uma rede de estudantes, acesso a contatos sociais, a recursos (internet, livros didáticos, etc.), além de informações potenciais sobre a universidade. A partir da inserção na estrutura social do PRECE, internalizaram normas de cooperação e reciprocidade que facilitaram o alcance do benefício comum. Nas associações de indivíduos com finalidade comuns, como organizações sociais (as associações estudantis da rede PRECE, por exemplo), as relações sociais de confiança mútua são desenvolvidas na busca do objetivo comum. Nesse contexto, o capital social gerado na estrutura do PRECE, ao propiciar o alcance do benefício

comum (ingresso na universidade), estimulou a formação de capital humano a partir da experiência.

Importante perceber a diferença no que tange a um aspecto cognitivo do capital social, a reciprocidade. Na estrutura social de Coleman (1988), o capital social através de normas de reciprocidade generalizadas e confiança gera externalidades positivas, entretanto, diferentemente de um modelo de reciprocidade indireta, na teoria colemianiana o processo de reciprocidade está pautado numa relação de obrigação e expectativa, “se A faz algo por B e confia que B vai corresponder no futuro, estabelece uma expectativa em A e uma obrigação em B de manter essa credibilidade” (COLEMAN, 1990, p. 306).

O capital humano para Coleman (1988) é intangível, sendo incorporado no conhecimento e nas habilidades adquiridos pelo indivíduo que as tornam capazes de agir de novas formas. Nossa perspectiva é que esse capital humano foi gerado na Rede PRECE a partir de um processo de empoderamento que influenciou os níveis de participação política.

Na Rede PRECE, o capital social se apresenta tanto no plano individual, relacionado ao grau de integração social do indivíduo com suas redes de contatos sociais que implica expectativas de reciprocidade e comportamentos confiáveis; quanto no plano coletivo, ou seja, os efeitos desse capital social que produz um bem coletivo que transcende os objetivos individuais (participação comunitária).

A visão utilitarista do capital social na teoria colemianiana nos leva a refletir sobre a ação coletiva dos membros do PRECE. Existe um fator motivacional condicionante que impulsionou os precistas em determinados momentos a se envolverem em questões de interesse coletivo, ou seja, os precistas racionalmente percebiam os benefícios individuais da ação coletiva? Pensando nos egressos da experiência educacional, quais as motivações que os fazem se envolver em ações coletivas? O quanto a experiência do PRECE imprimiu em seus participantes um comportamento participativo e um maior engajamento cívico? Esses aspectos cognitivos do capital social se fazem presentes nas ações daqueles jovens que passaram por essa experiência? Nesse processo, o capital social comunitário gerado no PRECE foi transmutado em potencial de capital social emancipatório?

Nossa hipótese é que o capital social produzido no PRECE é um recurso coletivo que empoderou os precistas a solucionarem os dilemas da ação coletiva e que se configurou em potencial de emancipação que se faz presente nas atitudes e ações dos egressos da experiência através de um comportamento político participativo. Partindo de uma perspectiva culturalista do capital social, acredita-se que esses atores foram incorporando normas, habilidades, atitudes e comportamentos colaborativos num processo socioeducativo de

interação e transmissão de valores a partir de práticas reiteradas em um determinado espaço de tempo.

A seguir, a partir da análise e correlação de dados quantitativos e qualitativos, buscaremos dar uma luz aos questionamentos acima elencados.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa tratou de estabelecer um delineamento correlacional, de natureza *ex post facto*, cujas variáveis antecedentes foram o nível de empoderamento cidadão, o potencial de capital social emancipatório, a confiança interpessoal e a confiança institucional e, como variável consequente, a participação política dos egressos da rede PRECE.

A partir das variáveis mensuradas pelos questionários aplicados a egressos da Rede PRECE, foram construídos índices de participação política, potencial de capital social emancipatório, empoderamento cidadão, confiança interpessoal e confiança institucional. A elaboração dos índices teve como base o questionário QI-PCE (ANEXO A) sendo que o critério de inclusão das variáveis para elaboração do índice foi de natureza teórica, tendo como base estudos anteriores (VASCONCELOS, 2014; BANCO MUNDIAL, 2003; FIELD, 2009) conforme a organização teórica apresentada (*Quadro I* - operacionalização dos conceitos utilizados no modelo) no capítulo III do presente trabalho. Os índices foram formados pela média das respostas das questões e variaram de 0 a 1, tomando as respostas de “sim” e “não”, onde sim = 1 e não = 0, ponderou-se as questões para cada um dos conceitos operacionalizados. Para as variáveis com métricas diferentes, que admitiam respostas numa escala de 1 a 4, decidiu-se padronizá-las, admitindo a seguinte equação:

$$\text{Sub-índice} = X - V_{\min} / V_{\max} - V_{\min}$$

Onde:

X = Pontuação bruta (real)

V_{max} = Pontuação máxima na escala de resposta (teórica)

V_{min} = Pontuação mínima na escala de resposta (teórica)

É importante destacar que “zero” e “um” não correspondem à ausência e a maior quantidade possível, respectivamente. Em vez disso, esses parâmetros indicam os menores e maiores valores atingidos pelos participantes da amostra. Como ressaltado anteriormente, as análises foram realizadas por meio do software SPSS (versão 20.0). A seguir apresentaremos os índices correspondentes a cada variável do modelo de participação política.

No que se refere à categoria “empoderamento cidadão”, pôde-se verificar que os estudantes egressos da Rede PRECE apresentam altos níveis. Conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 3 – Índice de Empoderamento Cidadão

Empoderamento Cidadão	%
0	0
0,20	0
0,40	0,9
0,60	2,8
0,80	61,1
1,00	35,2
Total	100

Fonte: elaborada pelo autor com base nas análises do SPSS.

Observamos que dentro da variação do índice (0 a 1), o índice de empoderamento cidadão apresentou média de 0,86. A concentração dos egressos do PRECE nas partes inferior e intermediária do índice, retrata, do ponto de vista quantitativo, a eficácia no processo de empoderamento de seus participantes. Vale ressaltar o item 13.2 (ANEXO A) não pôde ser incluído nessa análise porque não apresentou variação nas respostas.

Pôde-se verificar conforme tabela abaixo, que os estudantes egressos da Rede PRECE apresentam altos níveis de potencial de capital social emancipatório. Dentro da variação do índice (0 a 1), o potencial de capital social emancipatório apresentou média de 0,96. A concentração dos egressos do PRECE na faixa inferior do índice indicam uma elevada predisposição à participação por parte dos egressos da experiência, como podemos observar a seguir:

Tabela 4 – Índice de Potencial de Capital Social Emancipatório

Potencial de Capital Social Emancipatório	%
0	0
0,25	0
0,5	2,8
0,75	10,2
1	87,0
Total	100

Fonte: análises realizadas através do SPSS (versão 20.0).

Em relação à participação política dos egressos do PRECE, pôde-se verificar que os estudantes egressos entrevistados apresentam um razoável nível de participação política. Dentro da variação do índice (0 a 1), a participação política apresentou média de 0,64. A concentração dos egressos do PRECE na faixa intermediária do índice indica, em sua maioria, uma participação política razoável, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 5 – Índice de Participação Política

Participação Política	%
0	0
0,20	10,2
0,40	19,4
0,60	23,1
0,80	35,2
1	12,0
Total	100

Fonte: análises realizadas através do SPSS (versão 20.0).

Em relação aos níveis de confiança interpessoal dos egressos do PRECE, pôde-se verificar que os estudantes egressos entrevistados apresentam um razoável índice de confiança interpessoal. Dentro da variação do índice (0 a 1), a confiança interpessoal apresentou média de 0,61. A concentração de egressos do PRECE da faixa intermediária a superior do índice, indica uma razoável confiança interpessoal. Como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 6 – Índice de Confiança Interpessoal

Confiança Interpessoal	%
0	1,9
0,1	,9
0,20	2,8
0,30	7,4
0,40	14,8
0,50	7,4
0,60	13,9
0,70	17,6
0,80	22,2
0,90	9,3
1	1,9
Total	100

Fonte: análise realizada através do SPSS (versão 20.0).

Em relação aos níveis de confiança institucional dos egressos do PRECE, pôde-se verificar que os estudantes egressos apresentam um razoável índice de confiança institucional. Dentro da variação do índice (0 a 1), a confiança institucional apresentou média de 0,62. Como podemos observar na tabela:

Tabela 7 – Índice de Confiança Institucional

Confiança Institucional	%
0 a 0,24	1,9
0,24 a 0,48	17,1
0,48 a 0,71	43,7
0,71 a 0,81	16,9
0,81 a 1	20,4
Total	100

Fonte: análise realizada através do SPSS (versão 20.0).

A seguir iniciaremos nossa análise dos dados qualitativos sentido de buscar uma complementariedade entre os resultados quantitativos e qualitativos, tecendo reflexões à luz da teoria. No segundo momento, baseado em análises de regressão, buscaremos aferir as

quatro hipóteses elencadas anteriormente, no sentido de testar a relação entre as variáveis antecedentes e consequentes.

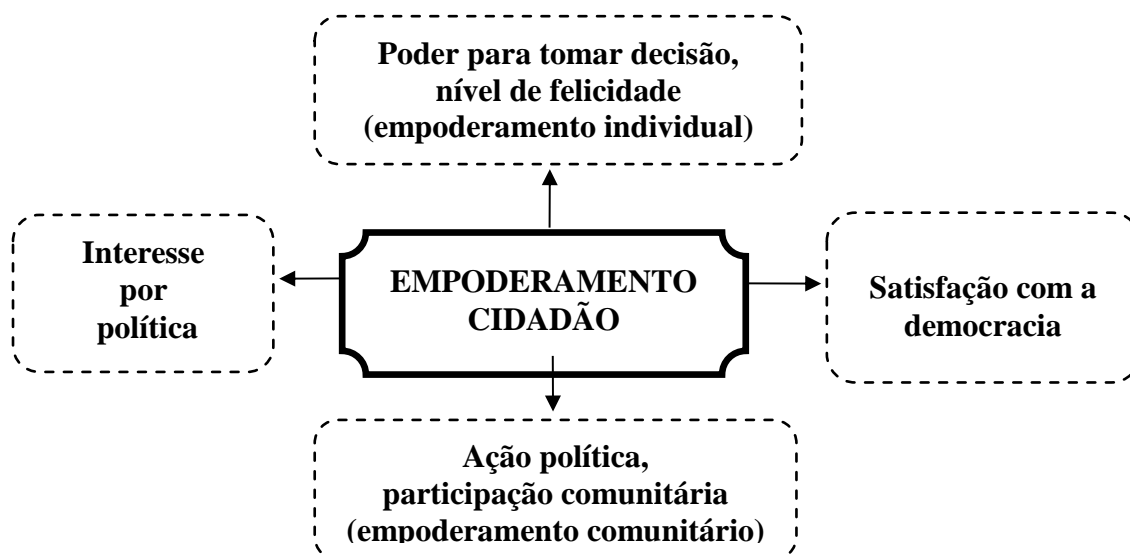
Nesse contexto, iremos tecendo um diálogo com os resultados qualitativos com o intuito de avaliar as possíveis contradições referentes ao modelo hipotético de participação política.

7.1 Análise de dados

No que se refere ao conceito de empoderamento cidadão, o índice foi elaborado através da mensuração de variáveis a partir de questões sobre empoderamento individual (capacidade de tomar decisão e nível de felicidade, autoestima); interesse pela política / interesse pelo voto; satisfação com a democracia; e empoderamento comunitário (ação política / participação comunitária). Essas variáveis engendram a categoria empoderamento cidadão englobando dimensões afetivas, psicológicas, culturais e políticas.

No que se refere aos dados qualitativos sobre empoderamento cidadão, primeiramente, tecemos, a partir dos grupos focais, uma análise sobre cada uma das variáveis que operacionalizaram o conceito, no sentido de perceber o nível de empoderamento dos participantes. Nesse contexto, correlacionamos dados obtidos no questionário (QI-PCE) com informações contidas nos grupos focais. Apresentamos na figura a seguir as variáveis analisadas:

Figura 5 – Variáveis do empoderamento cidadão



Fonte: elaborada pelo autor.

Ressaltando que entendemos o termo empoderamento como um processo que visa fortalecer a autoconfiança de grupos desfavorecidos com o propósito de capacitar indivíduos para articulação de interesses individuais e comunitários em prol do bem comum (BAQUERO; CREMONESE, 2006) num processo intencional e conscientizador que envolve tanto dimensões individuais quanto coletivas, numa perspectiva emancipatória dos sujeitos. Iniciaremos nossa análise a partir de uma dimensão psicológica do empoderamento, no que concerne à capacidade do indivíduo de tomar decisões que afetem sua vida, melhorando sua autoestima e seus níveis de felicidade. No entanto, quanto ao conceito de empoderamento cidadão, não se trata somente de adquirir autoestima e controle para agir em prol da melhoria de sua qualidade de vida; e nem somente desenvolver ações coletivas em prol de objetivos comuns na comunidade. Trata-se de um nível de empoderamento atrelado a uma perspectiva emancipatória que valoriza dimensões afetivas, psicológicas, culturais e políticas. Um processo que se constrói a partir da interação e comunicação entre as pessoas que inclui necessariamente uma aprendizagem focada numa concepção crítica da realidade (FREIRE, 2005). O processo de empoderamento cidadão envolve a capacidade de tomar decisões, mas, ao mesmo tempo, de tomar posse de sua própria vida pela interação com outras pessoas num processo de internalização de valores e atitudes a partir de práticas reiteradas (cooperação, normas sociais, reciprocidade, etc.) gerando pensamento crítico em relação à realidade, configurando-se como um processo de emancipação que se apresenta no interesse e na participação política.

Esse sentido de empoderamento, como uma perspectiva emancipatória de tomada de consciência crítica da realidade, está no discurso de Fagner (GF 2) ao comentar no grupo focal (GF) sobre sua relação com o PRECE:

Depois de muito tempo eu tive capacidade de compreender o que eu passei antes de entrar no PRECE, por exemplo, eu coloco o PRECE assim como um divisor nesse sentido de conscientização. Era antes e depois do PRECE, eu me lembro como era minha vida em relação a compreender as coisas, quando entrei no PRECE e comecei a entender as questões de injustiça social eu percebi que eu sempre fui vítima nesse sentido também de certa forma. Então eu passei a me indignar cada vez mais, quanto mas me indignava tanto mais eu participava das coisas que eu via assim, né (FAGNER, GF 2).

O termo empoderamento pode assumir um duplo significado, de forma transitiva, no sentido de “dar poder a outro”, ação de um sujeito sobre outro, como um objeto; ou de forma intransitiva, ou seja, um processo na qual pessoas ganham controle e influência sobre suas vidas (BAQUERO, 2012). Nossa visão de empoderamento é intransitiva e está relacionada a uma perspectiva emancipatória do sujeito, ou seja, tornar os outros capazes no

sentido de desenvolverem habilidades para que possam obter poder por seus próprios esforços.

Como bem assinala Baquero (2012, p. 109), “do ponto de vista de uma educação crítica, os educadores não podem ‘dar poder às pessoas’, mas podem torná-las capazes de aumentar suas habilidades e recursos para ganhar poder sobre suas vidas”.

Barbosa (2016), ao refletir sobre categorias que compõem o papel social do precista — protagonismo cooperativo e solidário (PCS), sujeito universitário-comunitário, compromisso, sentimento de comunidade —, percebe que estas se relacionam entre si e convergem para uma efetivação do fortalecimento⁴⁰. Segundo a autora, esse processo de fortalecimento (de membros de uma comunidade, grupos organizados) leva em conta uma série de elementos como participação baseada na solidariedade, apoio social, poder social e politização. Essa categoria “fortalecimento” se aproxima de nossa visão de “empoderamento cidadão”, no sentido de se trabalhar uma participação capaz de gerar um processo de conscientização que só é possível a partir da construção de espaços de diálogo que inclua a participação de todos (FREIRE, 2005). Nesse contexto, Barbosa (2016) afirma que o papel social exercido pelos precistas visa o fortalecimento desses sujeitos para atuarem em prol de transformações pessoais e sociais. Nesse contexto, podemos, analogamente, afirmar que o papel social do PRECE passa por um empoderamento cidadão dos sujeitos (individual e comunitário) que, inseridos em um espaço educativo dialógico, visam, em última instância, a transformação da realidade. Assim explicita Olga (GF 2):

Porque tinha muito essa questão, os meninos chegavam pensando: o objetivo do PRECE é entrar na universidade, só isso, botar menino dentro da universidade. Não era só isso, a gente aprendeu lá na base, a gente queria uma transformação, uma transformação da nossa realidade. Então, entrar na universidade, eu escutei isso muitas vezes do Andrade, também nas nossas reuniões, que dizia assim, “entrar na universidade é consequência, vocês vão entrar, vocês vão adquirir conhecimento ali, e a gente vai voltar pra Pentecoste porque nós vamos mudar a nossa realidade” (OLGA, GF 2).

Refletindo sobre esse empoderamento social (individual e comunitário), iniciaremos nossa análise acerca da dimensão individual do sujeito que está relacionada a uma dimensão psicológica de empoderamento. Nesse contexto, perguntamos aos entrevistados sobre o poder de tomar decisões que afetam o curso da sua vida e sobre seu nível de felicidade. Do universo pesquisado, a maioria dos entrevistados atestaram que são totalmente

⁴⁰ Processo mediante o qual os membros de uma comunidade (indivíduos interessados e grupos organizados) desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida, atuando de maneira comprometida, consciente e crítica, para alcançar a transformação do seu ambiente segundo suas necessidades e aspirações, transformando-se ao mesmo tempo a si mesmo (MONTERO, 2006, p. 72, tradução nossa).

capazes de mudar sua vida, sendo que apenas dois dos entrevistados atestaram serem “geralmente incapaz de mudar a sua vida”. Quanto à percepção sobre felicidade, mais da metade dos entrevistados se consideram “muito felizes”. Conforme atesta os dados da tabela a seguir.

Tabela 8 – Poder para tomar decisões que afetem o curso da sua vida (empoderamento individual)

Capacidade para tomar decisões que afetem o curso da minha vida	Freq.	%
Totalmente incapaz de mudar minha vida	2	1,9
Geralmente incapaz de mudar minha vida	1	0,9
Nem capaz, nem incapaz	5	4,6
Geralmente capaz de mudar minha vida	30	27,8
Totalmente capaz de mudar minha vida	70	64,8
Total	108	100

Nível de felicidade	Freq.	%
Muito feliz	54	50,5
Moderadamente feliz	47	43,9
Nem feliz e nem infeliz	6	5,6
Moderadamente infeliz	0	0
Infeliz	0	0
Total	108	100

Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

No que se refere à dimensão psicológica de empoderamento os entrevistados demonstram razoável nível de felicidade e um sentimento de auto eficácia, no sentido de se sentirem capazes de modificar o curso das suas vidas. Ou seja, mais de 90% dos entrevistados se sentem capazes de mudar a sua vida, e são moderadamente ou muito felizes. Os dados denotam nível de felicidade elevada por parte dos entrevistados e um elevado nível de empoderamento individual.

Partindo para uma análise da dimensão política do empoderamento, indagamos os entrevistados quanto ao seu “interesse por política”. Do universo pesquisado apenas quatro entrevistados afirmaram não possuir nenhum interesse por política, sendo que 63% dos entrevistados se consideram muito interessados pelo tema. Numa perspectiva de que a influência no comportamento político dos indivíduos é algo multicausal, percebemos nesse

caso que, não somente o ingresso na universidade, mas, também, a participação numa rede de engajamento comunitário, são fatores que possam vir a influenciar tal interesse. Vale ressaltar que esse elevado interesse por política é um indicador de capital social, pois incentiva a participação nas comunidades e em aspectos relacionados à ação coletiva. Segue a tabela sobre o “interesse pela política” por parte dos egressos:

Tabela 9 – Interesse por política

Participação das pessoas	Freq.	%
Muito interessado	69	63,9 %
Pouco interessado	35	32,4%
Não é interessado	4	3,7 %
Total	108	100 %

Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

No entanto, nos grupos focais (GF) quando abordamos essa questão “interesse pela política” percebemos a influência da conjuntura política atual presente em alguns discursos:

Atualmente meu interesse por política numa escala de 0 a 10, seria um 4, porque assim eu também sofri muito com essa questão política atual, uma certa desconfiança e descrédito em tudo, a gente se sente meio impotente, mas eu, me olhando o perfil antes de todo esse processo político conturbado que está acontecendo e agora, eu acredito que eu leia mais sobre política agora do que antes quando a situação era uma situação mais confortável (CARLOS, GF 2).

Primeiro deixar claro que não sou estudioso, tenho muita coisa a aprender, eu tenho interesse (pela política), pra mim é um dado que afeta a vida de todo mundo, uma situação política de instabilidade mexe com a gente (FRANCISCO, GF 1).

E todo esse ambiente político que foi criado a partir de 2014, isso fez com que eu entrasse ainda mais pra tentar compreender os mecanismos, as conjunturas né, então passei a ler muito mais pra entender um pouco e, de certa forma também pra aliviar, porque você precisa saber o que tá acontecendo pra pelo menos ter um tipo de consolo ou compreensão para conversar com outras pessoas e aí também a gente se ajudar nesse sentido (LUÍS, GF 2).

É importante perceber que em comum nos discursos há uma indignação generalizada com a conjuntura política atual, um sentimento de desilusão com a política. Concomitantemente, a própria conjuntura estimula o desejo de se informar mais sobre o assunto, de se empoderar nesse sentido, na busca de compreender o cenário político.

Vale ressaltar que alguns desses discursos enfatizam a influência do PRECE, o ingresso na universidade, aliado à participação em projetos políticos na comunidade, como

fatores que contribuíram para esse “interesse pela política”, como podemos observar nos discursos de Luís (GF 2) e Rodrigo (GF 2), a seguir:

[...] Mas assim, eu tive um interesse mais pela política né, exatamente, como o PRECE me proporcionou essa formação social, eu comecei a perceber que a política ela é um instrumento que afeta totalmente a questão social né, porque são decisões, ainda mais num, num contexto mais nacional [...] (LUÍS, GF 2).

[...] Depois que entrei na universidade, no curso de ciências sociais, aumentou mais esse interesse pela política, de entender como é que funciona, como é formado o sistema, aí o curso me ajudou muito, aí eu comecei a participar de projetos voltados pra questões políticas, no próprio município mesmo né [...] (RODRIGO, GF 2).

Quanto a essa relação sobre nível de escolaridade e interesse pela política, apesar de nos últimos anos no Brasil, sobretudo na década passada, ter havido um aumento da escolarização (MENEZES FILHO, 2007), isso não quer dizer, necessariamente, que esse fato tenha propiciado a formação de um cidadão mais participativo, alguém que se interessa pela política, que tem apego à democracia e que possui uma saudável desconfiança com as instituições. Segundo Schlegel (2010), o aumento da educação favorece o ativismo e a adesão democrática, desde que mantidos constantes outros fatores (participação em partidos políticos, associações, confiança institucional, etc.) que também influenciam o comportamento político. Além das desigualdades flagrantes e da baixa qualidade do sistema de ensino, os desejados efeitos políticos do aprendizado formal se revelaram decrescentes, os efeitos benéficos da escolarização para a convivência democrática precisam de ensino de qualidade para todos para se concretizarem plenamente, no sentido de uma educação voltada para a promoção da cidadania (SCHLEGEL, 2010, p. 301). Ou seja, segundo esse autor, a escolaridade não ocasionou o aumento do engajamento cívico e político no Brasil e isso está relacionado a um déficit de educação cidadã.

No caso do PRECE, a questão da escolarização esteve muito presente desde os primeiros anos do projeto, e muitos daqueles não somente concluíram a educação básica (através do sistema supletivo) como também ingressaram na universidade. Na visão das lideranças do PRECE, o acesso daqueles jovens a educação superior possibilitaria a formação de cidadãos mais empoderados e engajados politicamente, no entanto, a escolaridade superior não é, necessariamente, o único agente causal de uma cidadania ativa. No entanto, não estamos descartando o aspecto cognitivo como um elemento importante no debate político, sobretudo nas democracias avançadas (DAHL, 1989), no sentido que o indivíduo precisa estar munido de um conhecimento necessário sobre o sistema político, compreender as opções política existentes para tomar decisões responsáveis e exercer o controle social. Problematicando a relação entre escolarização superior e um consequente aumento do

engajamento político, Hillygus (2005) examina elementos específicos da educação superior capazes de condicionar essa relação, pois a universidade é um espaço que pode proporcionar a participação em grupos que estimulam o debate e a mobilização política, a participação em alguns cursos, principalmente na área de ciências humanas e sociais, onde o próprio currículo estimulará essa reflexão. Além do pressuposto do acesso à educação superior como um mecanismo de triagem social, em que os indivíduos mais escolarizados tendem a estar mais bem situados em termos de posição social, mais próximos dos centros de decisão política e das fontes de informações políticas relevantes (HILLYGUS, 2005).

Quanto à “satisfação com a democracia”, Moisés e Carneiro (2010, p. 159) definem esse termo como a atitude “positiva ou negativa, em relação ao desempenho imediato de governos e da democracia tal como ela existe no momento”. Em pesquisa recente em 18 países da América Latina, realizada pela ONG “Latinobarómetro” (LATINOBARÓMETRO, 2017), em relação ao funcionamento da democracia, o Brasil aparece com os piores resultados, apenas 13% dos brasileiros consultados se declararam satisfeitos com a democracia, o país é o último do ranking na região. Vale ressaltar que a insatisfação não é com a democracia como modelo de organização política, no caso do Brasil, 62% consideram a democracia como o melhor sistema de governo. Ainda, segundo o Latinobarómetro, o apoio à democracia no Brasil vem subindo sistematicamente desde 2001 (era apenas 30% no penúltimo ano do governo Fernando Henrique Cardoso), em 2017, de 43% (11 pontos acima do valor registrado em 2016, ano do *impeachment* da presidente Dilma), portanto, o descontentamento é com o funcionamento do modelo e não com o sistema de governo em si.

No caso da nossa pesquisa, os resultados são concernentes com a visão geral do brasileiro em relação à democracia. Indagamos os entrevistados sobre seu nível de satisfação com a democracia, buscando, primeiramente, captar o grau de importância que é dado pelos mesmos em viver em um país sob a égide de um regime democrático, e, à posteriori, o quão democrático eles consideram nosso país. Quanto à satisfação com a democracia, a maioria dos entrevistados dão um elevado grau de importância em se viver num país governado de forma democrática (80,6%). Quando o assunto é a democracia no Brasil, a maioria (64,8%) atestam que nosso país é pouco democrático, sendo que 29,9% afirmam o Brasil ser um país nada democrático. Vale ressaltar que mais de 90,7% dos entrevistados exerceram o seu direito ao voto nas últimas eleições municipais, como atesta a tabela a seguir:

Tabela 10 – Satisfação com a democracia

Importância de se viver em um país democrático	Freq.	%
Totalmente importante	87	80,6
Importante	21	19,4
Nada importante	0	0
Total	108	100
Sobre o quanto é democrático nosso país	Freq.	%
Totalmente democrático	6	5,6
Um pouco democrático	70	64,8
Nada democrático	32	29,6
Total	108	100
Voto nas últimas eleições municipais	Freq.	%
Sim	98	90,7
Não	10	9,3
Total	108	100

Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

Primeiramente, a sensação dos entrevistados de que vivemos num país pouco ou nada democrático é compreensível pelo turbulento momento político atual. Um processo de ruptura da estabilidade democrática e de esgarçamento das instituições passa a sensação de que vivemos num ambiente de autoritarismo e de desrespeito ao estado democrático de direito. O ambiente político beligerante aliado a uma profunda crise política de representatividade nos mostra o quão frágil se encontra a democracia brasileira nos tempos atuais. No entanto, o elevado nível de interesse pela política e satisfação com a democracia é um dado que nos remete ao processo de empoderamento cidadão pelo qual passaram os egressos da rede PRECE num processo educativo voltado para um pensamento crítico sobre a realidade.

Quanto à questão do voto, apesar da dimensão participativa da democracia não se resumir apenas à escolha de governantes por meio de eleições periódicas, é importante perceber o voto como instrumento de legitimação democrática e um indicador de engajamento cívico, pois uma maior participação eleitoral significa uma sociedade mais politicamente mobilizada e envolvida nos assuntos de interesse público (FREIRE, 2012). No que tange à pesquisa, um elevado comparecimento às urnas (90,7%) em eleições municipais por parte dos entrevistados denota um interesse em questões de cunho comunitário.

Partindo para uma análise voltada para uma dimensão mais comunitária de empoderamento é importante salientar que a dimensão individual do empoderamento, como vimos, tem um caráter mais psicológico, no sentido das pessoas se sentirem com poder para mudar o curso das suas vidas, entretanto, a dimensão comunitária de empoderamento tem um caráter de capacitação das pessoas da comunidade ou do grupo social para atuarem em espaços de deliberação na sociedade, ou até mesmo no governo. Nesse contexto, o empoderamento individual é um pequeno passo em relação a uma transformação, sendo que o empoderamento comunitário está ligado a um movimento maior e mais complexo, que é a conscientização (ROSO; ROMANINI, 2014).

Dito isso, é importante frisar que o processo de conscientização é mais um produto do engajamento do que o seu ponto de partida, ou seja, “eu não me conscientizo para lutar, lutando que me conscientizo” (FREIRE; GADOTTI; GUIMARÃES, 1995, p. 87). Nesse sentido, conscientização é um termo diferente de se ter consciência crítica da realidade, pois, as pessoas podem ter a consciência de que são oprimidas, mas somente isso não basta. Os jovens de uma comunidade podem adquirir a consciência de que sofrem exclusão educacional, tampouco isso irá mudar essa realidade. Conscientização exige o engajamento que deve estar inserido em um processo de transformação da realidade.

A conscientização permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo (ROSO; ROMANINI, 2014, p. 92). Nesse contexto, educação e conscientização são “dois momentos de um mesmo processo em que a educação politiza e a política educa” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2007, p. 229), onde a conscientização sobre a realidade ocupa um lugar central, uma vez que traz consigo uma proposta política de transformação a partir de um conhecimento crítico sobre essa realidade (VIEIRA; XIMENES, 2008).

Nesse contexto, podemos relacionar essa questão da conscientização, de emancipar-se na relação com o outro, com o discurso de Olga (GF 2) em relação à contribuição do PRECE em sua trajetória:

[...] eu acho que foi até mais além, de ampliar os horizontes da gente, a gente não tinha, o que era essa participação política, ou que a gente era oprimido, o oprimido ele só se reconhece que ele era oprimido quando ele tem conhecimento, então a gente fez isso né, a gente trilhou o caminho da educação e através da educação a gente ampliou nossos horizontes e a gente viu, “poxa!”, a gente era oprimido, e aí a gente conseguiu sair dessa situação através da educação, então outras pessoas também podem de certa forma, como outras pessoas foram espelho pra gente né (OLGA GF2).

Esta perspectiva emancipatória de empoderamento também está relacionada à questão da ação política como uma atitude que potencializa esse tipo de empoderamento. Nesse sentido, a ação política é o meio de aumentar as habilidades de tomada de decisão frente a questões de cunho individual e comunitárias.

No sentido que a conscientização pressupõe a consciência crítica, e, portanto, a conscientização é mais um produto do engajamento, resolvemos, nesse contexto, indagarmos os entrevistados sobre a participação em eventos em suas comunidades nos últimos seis meses, sejam elas políticas, culturais ou sociais. O dado atestou que 63% dos entrevistados não participaram de nenhuma mobilização recente em sua comunidade. Entretanto, dentre os que atestaram ter participado de algum evento comunitário, 65% deles foram de cunho político. Vale citar que o entrevistado poderia citar a participação em mais de um tipo. Segue os dados de participação na tabela a seguir:

Tabela 11 – Ação política / Participação comunitária (empoderamento comunitário)

Participação em eventos na comunidade nos últimos 6 meses	Freq.	%
Sim, vários	9	8,3
Sim, poucos	31	28,7
Não participei	68	63
Total	108	100
Tipo de evento	Freq.	%
Político	26	65
Cultural	7	17,5
Social	14	35
Educacional	3	7,5
Esportivo	1	2,5
Religioso	3	7,5
Ambiental	3	7,5
Gênero	1	2,5
Total	108	100

Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

O dado pressupõe um baixo nível de engajamento dos entrevistados em ações de cunho comunitário, o que denota que existe uma participação convencional no que se refere ao voto, mas uma baixa participação comunitária. Ou seja, existe um empoderamento

individual, mas um baixo nível de empoderamento comunitário. Portanto, se o engajamento é baixo, também o será o processo de conscientização. Fagner (GF 2) afirma o impacto do empoderamento relacionado à questão da escolaridade superior e enxerga problemas em relação ao processo de conscientização:

O grande impacto, na minha opinião, que o PRECE teve definitivo foi uma mudança de paradigma forte, que foi a questão que eu falei de inclusão de estudantes humildes nas universidades, esse movimento foi um impacto definitivo. Agora, do ponto de vista de impacto de uma conscientização coletiva, ela se apresenta em alguns personagens do PRECE, em algumas pessoas que participaram bastante, sim, ela se reflete no engajamento dessas pessoas na política, mas de modo geral, o PRECE não contribuiu ou pelo menos contribuiu muito pouco (FAGNER, GF 2).

Esse é um discurso que denota uma falha no processo de socialização política de egressos da experiência voltado ao aspecto do empoderamento comunitário, o que influi no nível de empoderamento cidadão, que abrange não somente o empoderamento individual, mas também o aspecto comunitário da ação coletiva.

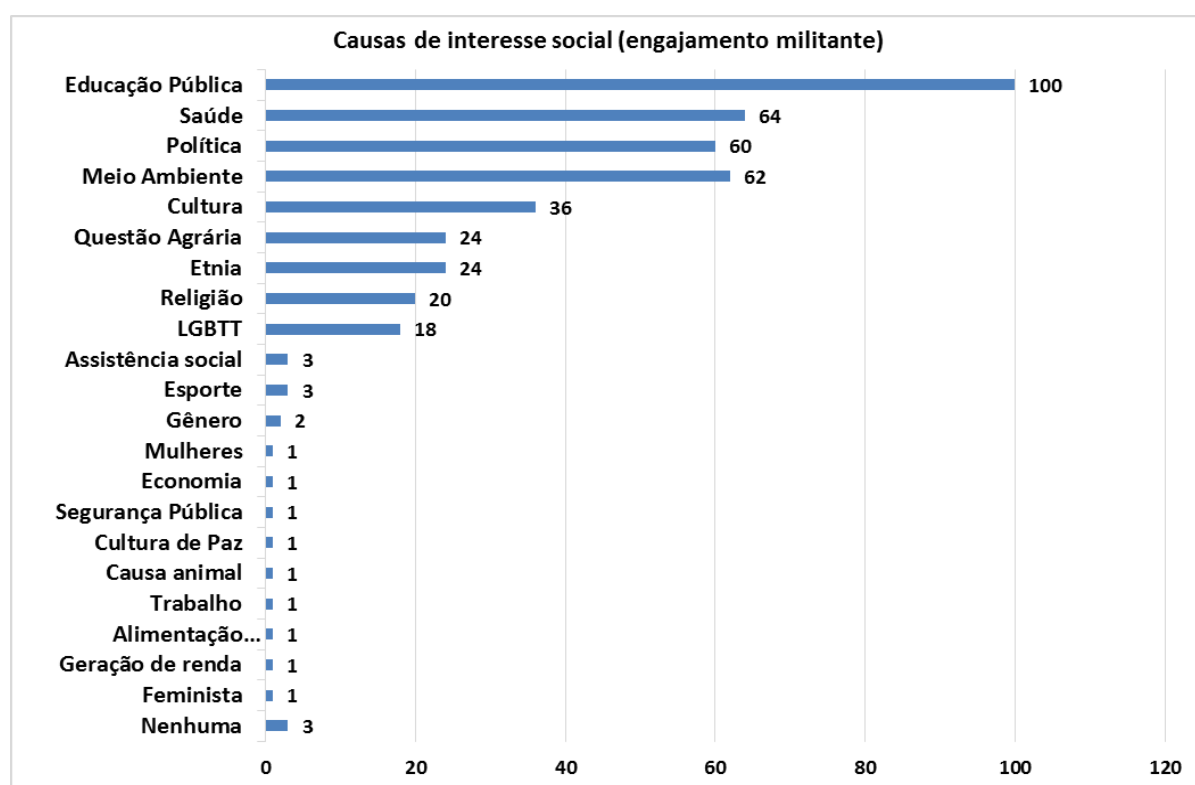
Quanto à categoria empoderamento cidadão, no que se refere à variável “ação política / participação comunitária”, os dados qualitativos não estão em consonância com o elevado índice de empoderamento cidadão (0,86). Percebe-se um elevado nível de empoderamento no que se refere ao sentimento de autoeficácia e níveis de felicidade (empoderamento individual); um razoável interesse pela política, uma insatisfação com o modelo de governo, compensada por uma elevada satisfação com a democracia. No entanto, esse interesse não se apresenta da mesma forma no plano comunitário, no sentido de uma ação política/participação comunitária mais efetiva.

Mais de 60% dos egressos entrevistados não participaram de nenhuma ação política nos últimos seis meses em suas comunidades. Vale ressaltar que os dados obtidos pelos grupos focais atestam que o sentimento de autoeficácia e autoestima elevada guardam relação com o acesso a uma escolarização superior e consequente possibilidade de mobilidade social, no entanto, uma baixa participação em ações políticas de cunho comunitário denota um baixo nível de empoderamento comunitário por parte dos egressos da experiência. Como podemos observar no discurso de Manoel Andrade (E1):

Empoderamento individual, mobilidade social, a pessoa conseguiu entrar na universidade, se formar, conhecimento e tal e aí não tá mais vivendo na miséria né, tem o menino que morava aqui, não tinha banheiro, não tinha nada, pobre coitado, e hoje tá... o cara tá vivendo lá. Eu tô dizendo, do ponto de vista de comunidade, a influência dele na comunidade, nada (ANDRADE, EN1, p. 8).

Buscamos realizar um levantamento sobre as principais causas (bandeiras) dos precistas, avaliando o seu grau de engajamento militante⁴¹. Abordamos os entrevistados sobre qual (ou quais) causas ou bandeiras eles têm interesse atualmente. Dos 108 entrevistados, 92% deles citaram a defesa da “Educação Pública” como a causa de maior interesse, seguido da “Saúde”, “Política”, “Meio Ambiente”, e “Cultura” como as mais citadas. Vale lembrar que o entrevistado poderia citar mais de uma causa se fosse o caso. Segue o gráfico com os dados:

Gráfico 2 – Interesse social



Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

Vale ressaltar que a maioria dos entrevistados (81) ingressaram na experiência no período de “multiplicação do PRECE” e “politização do movimento” (entre 2002 e 2010), sendo que, justamente nessa época foram desenvolvidos alguns projetos de apoio à escola pública (Estudante Ativo, Estudante Cooperativo, etc.) além do “Movimento em Defesa da Escola Pública”. Relacionado àqueles que se encontram inseridos no mercado de trabalho, 50% dos que responderam o questionário são profissionais trabalhando diretamente com educação (segundo dados do QI-PCE, são 46 dos 92 empregados, outros 16 estão, ou

⁴¹ O engajamento militante ou militantismo é definido por Sawicki e Siméant (2011, p. 201) “como toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa”.

desempregados, ou na pós-graduação). Portanto, o fato da principal bandeira/causa dos egressos do PRECE estar relacionada à “educação pública” pode ser explicada pela perspectiva disposicional construída ao longo da trajetória desses indivíduos no PRECE, que tenderia a uma propensão à luta pela educação pública. Esse engajamento guarda relação direta com o processo de socialização política a partir do processo educativo experimentado no PRECE de estoque de capital social encapsulado. A disposição a esse engajamento se dá por meio do contexto que estes indivíduos vivenciaram no movimento.

Nesse sentido, enfatiza-se a importância da posse de determinados recursos, acumulados ao longo da trajetória como condição para uma forma específica de ação política, para o engajamento militante (SILVA; RUSKOWSKI, 2016). Segundo Fillieule (2010), devido à pluralidade de mundos sociais, os indivíduos são governados por princípios de socialização heterogêneos onde cada ator incorpora uma multiplicidade de padrões de comportamento e hábitos, organizados como repertórios e contextos sociais relevantes que o ator aprende a distinguir através da totalidade de experiências prévias de socialização (FILLIEULE, 2010, p. 5). Nesse contexto, Coradini (2006) e Seidl (2009) destacam a importância assumida pela escolarização enquanto recurso passível de ser reconvertido em capital político.

No processo de empoderamento cidadão, os precistas foram se engajando com a luta por uma educação de qualidade, sendo influenciados pelo contexto que lhes foi imposto, primeiramente, no início do projeto, o qual era de exclusão educacional, e, à posteriori, as dificuldades de estudantes de origem popular no rompimento da barreira de ingresso no ensino superior. No período de politização do movimento, projetos de ação política como o Movimento em Defesa da Escola Pública, a luta pela obtenção de um polo da UAB em Pentecoste, e os projetos de apoio à escola pública, são exemplos práticos desse engajamento em prol da educação. No entanto, não foi perceptível, na análise dos dados qualitativos da presente pesquisa, uma ação política efetiva dos egressos da experiência voltada para uma melhoria da educação pública em suas comunidades.

Vale ressaltar que um elevado nível de empoderamento cidadão contribui para o desenvolvimento de um novo tipo de capital social que está relacionado ao engajamento das pessoas na busca de solucionar problemas comunitários. Numa perspectiva culturalista, a relação entre capital social e empoderamento vem sendo analisada no sentido de contribuir na resolução de problemas sociais e econômicos (BAQUERO, 2013; DURSTON, 2001). Nesse contexto, Baquero (2013) conceitua o potencial de capital social emancipatório como o capital pelo qual o cidadão desenvolve redes associativas de confiança que promovem a sua ação por

um bem coletivo. Este capital envolve tanto as dimensões individuais quanto as coletivas, promovendo ação vinculada aos valores democráticos (MORAIS, 2017, p. 49).

Comunidades ou grupos que possuem estoque de capital social podem cumprir melhor com as condições de empoderamento (DURSTON, 2001). Nesse sentido, Baquero (2013) operacionaliza o conceito de potencial de capital social emancipatório analisando crenças e valores de uma comunidade buscando mensurar as atitudes dos cidadãos em participar e colaborar para resolver as necessidades coletivas (MORAIS, 2017).

Importante frisar que o capital social emancipatório na visão de Baquero (2013) é um tipo de capital que transcende as relações primárias, ou seja, visa empoderar os cidadãos em busca da resolução dos problemas coletivos para além do âmbito comunitário. Segundo Morais (2017), Baquero (2013) propõe transcender o conceito de “potencial de capital social emancipatório” (mensurado na dimensão atitudinal), para o conceito de “capital social emancipatório” (mensurado pelas atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos que vão para além do âmbito comunitário).

Em nossa pesquisa avaliamos o potencial de capital social emancipatório focando na dimensão atitudinal, ou seja, seguimos a premissa de que pessoas com elevado potencial de capital social emancipatório possuem uma maior predisposição de se engajarem em ações coletivas pautadas em objetivos comuns. Segundo Baquero (2013), este é um indicador que mede dimensões psicológicas e, portanto, reflete o potencial desses cidadãos de empoderar-se e se envolverem em prol do desenvolvimento necessário à sua região. Nesse sentido, avaliamos a dimensão atitudinal dos egressos do PRECE em relação ao engajamento comunitário abordando algumas questões que buscassem avaliar esse suposto potencial de capital social emancipatório.

Os dados quantitativos demonstraram um elevado índice de capital social emancipatório (0,96), ou seja, elevada predisposição em participar da resolução de problemas na comunidade, considerando a predisposição desses em reivindicar alguma causa comum.

Entretanto, vale lembrar que quando comparamos com os dados sobre participação comunitária, 63% dos entrevistados (TABELA 11) não participaram de nenhuma mobilização em suas comunidades nos últimos seis meses. Nesse sentido, percebemos que existe um nível latente de capital social emancipatório, haja vista que há uma elevada predisposição à participação e uma mediana participação em eventos da comunidade. No entanto, nos últimos seis meses, os eventos com maior participação dos egressos do PRECE em suas comunidades foram de cunho político, 65% (dados QI-PCE).

Importante frisar que o potencial de capital social emancipatório e o processo de empoderamento cidadão são fundamentais para uma participação política efetiva, pois presumimos que a tomada de uma consciência crítica, a partir de um processo educativo de internalização de valores e atitudes aliadas a uma predisposição à reivindicação e à solução de problemas comunitários, contribuem para a elevação dos níveis de participação política.

Nesse contexto, uma das temáticas abordadas nos grupos focais com egressos da Rede PRECE foi a predisposição dos mesmos à participação política em suas comunidades. Alguns dos discursos apontam variados obstáculos a esse processo, como: mudanças estruturais no curso de vida, a questão de cuidado com a família, a saída da comunidade em busca de oportunidades de trabalho, e a pouca disponibilidade e habilidade em participar, no entanto, há uma predisposição à participação, à reivindicação, como podemos perceber nos discursos⁴² a seguir:

[...] Antigamente eu tinha mais predisposição pra isso, tive que dá mais atenção às necessidades da família, mas assim, eu tenho predisposição de reivindicar, não podemos ficar desligado da política, é preciso entender o que seus representantes estão fazendo [...] (CAETANO, GF 1).

[...] Quanto à questão da minha predisposição hoje em reivindicar, como eu falei anteriormente, hoje eu tenho interesse muito grande em relação à política, eu leio várias coisas assim no dia a dia, jornais, procurando selecionar os que estão o mais próximo possível do imparcial, quero saber quem são aqueles caras que estão lá, o que é que eles estão fazendo, quais são suas motivações, pra eu criar uma opinião minha, daquilo que eu tenho que fazer nos próximos anos, como votar no próximo presidente, o que é que eu posso fazer pra contribuir no meu município, então assim, a minha predisposição hoje é limitada, eu tenho vontade sim de participar, de me engajar, mas eu tenho a minha profissão, hoje eu tô trabalhando sempre fora do meu município (FAGNER, GF2).

[...] minha situação não é tão favorável que nem outro que tá disponível, mas tem muitos amigos meus que tem mais disponibilidade, mais facilidade, mas mesmo eu não tendo essa vocação pra linha de frente, eu sempre tive no meio das lutas e caso surja qualquer movimento, até mesmo amanhã, eu vou colaborar seja de qualquer maneira, qualquer coisa [...] (LEONARDO, GF1).

Podemos perceber, também, a partir dos grupos focais (GF), que a “predisposição à participação política” de egressos do PRECE sofre a influência da crise política atual, marcada pela instabilidade das instituições democráticas, forte polarização política partidária e descrédito com a classe política. Sendo que alguns dos participantes dos grupos focais manifestaram um sentimento de desmotivação e seu posicionamento no contexto da polarização política que se amplificou desde as últimas eleições presidenciais no país.

No momento em relação à política, meu sentimento é o mais negativo possível, é de ultraje mesmo, é de impotência, o fato de tudo que tá acontecendo no nosso país

⁴² Fizemos a opção por apresentar as falas literais dos participantes sem o uso do “*sic*”.

atualmente [...] só o que a gente ver é a escalada do autoritarismo, coisas que a gente não concorda, acho que até por isso meu interesse e a minha disponibilidade, acho que é um problema de motivação mesmo, tem diminuído bastante em relação à participação política (ALBERTO, GF 2).

[...] Eu sei que todo o contexto político que se criou no país de retrocesso para as classes por quem a gente sempre lutou, as camadas populares, enfim, os movimentos de base, todos eles estão sendo afetados diretamente por toda essa política conservadora, enfim, retrograda em termos de políticas sociais, econômicas, enfim, de políticas públicas. Então a partir de tudo isso me afetou muito essa questão da política, eu compartilho com vocês o sentimento de apatia diante de tudo isso. (LUÍS, GF 2).

Me lembro quando comecei a atuar eu via uma missão você atuar dentro de um movimento, principalmente político. Então essa predisposição tão tentando e tão conseguindo, eu penso, em alguns momentos, tirar das pessoas isso, essa predisposição. Tá complicado. Já disse, parafraseando o Lula aí né, nunca na história desse país eu me senti tão sem saber o que fazer em 2018 (GILBERTO, GF 1).

Esse contexto de obscurantismo político influencia a dimensão atitudinal, no entanto, a maioria dos egressos mantém uma predisposição à participação percebendo a urgência desse processo, como podemos perceber no discurso de Carlota (GF1) “[...] Acredito na participação política da população, acho que sem isso não tem como funcionar nada num país, numa comunidade, se as pessoas não participam, se as pessoas se tornam alheias [...]”; ou na visão militante de Rodrigo (GF1) “[...] percebi que meu interesse pela política aumentou e a minha predisposição aumentou mais ainda, porque eu vi que as lutas por uma política mais justa, mais honesta, mas democrática, é importante para nossas vidas [...]”. Entretanto, alguns dos egressos como Fred (GF1), percebem a importância dessa dimensão de participação no próprio ambiente de trabalho, como podemos observar em seu discurso:

[...] Meu trabalho é mais por trás dos bastidores, tô atuando sim em sala de aula, converso com meus estudantes, minhas aulas eles discutem, não sei minha disposição pra tá participando de grupos como antigamente, mas sempre tô disposto a tá ajudando quem tá mais à frente na luta [...].

No que se refere à participação política, pesquisas recentes que analisam a participação política no Brasil (BAQUERO, 2011; MOISÉS, 2010; MOISÉS; MENEGUELO, 2013) atestam uma baixa participação política dos cidadãos. Há um certo consenso por parte da literatura de que ocorreu nas últimas décadas uma reconfiguração nas formas de participação cívica, no que se refere a um declínio das formas tradicionais em função de novas formas de participação (INGLEHART; WELZEL, 2005; JACKMAN; MILLER, 1998; COHEN, 1999; BRADY, 1995).

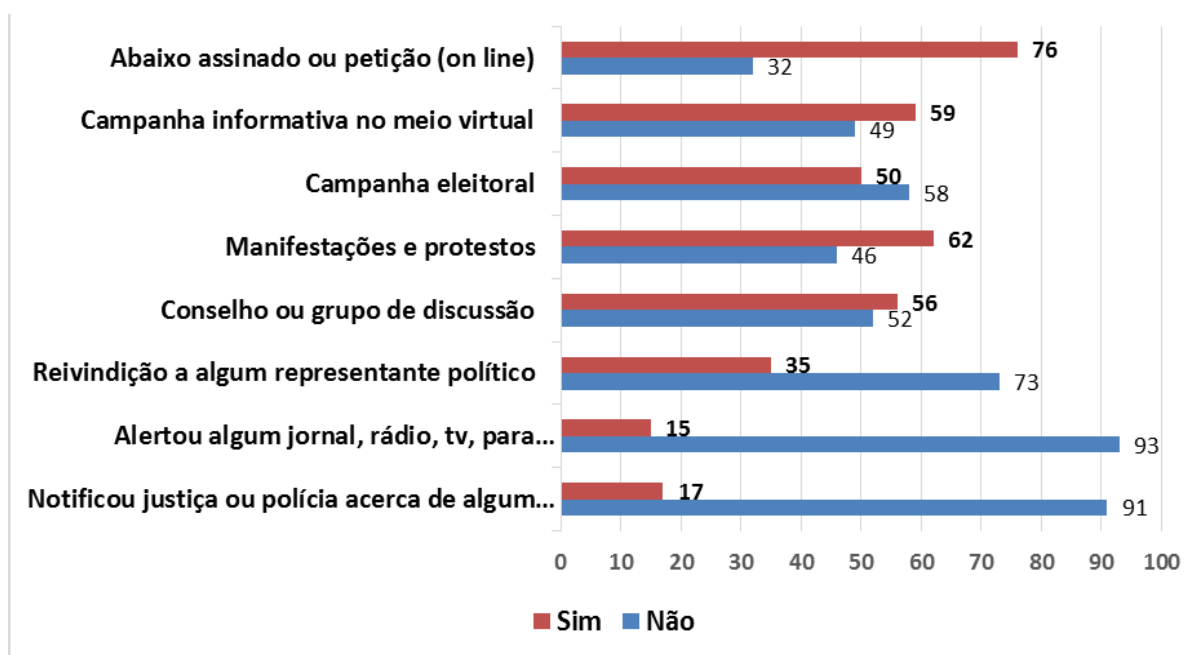
Centramos nossa atenção não somente nas já tradicionais formas de participação convencionais (voto, participação em partidos políticos e campanhas eleitorais, conselhos e/ou grupo de discussão, etc.), mas, sobretudo, em novas formas de participação não-convencionais, como manifestações, protestos, boicotes, abaixo assinados, petições *on-line*, campanhas virtuais, etc.

Quanto às modalidades de participação política abordadas no questionário QI-PCE, no que se refere às formas convencionais de participação, especificamente no que concerne a modalidade “voto”, quando perguntamos aos entrevistados se os mesmos votaram nas últimas eleições municipais, mais de 90% disseram haver exercido esse direito (TABELA 10), sendo que 21% dos entrevistados atestam participar ou haver participado de algum partido político (dados QI-PCE), um número razoável levando em consideração a crise de representatividade política em nosso país. No entanto, é interessante perceber a desmotivação de alguns egressos do PRECE no que tange ao exercício do voto, como observamos no discurso de Francisco (GF 1) “[...] Quanto à participação formal, todo pleito eleitoral estou eu lá, muitas das vezes indo votar sem saber em quem votar, e chega lá e você não tem opção, você analisa, ninguém colocado ali, pra você exercer sua cidadania, você não tem opção [...]” (FRANCISCO, GF 1); e, inclusive, em relação ao próximo pleito, como atesta Maria (GF 2) “[...] E eu não sei em quem votar, eu posso anular meu voto, procurar a melhor forma de não beneficiar, de assinar, de ir lá e anular, é assim por enquanto [...]” (MARIA, GF 2).

A visão em relação aos partidos políticos também é de desconfiança, como podemos observar nos discursos de Francisco (GF 1), Maria (GF 2) e Carlota (GF 1) apresentados a seguir, “[...] não acredito nesse sistema com esses partidos políticos que não tem ideologia, um propósito, parece um grupo de pessoas pra tomar o que tem do povo [...]” (FRANCISCO, GF 1); “[...] eu estou assim num momento de desilusão né, pela política que nós temos, pela política brasileira que é constituída por vários representantes de vários partidos políticos no Brasil [...]” (MARIA, GF 2); e “[...] A outra coisa também é minha predisposição né, a essa política partidária que temos hoje não tenho nenhuma predisposição, já tive, não tenho mais, por não acreditar [...]” (CARLOTA, GF 1).

No que se refere a formas não convencionais de participação política, avaliamos o nível de envolvimento dos entrevistados nos últimos 12 meses, a partir de algumas modalidades de participação. Segue o gráfico a seguir com todos os dados:

Gráfico 3 – Participação em atos/atividades políticas nos últimos 12 meses



Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

Como vimos no segundo capítulo, indivíduos com valores pós-materialistas⁴³ afastam-se da participação convencional que está relacionada com as instâncias representativas mais tradicionais e optam pela participação não convencional de oposição às elites (INGLEHART; WELZEL, 2005), como é o caso dos protestos, boicotes e abaixo-assinados. Os dados atestam uma participação significativa nas modalidades de participação não-convencionais: elaboração de abaixo assinados e petições *on-line*, campanhas informativas no meio virtual, e manifestações e protestos. Primeiramente, no que se refere aos egressos entrevistados, 57% participaram de manifestações e/ou protestos, vale ressaltar que o último ano foi marcado por uma série de reivindicações contra as reformas do governo Temer, lembrando que a causa de maior interesse dos egressos do PRECE é a educação pública e que a maioria está ligado à área da educação. Reformas como o Projeto de Lei (PL) do congelamento dos gastos públicos na educação, por exemplo, podem ter fomentado essa participação nas manifestações, além do descontentamento com o cenário marcado pela

⁴³ Para Ronald Inglehart (2000), junto com o desenvolvimento econômico, observaríamos também uma mudança valorativa por parte dos cidadãos. Assim, se antes os valores correspondiam a um contexto de escassez e manutenção da tradição, identificados como valores materialistas, a melhoria das condições materiais ensejava o surgimento de novos valores, como respeito à diversidade sexual, novas formas de participação política e novos modos de compreensão do campo religioso, ou seja, ocorreria a emergência de valores pós-materialistas.

desestabilização democrática. Podemos perceber esse descontentamento no discurso de Luís (GF 2):

Participei efetivamente de manifestações aqui em Fortaleza nesse contexto de um golpe parlamentar jurídico, mas aprofundou muito mais, e às vezes eu fico refletindo, por que eu enveredei por essa questão? Por que me interessa tanto? Aonde eu chego eu converso isso com as pessoas né, com mais seriedade, nas redes sociais a gente extrapola um pouco mais, mas com as pessoas de forma mais séria né. Mas aí eu vinculo né, a minha origem, a minha formação, por isso que me afeta tanto, porque eu sei, vamos dizer assim, onde é que o calo vai pegar entendeu? (LUÍS, GF 2).

O potencial de mobilização política da internet (abaixo assinado e petição *on-line* e campanhas informativas no meio virtual) é amplificado pelo fenômeno do *clickativismo* (CASTAÑEDA, 2015; MOROZOV, 2013), diversas formas de ativismo *on-line* que não demandam um envolvimento dos participantes em processos de ação coletiva *off-line*. Nesse contexto, a contribuição financeira de campanhas de arrecadação de recursos na internet para certas causas, e a produção e/ou o compartilhamento de mensagens nas redes sociais em apoio ou oposição a causas específicas, também fazem parte desse fenômeno (CASTAÑEDA, 2015).

Não estamos nos referindo ao “ativismo virtual” que se potencializou nos últimos anos fomentado pela polarização política no país, mas de um tipo de ativismo que utiliza as mídias sociais para promover uma causa. Nesse contexto, podemos perceber esse tipo de ativismo no PRECE através do desenvolvimento do Projeto FINS com o propósito de arrecadar doações para investimento em projetos sociais na área da educação e cultura na região do Médio Curu cearense.

Entretanto, para Morozov (2013), o *clickativismo* é frequentemente denunciado pelos ativistas como uma forma de participação *on-line* que não se traduz na vida real e dá a impressão de participação, mesmo com um impacto bastante limitado sobre a sociedade. Entretanto, alguns autores (POLAT, 2005; NORRIS, 2000) defensores da teoria da mobilização apontam que o potencial de mobilização política da internet promove o engajamento cívico e fortalece a participação política, no sentido de empoderar novos cidadãos a se tornarem politicamente ativos.

Morais (2017) contesta tal determinismo no sentido de que não se pode afirmar que o indivíduo por acessar a internet irá se tornar um ator mais ativo politicamente, apesar de esta ser uma ferramenta importante no sentido de potencializar as ações desse indivíduo politicamente ativo. Segundo a autora, o efeito da internet na socialização política poderia ser positivo, visto que a internet está se constituindo um novo agente socializador, porém, não há

clareza ainda quanto à influência da internet na construção de uma cultura política ou constituição de capital social.

Vale ressaltar que em seus estudos sobre cultura política e capital social, Morais (2017) apresenta um novo tipo de capital social que é produzido a partir de relações *on-line*, que pode ou não extrapolar para relações *off-line*, no sentido de expansão das possibilidades de mobilização política. O *capital social virtual* envolve atitudes e comportamentos exclusivamente desenvolvidos *no* e *pelo* meio virtual, e nesse contexto, pode colaborar para o empoderamento dos cidadãos e a elevação dos níveis de capital social emancipatório. Um exemplo é o de mulheres negras que ao constituírem uma comunidade virtual no *Facebook* para debater sobre os assuntos de interesse, pode gerar uma rede de reciprocidade e confiança que estimula a participação política, seja *on-line* ou *off-line* (MORAIS, 2017, p. 51).

No que se refere à participação política dos egressos, percebemos consonância entre o razoável índice de participação política (0,64) e os dados qualitativos. Boa parte dos egressos da experiência possui elevado nível de participação política convencional, ou seja, mais de 90% votaram nas últimas eleições, apesar do discurso de desconfiança em relação à classe política (GF); quase 50% participaram diretamente de campanhas eleitorais; 20% participam ou já participaram de algum partido político, apesar da desconfiança em relação aos partidos (GF). Quanto à participação não convencional, nos últimos 12 meses (dados de nov./2017), 57% participaram de protestos e/ou manifestações, período este marcado por manifestações de contestação às reformas do governo federal (GF); 54% participaram de campanhas no meio virtual e outros 70% participaram de abaixo assinados e/ou petição *on-line*.

No entanto, houve uma corrosão do capital social no âmbito comunitário, perceptível com uma baixa participação em organizações comunitárias. Entretanto, é possível que tenha havido uma reconfiguração desse capital social voltado para novas formas de participação política pautada sobretudo por mobilizações que são estimuladas na maioria das vezes no ambiente virtual (capital social virtual).

7.2 Teste de hipóteses

Nesse contexto, realizamos análises de regressões para testar as quatro hipóteses elencadas anteriormente (ver capítulo III). Além das estatísticas descritivas (medidas de tendência central e de dispersão), foram empregadas correlações de Pearson e análises de

regressão linear simples e múltipla (método *Enter*) para testar a relação entre as variáveis antecedentes e consequentes.

Inicialmente, para saber das relações entre os constructos aqui operacionalizados foram realizadas correlações. Como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 12 – Correlações entre os conceitos utilizados no modelo

Variáveis	M	DP	1	2	3	4
1. Confiança Institucional	0,62	0,20				
2. Confiança Interpessoal	0,61	0,22	-0,285*			
3. Participação política	0,64	0,23	-0,74	0,262*		
4. Empoderamento Cidadão	0,86	0,11	-0,068	0,106	0,256*	
5. Potencial de Capital Social Emancipatório	0,96	0,10	-0,156	0,241**	0,331*	0,120

Fonte: elaborada pelo autor.

Nota: **p<0,05 *p<0,01.

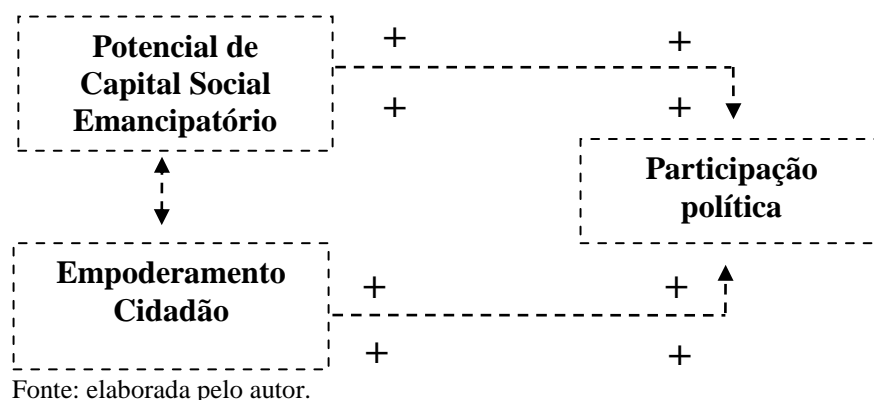
Procederam-se as análises visando responder às perguntas da pesquisa. Inicialmente, realizaram-se correlações entre a presença de confiança institucional, bem como a confiança interpessoal, e a participação política dos egressos. Como resultado, observou-se apenas a correlação direta e significativa ($r = 0,262$, $p = 0,006$) da participação política com a confiança interpessoal.

Podemos perceber também que a participação política teve correlação direta e significativa com o empoderamento cidadão ($r = 0,256$, $p = 0,007$) e com o potencial de capital social emancipatório ($r = 0,331$, $p < 0,001$). Em seguida, analisou-se a correlação do empoderamento cidadão com o potencial de capital social emancipatório, que não foi significativa. Finalmente, o capital social emancipatório correlacionou direta e significativamente com a confiança interpessoal ($r = 0,241$, $p < 0,05$). Diante desses resultados, decidiu-se explorar a relação de predição entre esses construtos e a participação política dos egressos.

Para tanto, foi feita uma primeira análise de regressão linear múltipla (método *Enter*), inserindo a participação política dos egressos como variável dependente (VD) e como variáveis independentes (VIs) o nível de empoderamento cidadão e o nível de potencial de capital social emancipatório (*hipótese I*). O modelo apresentou-se significativo e explicou 12,8% variância ($R^2 = 0,128$; $F = 7,72$; $p < 0,01$), desta forma, corroborando a *hipótese I*.

Além disso, o preditor empoderamento cidadão apresentou Beta de 0,14 ($t = 1,15$; $p = 0,134$) e o potencial de capital social emancipatório de 0,29 ($t = 3,04$; $p < 0,01$).

Figura 6 – Hipótese I



A partir dos dados qualitativos percebemos, primeiramente, que os elevados índices de potencial de capital social emancipatório e de empoderamento cidadão influem positivamente nos níveis de participação política (*hipótese I*). Ou seja, os egressos possuem um elevado empoderamento individual (dimensão psicológica: autoestima, sentimento de autoeficácia, capacidade de mudar o curso de sua vida) que propiciou o acesso à escolarização superior; elevado interesse pela política e um apego à democracia (dimensão política) além de uma predisposição à participação e reivindicação (dimensão atitudinal). No entanto, esse efeito sobre a participação política dos egressos se apresenta sob novas formas de modalidades de participação política que ampliam a atuação política para além do âmbito comunitário.

A ação política nesse contexto está centrada, principalmente, em formas não convencionais de participação política, pautadas por mobilizações que são estimuladas na maioria das vezes no ambiente virtual, o que pode ser constatado com a razoável participação em manifestações e protestos nos últimos 12 meses por parte dos egressos, em consonância com uma elevada participação política *on-line*, através de campanhas informativas no meio virtual e a participação em abaixo assinados e petições *on-line*.

Em seguida, para testar a *hipóteses II*, procedeu-se uma análise de regressão linear simples incluindo no modelo o nível de potencial de capital social emancipatório como variável dependente (VD) e o empoderamento cidadão como variável independente (VI).

Figura 7 – *Hipótese II*

Fonte: elaborada pelo autor.

O modelo não foi significativo ($F= 1,54$; $p= 0,21$), além de apresentar valores de regressão muito baixos ($R^2 = 0,014$). Assim, a *hipótese II* não foi corroborada, a relação de predição entre essas variáveis não foi confirmada no presente estudo.

A não corroboração da *hipótese II* indica que não há uma relação explicativa unidirecional e direta entre o potencial de capital social emancipatório e o empoderamento cidadão. Porém, a corroboração da *hipótese I*, indica que esses dois construtos em conjunto explicam em parte uma maior participação política. Ou seja, o processo de socialização política no PRECE está relacionado com alto nível de potencial de capital social emancipatório e de empoderamento cidadão, e ambos, de forma concomitante, estão relacionados com a participação política.

Os altos índices desses dois construtos na presente amostra também podem ajudar a entender o porquê da *hipótese II* não ter sido corroborada no presente estudo, já que houve baixíssima variabilidade nas respostas relacionadas, a maior parte da amostra apresentou valores próximos de 1 (FIELD, 2009).

Os egressos entrevistados da Rede PRECE apresentam altos índices de potencial de capital social emancipatório (0,96) e de empoderamento cidadão (0,86), ou seja, verificou-se que a maioria dos egressos possuem presença de altos estoques de potencial de capital social emancipatório somados aos empoderamento cidadão. No entanto, percebermos uma elevada predisposição à participação em paralelo a uma baixa participação comunitária, nesse sentido, configura-se um tipo de “capital social emancipatório latente”, ou seja, a predisposição dos egressos à participação política não resultou em uma participação comunitária efetiva por parte dos egressos.

Nesse contexto, a partir da análise dos grupos focais (GF) podemos supor algumas razões para esse “capital social emancipatório latente” a nível comunitário, como: o êxodo comunitário em busca de trabalho, ou seja, boa parte dos egressos após a graduação na universidade se estabeleceram em outros municípios; a falta de disponibilidade por conta de obrigações familiares; a falta de aptidão e habilidade política; e até mesmo a desmotivação

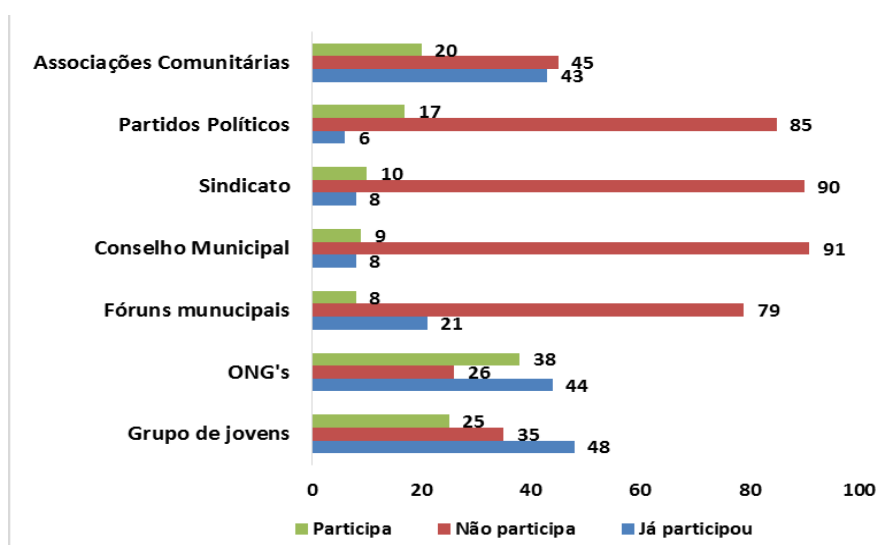
causada pela própria conjuntura política atual. Entretanto, essa questão carece de estudo para uma análise com maior profundidade.

No entanto, é fato que não foi perceptível a relação explicativa unidirecional e direta entre os dois constructos, haja vista que uma baixa participação comunitária (baixo nível de empoderamento comunitário) não incidiria em um efeito direto sobre o potencial de participação dos egressos na resolução de problemas comunitários e reivindicação de benefícios comuns. Nesse contexto, a pesquisa demonstra uma corrosão da participação em atividades de cunho comunitário. Por exemplo, quando analisamos a variável “ação coletiva/participação comunitária” que compõe o conceito operacional de empoderamento cidadão, percebemos um baixo nível de participação comunitária (TABELA 11).

Nas análises dos grupos focais (GF) é perceptível o discurso voltado para um elevado empoderamento individual e um ineficiente empoderamento comunitário, assim como nas entrevistas com lideranças, como podemos observar no discurso do Manoel Andrade (EN1) sobre a visão dele do efeito causado pelo PRECE: “[...] muita coisa boa, muito desenvolvimento individual, empoderamento de algumas pessoas individualmente, mas do ponto de vista comunitário, nós não temos [...]” (ANDRADE, EN1, p. 8). Essa relação entre elevada predisposição à participação política e baixa participação comunitária pode explicar a não corroboração da *hipótese II*.

Nesse contexto, buscamos avaliar a participação dos egressos em organizações da sociedade civil, elencamos uma lista e perguntamos aos entrevistados sobre seu nível de participação. Conforme atesta o gráfico que se segue:

Gráfico 4 – Participação em organizações da sociedade civil



Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

Os dados demonstram que dentre as organizações de maior participação estão: ONGs, partidos políticos, grupo de jovens e associações comunitárias, respectivamente. Se avaliarmos os dados de participação em geral, vemos que a organização de maior participação engloba 35% dos entrevistados (ONGs), sendo que a segunda com mais participação engloba menos de 20% dos entrevistados (associações comunitárias). Chama-nos atenção a baixa sindicalização, mesmo boa parte deles estando ligados a instituições públicas – 40% são professores - somente 10 deles participam de algum sindicato. Os dados mostram também uma ínfima participação em espaços de controle social, como fóruns (8) e conselhos municipais (9). Dentre as organizações que os entrevistados afirmam já haver participado as mais citadas foram as ONGs (44), associações comunitárias (43) e grupo de jovens (48). O dado reforça uma mudança nas formas de participação política por parte dos egressos da experiência.

No que diz respeito à *hipótese III*, procedeu-se uma regressão linear simples, inserindo nos modelos como variável independente (VI) a confiança interpessoal, e como variável dependente (VD) a participação política de egressos da rede PRECE.

Figura 8 – *Hipótese III*



Fonte: elaborada pelo autor.

Tal modelo apresentou-se significativo ($F= 7,79$; $p < 0,01$), explicando 6,9% da variância ($R^2= 0,069$), e com o preditor apresentando Beta de 0,26 ($t = 2,79$; $p < 0,01$). Dessa forma, a *hipótese III* foi corroborada, ou seja, quanto o maior o nível de confiança interpessoal; maiores os níveis de participação política dos egressos do PRECE.

Partindo de nossas pesquisas sobre a Rede PRECE⁴⁴, percebemos, principalmente na fase de multiplicação da experiência, a formação de uma rede de associações voluntárias que foram pautadas em relações de cooperação e reciprocidade generalizadas. A emergência de associações voluntárias está diretamente relacionada ao nível de confiança interpessoal de

⁴⁴ O fenômeno do PRECE na zona rural de Pentecoste conduziu a uma manifestação ativa de capital social, os jovens passaram a se organizar em suas comunidades e multiplicar as ações. A multiplicação gerou uma rede de sociabilidade horizontal criando laços de confiabilidade e reciprocidade entre seus membros (RAMOS, 2009, p. 46).

uma determinada sociedade. Nesse sentido, a confiança interpessoal passa a ser relevante para a participação, haja vista que foram a partir das interações, práticas de reciprocidade e ajuda mútua que foram se consolidando os laços de confiabilidade nos grupos do PRECE. Nesse contexto, a confiança é um pré-requisito para a formação de associações voluntárias e é essencial para a participação política (INGLEHART, 2000).

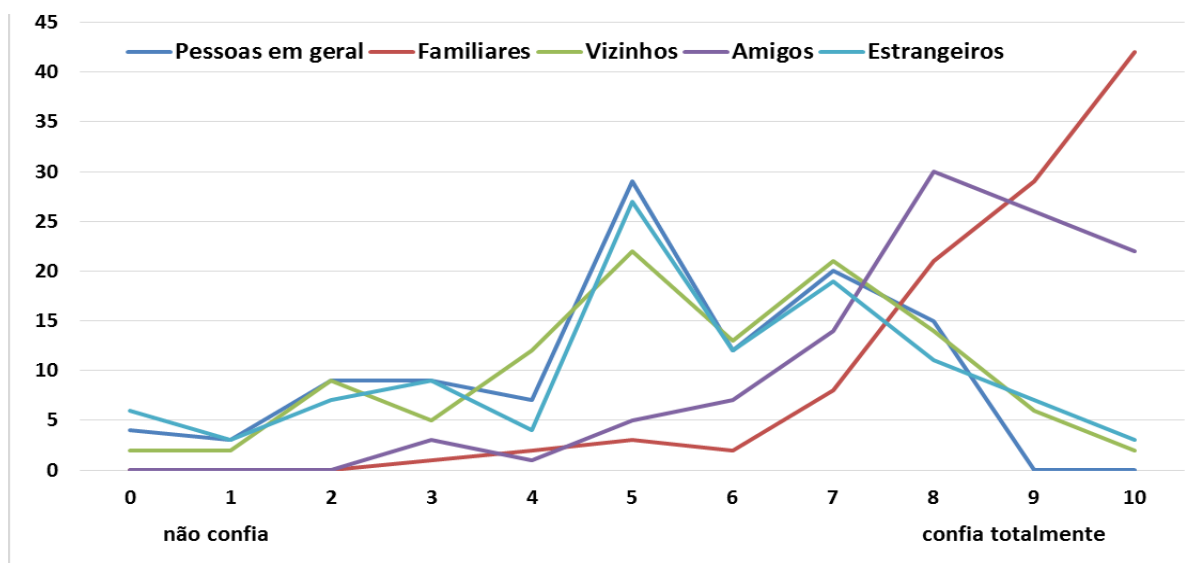
A confiança interpessoal no PRECE é produto das normas de cooperação e regras sociais que foram sendo internalizadas pelos participantes facilitando ações coordenadas para o alcance dos objetivos comuns. Putnam (1995) afirma que a confiança é um componente básico do capital social, e que ela é uma promotora da cooperação, que por sua vez gera mais confiança. Nesse contexto, o capital social está intimamente ligado à participação política, pois a participação pode ser considerada como efeito do capital social.

Segundo Freire (2014), a confiança atua como incentivo positivo para o engajamento cívico reduzindo as incertezas quanto ao comportamento de outros atores envolvidos em ações coletivas. Nesse sentido, a confiança interpessoal figura como um elemento importante para a participação política.

Para Inglehart (2000), indivíduos que confiam uns nos outros formam e/ou participam de associações em situações em geral, e estas, por sua vez, fazem com que as pessoas confiem mais umas nas outras em um ciclo que se retroalimenta. Nesse sentido, o autor usa o termo “síndrome de cultura cívica” relacionando a importância da participação em associações voluntárias para a ativação política de cidadãos. Ou seja, a confiança interpessoal faz parte de uma síndrome cultural associada a instituições democráticas fortes.

Elaboramos uma escala de 0 a 10 para medir o grau de confiabilidade dos egressos do PRECE em relação alguns grupos. O gráfico demonstra um elevado nível de confiabilidade por parte dos entrevistados, com destaque para a maior confiança nos familiares, amigos e pessoas em geral, respectivamente:

Gráfico 5 – Confiança interpessoal



Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

A confiança interpessoal é a base para o desenvolvimento do capital social, possibilitando o surgimento de ações coletivas (BAQUERO, 2007). Na literatura, podemos perceber uma diferenciação entre formas particularizadas e generalizadas de confiança (STOLLE; WELZEL, 2000; RENNÓ, 2000), ou seja, uma forma que se expande para além da vida privada (confiança generalizada), e outra que se restringe ao âmbito particular (confiança particularizada). A primeira se refere à confiança em pessoas próximas aos entrevistados e a segunda ao público mais geral, mais distante do entrevistado (PUTNAM, 1993; STOLLE, 1998). No caso dos egressos do PRECE, percebemos uma ênfase no aspecto particularizado, com um elevado índice de confiança na “família” e “amigos”; e, concomitantemente, no aspecto generalizado com um razoável nível de confiança em relação “às pessoas em geral”. Geralmente, nos estudos sobre confiança há uma valorização da forma generalizada de confiança por estar mais relacionada a uma governança democrática, pois esta facilita a coordenação entre o indivíduo e grupos sociais (WARREN, 1999).

Dados do Latinobarómetro (2017) demonstram que o Brasil ocupa o último lugar no ranking dos países latino-americanos quanto à confiança interpessoal. Ao serem abordados com a seguinte pergunta “É possível confiar na maioria das pessoas?”, apenas 7% dos brasileiros afirmam que sim, Paraguai (8%) e Venezuela (9%) são os países logo acima do Brasil. Quanto aos países com maior percentual de confiança interpessoal na América Latina figuram Chile e Equador, ambos com 23%. Vale ressaltar que a média da região foi de 14%, a menor desde 1996, quando esse levantamento vem sendo realizado pela ONG chilena.

Rennó (2000) conceitua a confiança interpessoal como um componente básico de um padrão cultural que estimula a ativação política e a mobilização de indivíduos, aumentando a responsividade do sistema político, por exemplo, o quanto as ações governamentais atendem às expectativas e demandas da população. Sem a confiança interpessoal as chances de mobilização coletiva diminuem e, conseqüentemente, a participação política dos cidadãos.

Vale ressaltar, que Rennó (2000) critica a forma como muitas vezes é mensurada a confiança interpessoal em alguns *surveys*, ou seja, perguntas indiretas sobre o quanto se confia nas pessoas em geral produzem respostas focadas em sensações generalizadas acerca das mesmas. Ele propõe focar na dimensão interna do indivíduo, por exemplo, no fato de o indivíduo admitir o quanto ele tende a confiar nas pessoas. Essa dimensão é bem mais direta e foca na intensidade e produz resultados mais consistentes. Trata-se, portanto, da confiança interpessoal medida através de sua dimensão interna, um autojulgamento acerca da magnitude de confiança que o entrevistado tem acerca das outras pessoas. Nesse contexto, Seligson e Rennó (2000) diferenciam dimensões internas *versus* dimensões externas da confiança, ou seja, a primeira relaciona o quanto os entrevistados confiam nas demais pessoas e, a segunda, o quanto as pessoas em geral são dignas de confiança.

Uma das vertentes geradoras de confiança é a atividade voluntária além da experiência pessoal com a instituição (BAQUERO, 2013). No que se refere aos egressos entrevistados, 94,7% (98) retornaram as suas comunidades após ingresso na universidade para desenvolver atividades voluntárias. Quanto às medidas de confiança, os dados demonstraram a presença das duas dimensões de confiança (generalizada e particularizada) em relação aos egressos entrevistados. Nossa percepção desse dado decorre do fato destes indivíduos, ao acumularem a experiência de participarem de associações voluntárias pautadas em relações de cooperação, desenvolveram uma predisposição a relações de confiabilidade.

Essa predisposição à confiança é resultado da internalização de valores e normas sociais através de um processo contínuo de socialização, portanto, esses indivíduos estão mais propensos a desenvolverem interações com pessoas desconhecidas. Se a expectativa quanto à conduta alheia desempenha importante papel na decisão de contribuir para ações coletivas, é possível que a confiança interpessoal, variável-chave do conceito de capital social, atue como um facilitador da cooperação (FREIRE, 2014).

Quanto ao processo de socialização, vale ressaltar que a maioria dos egressos entrevistados tiveram no mínimo seis anos de vivência no PRECE, como atestam os dados na tabela a seguir.

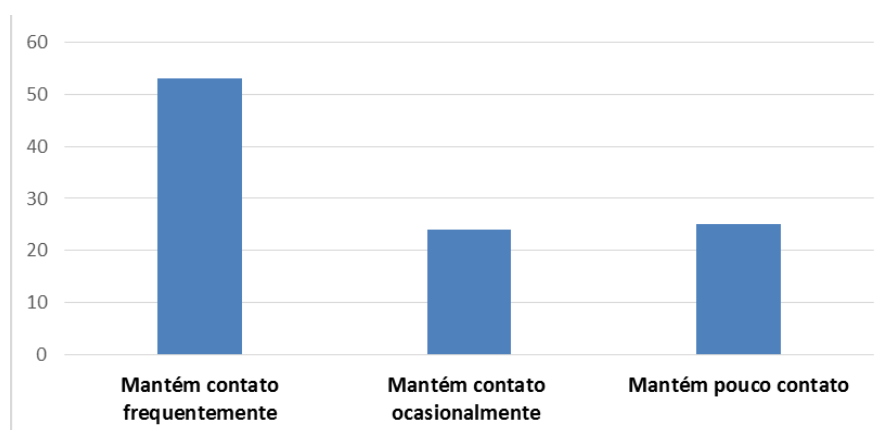
Tabela 13 – Tempo de participação no PRECE

Tempo que esteve ligado a Rede PRECE	Freq.	%
1 ano apenas	4	3
2 a 5 anos	45	41,6
6 a 10 anos	43	39,8
11 a 15 anos	11	10,1
16 a 21 anos	5	4
Total	108	100

Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

Segundo Rennó (2011), a construção teórica clássica da confiança interpessoal está baseada em expectativas de que os indivíduos não tirarão vantagem de outros e que, portanto, a confiança é um catalisador para interações sociais. Mesmo não estando desenvolvendo atividades ligadas à Rede PRECE, boa parte dos egressos da experiência mantiveram suas relações interpessoais a partir de uma rede de contato físico e virtual. Nesse sentido, buscamos medir o grau de interação entre os egressos da experiência indagando os entrevistados se eles ainda mantêm algum tipo de contato com membros do PRECE ou outros egressos da experiência. Os dados apontam que 94% ainda possui algum tipo de contato, sendo que destes, mais de 50% mantém contato frequente interagindo em espaço público e no meio virtual (Dados do QI-PCE). Vale destacar que a metade reside na região metropolitana de Fortaleza. O dado reforça a formação e consolidação de laços sociais que foram construídos a partir da experiência do PRECE e o elevado nível de confiança interpessoal particularizada dos egressos da experiência.

Gráfico 6 – Contato com outros membros egressos da Rede PRECE



Fonte: dados do QI-PCE.

Ao potencializarem as suas habilidades de cooperação, os egressos do PRECE foram retroalimentando essas relações de confiabilidade, na perspectiva de que um ambiente pautado por valores e normas de cooperação gera confiança interpessoal afetando os níveis de participação política. Partimos da ideia de que a confiança está na essência da ação coletiva e da participação cívica (PUTNAM, 1993), ou seja, cidadãos com níveis mais altos de confiança interpessoal tendem a participar de ação coletiva na forma de associações e grupos sociais, pois têm maior probabilidade de ver os demais cidadãos de forma positiva e de se sentirem mais propensos a se arrisquem em interações com desconhecidos (RENNÓ, 2011).

A confiança interpessoal pode figurar como um importante elemento para a participação política. No entanto, essa relação direta entre confiança interpessoal e engajamento cívico pode ser enganosa (LEVI, 1996) dado que a decisão de participar envolve outras variáveis que podem condicionar seu efeito, como expectativas de benefícios e custos de participação (FREIRE, 2014). Essa visão está relacionada a estudos da teoria da escolha racional que enfatiza a pouca atenção dada às motivações individuais para a participação política, ou seja, desconsidera-se aspectos de interesse individual.

Para Freire (2014), o problema da relação direta entre confiança interpessoal e engajamento cívico está no fato de que a decisão de participar envolve variáveis que possam condicionar seu efeito. Nesse sentido, a confiança interpessoal aliada a motivações individuais reforça a disposição de um indivíduo de se engajar em ações coletivas de natureza política. Assim sendo, a confiança interpessoal tem um efeito condicional positivo sobre o engajamento dependendo das motivações individuais para tal, ou seja, quando aliada a expectativas altas de benefícios e percepções baixas de custos da participação (FREIRE, 2014, p. 277).

Essa visão enfatiza a confiança interpessoal como variável independente e o engajamento cívico como variável dependente, embora a teoria do capital social estabeleça uma relação de via dupla entre essas variáveis (PUTNAM, 1996). Para Freire (2014), o efeito da confiança interpessoal sobre o engajamento cívico é condicional, ou seja, a confiança afeta diferentes indivíduos de maneira diferente. Por exemplo, pessoas muito confiantes se tornam muito ativas pela expectativa de contar com a ajuda de outros e afetar positivamente o sistema político; ou essa confiança nas outras pessoas pode fazer com que os indivíduos pensem que seus direitos estão bem resguardados por pessoas idôneas e não precisam se engajar politicamente.

No caso dos egressos do PRECE, os níveis razoáveis de confiança interpessoal (particularizada e generalizada) de propensão à participação sofrem efeito direto do processo

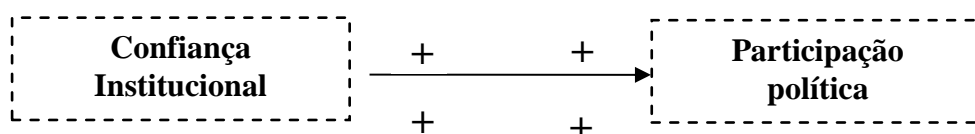
contínuo de socialização educacional e política. Nas associações voluntárias do PRECE, a confiança interpessoal foi produto das normas de cooperação e reciprocidade desenvolvidas nas interações sociais grupais. Podemos dizer que no período em que os egressos participaram da experiência a confiança interpessoal e a cooperação eram variáveis que estabeleciam uma relação de via dupla gerando estoques de capital social encapsulado. Nesse sentido, normas sociais constituintes do capital social foram internalizadas de maneira a conferir maior previsibilidade à conduta dos indivíduos.

A confiança interpessoal seria o produto do compartilhamento dessas normas, responsável por aumentar os incentivos à cooperação voluntária e, conseqüentemente, reduzindo os incentivos para comportamentos egoístas e oportunistas (PUTNAM, 1993). No entendimento de Baquero (2001, p. 36), o argumento central da teoria do capital social advoga que “[...] a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre os membros e que essas normas são exatamente aquelas exigidas para a participação política”, criando padrões de comportamento mais democráticos e participativos, acarretando dessa maneira uma mudança cultural na sociedade.

Nesse contexto, os níveis de confiança interpessoal estimulam a participação no sentido de conferir maior previsibilidade à conduta dos indivíduos, ou seja, os egressos do PRECE estão mais propensos a se envolverem em ações coletivas e a cooperarem com desconhecidos. Vale ressaltar que os dados da pesquisa atestam que 93% dos egressos entrevistados estariam dispostos a participar de um projeto que beneficiaria a comunidade, mesmo não lhe beneficiando diretamente, e, da mesma forma, 91% destes estariam dispostos a participar juntamente com membros da comunidade de ações políticas reivindicatórias junto a autoridades governamentais (dados QI-PCE). Nesse sentido, o estoque de capital social do PRECE gerou confiança, cooperação social e compromisso cívico (PUTNAM, 1996), reforçando o razoável índice de confiança interpessoal dos egressos da experiência (0,61).

Por fim, para testar a hipótese IV, explorou-se a relação entre a participação política (VD) e a confiança institucional (VI).

Figura 9 – *Hipótese IV*



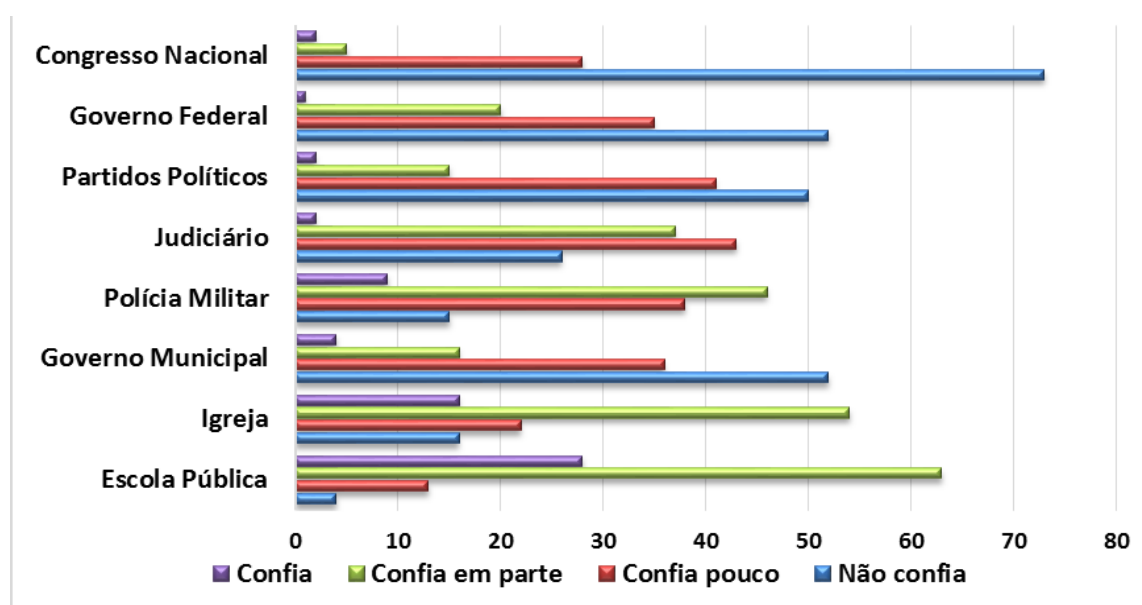
Fonte: elaborada pelo autor.

O teste para verificar se a confiança institucional prediz a participação política resultou num modelo não significativo ($F= 0,58$; $p = 0,44$) e cujos valores da regressão ($R^2 = 0,05$) foram baixos, assim, uma variável não foi capaz de prever a outra, logo a hipótese IV não foi corroborada. Vale ressaltar que os níveis de confiança interpessoal e confiança institucional correlacionaram-se significativa e inversamente ($r = -0,285$, $p < 0,01$), ou seja, enquanto os níveis de confiança interpessoal aumentavam os de confiança institucional diminuía.

Na Ciência Política, a confiança institucional é usada comumente para aferir o nível de adesão do cidadão ao regime democrático. A falta de confiança das pessoas e o descrédito com a política denotam uma baixa identificação com os mecanismos de mobilização política favorecendo a apatia política (BAQUERO, 2011), ou seja, a desconfiança nas instituições democráticas é consonante com a diminuição da participação política. No entanto, no que se refere aos egressos do PRECE, o baixo índice de confiança institucional nas instituições políticas não influenciou negativamente a participação política dos mesmos.

Buscamos mensurar o grau de confiança institucional dos entrevistados em relação a algumas instituições democráticas. Os dados demonstraram uma corrosão da confiabilidade dentre as principais instituições políticas. O destaque negativo vai para o “Congresso Nacional”, “Governo Federal”, seguido dos “partidos políticos” e “judiciário”. A instituições de maior confiabilidade foram a “Escola Pública” seguida da “Igreja”.

Gráfico 7 – Confiança nas instituições



Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

Quanto à desconfiança em instituições políticas, os resultados podem ser explicados pela influência da conjuntura política no país marcada pelo esgarçamento das instituições e da crise de representatividade política que assola a nação. A crise política é resultado de elementos constitutivos da identidade nacional que corroem o capital social como o clientelismo, paternalismo, personalismo, traços de uma cultura política autoritária (BAQUERO, 2011; MOISÉS, 2010), além do pífio desempenho da classe política aliado a ineficácia do próprio sistema (BAQUERO, 1997, 2007).

Vale salientar que a desconfiança em instituições democráticas não quer dizer que haja uma ambivalência política por parte dos entrevistados. Segundo Moisés (2005), a confiança nas instituições provém da experiência que as pessoas têm em relação ao funcionamento das mesmas. Existe uma expectativa por parte das pessoas em relação às instituições, o país passa por uma profunda crise política e a sensação é que as instituições democráticas já não conseguem atender os objetivos pela qual foram criadas, nesse sentido, o desempenho das instituições afetará a confiabilidade das pessoas em relação às mesmas. Vale ressaltar, que os dados de confiança institucional dos egressos em relação às instituições políticas, contrastam com os dados de satisfação com a democracia, ou seja, ao mesmo tempo que os entrevistados denotam uma desconfiança nas instituições democráticas, concomitantemente, demonstram uma elevada satisfação com a democracia e comungam da importância de se viver em um regime democrático (TABELA 10). Ou seja, o descontentamento é com o funcionamento do modelo e não com ele propriamente dito.

Esse contexto está em consonância com os dados do Latinobarómetro (2017) colhidos na mesma época da presente pesquisa. Em relação ao Governo Federal, quando perguntado se o “governo age para o bem de todos”, apenas 3% dos brasileiros concordam com a afirmação, a ampla maioria concorda que se governa para grupos poderosos (último lugar no ranking de 18 países pesquisados na América Latina). Quando a questão é a aprovação do governo, apenas 6% dos brasileiros dizem “aprovar”, última posição entre os países da América Latina, a média na região é de 36%. No que se refere ao Congresso, apenas 11% dos brasileiros confiam, ficando à frente somente do Paraguai com 10%. Quando o assunto são os partidos políticos, 7% dos brasileiros afirmam confiar, ocupando o último lugar na região (LATINOBARÓMETRO, 2017).

Alguns autores (REIS, 1998; CARVALHO, 2002; MOISÉS, 2005) se utilizam de determinantes culturais para explicar os fracassos das instituições, no caso do Brasil, práticas tradicionalistas incrustadas em nosso arcabouço político institucional impediram a racionalização das instituições políticas contribuindo para um déficit na construção dos laços

de confiança. No entanto, a interrupção em 2016 do governo de Dilma Rousseff, através de um controverso e patético processo de *impeachment*, marcou o fim de maior estabilidade democrática no país, sendo que, mesmo no período de curta consolidação democrática e um aparente respeito às regras do jogo, convivemos no cenário político com um paradoxo, “as instituições democráticas são objeto de ampla e continuada desconfiança dos cidadãos” (MOISÉS, 2005, p. 34). A razão dessa desconfiança, além do curto período de redemocratização, deve-se ao insuficiente acúmulo de um capital de governança que pudesse equilibrar demandas e políticas mesmo em momentos de crise (MOISÉS, 2010).

Mesmo os dados demonstrando uma corrosão da confiabilidade dos entrevistados no que se refere às principais instituições políticas, vale ressaltar, que duas instituições se destacam com maior percentual de confiança institucional entre os egressos da experiência, são elas, a “Escola Pública” e a “Igreja”.

Lembremos que uma das “bandeiras de luta” da maioria dos egressos entrevistados é a educação pública (GRÁFICO 3). Essa militância em torno da educação pública é explicada pelo engajamento militante dos egressos em defesa de um ensino público de qualidade. A maioria dos egressos entrevistados ingressou no PRECE no período entre 2001 e 2009 (cerca de 75%) justamente na fase de multiplicação e politização do movimento (QI-PCE). Além dos projetos de ação afirmativa do PRECE, como o pré-vestibular cooperativo, esse período foi marcado pelo desenvolvimento de projetos na área de controle social e governança e projetos de apoio à escola pública (ver capítulo V). Destacamos o “Movimento em Defesa da Escola Pública” como um projeto de destaque nessa fase de mobilização política em prol da educação pública. Do ponto de vista mais prático, esse período é marcado pela criação do “Projeto Estudante Ativo” (projeto educacional de apoio a estudantes do ensino médio) e do “Projeto Estudante Cooperativo (PEC)” (com estudantes do ensino fundamental). Esses foram projetos de intervenção, mesmo que indireta, do PRECE na educação pública. Soma-se o fato que 50% dos egressos entrevistados trabalharem diretamente com educação (dados QI-PCE). Nesse sentido, o elevado percentual de confiança institucional na escola pública sofre um efeito condicional do engajamento militante dos egressos em prol da educação pública desde que atuavam como universitários em projetos de apoio à escola pública no PRECE. A partir da fase de sistematização da metodologia do PRECE (BARBOSA, 2016) e das parcerias com a UFC e SEDUC-CE, consolida-se de forma mais direta a intervenção do PRECE na educação pública.

Quanto ao elevado nível de confiança na Igreja vale salientar que segundo dados da pesquisa, quase 80% dos egressos entrevistados se consideram cristãos (a maioria se

considera católico apostólico romano, seguidos de presbiterianos). Vale ressaltar um número razoável que não possui religião, como atesta a tabela a seguir:

Tabela 14 – Religião dos precistas

Participação em denominações religiosas	Freq.	%
Católicos Apostólicos Romanos	57	52,7
Presbiterianos	16	14,8
Evangélicos pentecostais	10	9,2
Espíritas	2	1,9
Cristão independentes	2	1,9
Sem religião	21	19,5
Total	108	100

Fonte: dados do QI-PCE (set./nov. 2017).

Nota-se, no período referente aos primeiros anos do PRECE, uma influência muito forte de uma filosofia cristã associada à crença numa transformação da realidade (BARBOSA, 2016; RODRIGUES, 2007), como podemos observar em trechos da Ata de Fundação do Projeto Coração de Estudante, em 1998:

O PRECE hoje se estabelece oficialmente, constituído por um grupo de jovens cuja meta principal não é se dar bem na vida e nem ter uma formação universitária. cremos que esses são os meios, os quais, os integrantes desse Projeto procuram conquistar para através deles servir a Deus e aos homens. Os sócios do PRECE se colocam como instrumento de transformação da sociedade, contribuindo para o estabelecimento do Reino de Deus, onde ninguém pode ser tratado pelo que tem, onde todos são iguais perante o Criador e perante os homens, onde a paz, a justiça, o amor são valores verdadeiramente praticados e absolutamente inquestionáveis (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, 1998, p. 6).

Os primeiros anos do PRECE são marcados por uma forte influência do cristianismo em suas práticas e ações. Segundo Barbosa (2016), é possível perceber desde a origem do PRECE uma mística-espiritualidade da libertação que permeia a sua constituição. Essa mística tem uma conexão com os fundamentos do evangelho cristão na busca por agregar forças para lutar pela libertação dos pobres e excluídos, mobilizados por sentimentos de indignação com as realidades desumanizantes geradas no seio do sistema neoliberal (BARBOSA, 2016, p. 98). Quando indagamos nos grupos focais (GF) sobre a influência do PRECE no comportamento político de seus participantes, alguns dos participantes enfatizaram em seus discursos a influência do cristianismo no movimento relacionando a uma perspectiva de participação e transformação da realidade.

Nessa questão desses valores de solidariedade, de cooperação, do desejo de estar em grupo, o PRECE assim também colaborou pra que eu entendesse que independente da profissão que eu fosse exercer, eu deveria trabalhar com um propósito que não era só meu. Eu sempre vinculei muito a ideia do PRECE com a ideia do cristianismo, eu participo de uma igreja, a presbiteriana independente, e pra mim o PRECE e a igreja eram coisas muito misturadas (ADRIANA, GF).

Por onde eu andar, eu tento fazer isso no meu trabalho hoje, uma coisa que eu aprendi no PRECE, e também uma questão da igreja também né, eu lembrei uma vez o pastor, tava comparando os apóstolos com o pessoal do PRECE, porque os sete primeiros estudantes do PRECE eram pessoas desacreditadas né, e os apóstolos também eram, e vieram e transformaram o mundo né. Os sete primeiros do PRECE eram pessoas desacreditadas vieram e fizeram uma transformação muito grande né. E aí assim, eu aprendi que por onde eu andar a gente tem que fazer o melhor que a gente pode fazer né, e principalmente, ajudar aquelas pessoas que mais necessitam, principalmente quem tá em sala de aula, os locais onde eu trabalho também tem muitas injustiças né, muitas crianças que não sabem ler e que muitas vezes a escola tem até uma disposição para ajudar, tem condição, mas não tá nem aí. Então assim, a gente enquanto precisa a gente se sente muito triste com isso e tenta ajudar de alguma maneira (CAETANO, GF).

Quando eu conheci o PRECE, em 1999, a coisa encaixou, rapaz isso aqui, então ele representa uma continuidade do que eu vinha fazendo lá dentro do grupo de jovens da igreja, que já tinha essas inquietações. Então lá no PRECE encontrei uma possibilidade de ir me envolvendo mais e criando essa família (FRANCISCO, GF).

Segundo Barbosa (2016), o PRECE surge como projeto com um aspecto missionário e místico que agregava o compromisso social aos princípios de uma religião cristã, sendo o idealizador ligado à igreja evangélica presbiteriana. Rodrigues (2007, p. 104) também enfatiza tal influência “outro fator que pode atuar como elemento de fortalecimento do espírito colaborativo nos precistas é a influência de valores vindos da religião, através da valorização da ideia do serviço e do servir ao seu semelhante”. No que se refere ao processo de socialização, segundo Barbosa (2016, p. 102), ao longo da história do PRECE, valores baseados em princípios do cristianismo configuraram algumas especificidades no modelo social e educacional que foi desenvolvido, onde se evidenciou uma ênfase na ajuda, na solidariedade, na reciprocidade, no compartilhamento de conhecimentos, na doação, na gratidão, embora ao longo do processo histórico do PRECE esses valores cristãos tenham se diluído nas práticas e discursos, perdendo um pouco do seu caráter místico e doutrinário.

Percebemos que a influência da religião no PRECE guarda um viés progressista no sentido de transformação de uma realidade marcada pela exclusão social. Essa visão é bastante diferente do ativismo político religioso que percebemos atualmente em nosso país. Esse ativismo político está relacionado principalmente ao avanço de grupos evangélicos conservadores com uma política reacionária de constante combate contra mudanças nos costumes, valores, arranjos familiares e direitos humanos. Nesse contexto, percebemos esses grupos sendo representados por parlamentares evangélicos conservadores com o seguinte

perfil: no plano moral, pregam a defesa dos bons costumes e da família tradicional; são majoritariamente de direita no que tange ao espectro político; e neoliberais do ponto de vista econômico. Esses parlamentares são beneficiados pelo avanço das igrejas pentecostais nos últimos anos em todo o Brasil.

Ao analisarmos o capital militante dos egressos do PRECE não percebemos relação com esse tipo de ativismo político conservador. No entanto, esse é um fenômeno político crescente em nosso país. Segundo dados do Latinobarómetro (2017), a igreja é historicamente a instituição de maior confiança dos latino-americanos (65%), no caso do Brasil, 69% dos brasileiros confiam na Igreja. Isso denota a força de influência dessa instituição em nossa sociedade.

A seguir, apresentamos um quadro resumo com a aferição das quatro hipóteses elencadas anteriormente nessa pesquisa, realizada a partir de análises de regressão no sentido de testar a relação entre variáveis antecedentes e consequentes.

Quadro 3 – Resumo do teste de hipóteses do estudo

Hipótese	Resultado
<i>H1</i> – Quanto maior o nível de empoderamento cidadão e de potencial de capital social emancipatório; maior a participação política dos egressos da rede PRECE;	Corroborada
<i>H2</i> – Quanto maior o nível de empoderamento cidadão; maior o potencial de capital social emancipatório;	Não corroborada
<i>H3</i> – Quanto maior a presença de confiança interpessoal; maior a participação política dos egressos da rede PRECE;	Corroborada
<i>H4</i> – Quanto maior a presença de confiança institucional; maior a participação política dos egressos da rede PRECE.	Não corroborada

Fonte: elaborado pelo autor.

7.3 Capital social emancipatório latente

O capital social gerado no PRECE desenvolveu o empoderamento individual dos seus participantes (GF), a consciência crítica da realidade e a capacidade de tomada de decisões que afetaram o curso de suas vidas, esse fato gerou impacto educacional com um processo de geração de capital humano a partir dos estoques de capital social encapsulado.

Entretanto, não promoveu a conscientização e a capacidade de interferência direta ou indireta nas decisões políticas no âmbito comunitário por parte dos egressos da experiência, ou seja, empoderamento comunitário. Essa questão tem relação com a refutação da *hipótese II*, ou seja, o processo de empoderamento cidadão não influi (ou influiu em parte) nos níveis de potencial de capital social emancipatório, haja vista que a participação comunitária dos egressos é deficitária, logo há um efeito negativo na predisposição dos mesmos em se envolverem na solução de problemas e na reivindicação de benefícios comuns na comunidade. Podemos incorrer que esse processo gerou um tipo de “capital social emancipatório latente” a nível comunitário.

A partir da análise dos grupos focais (GF) fomos refletindo sobre as causas que geraram esse capital social emancipatório latente na qual abordaremos a seguir.

Todo esse processo está ligado a uma corrosão do capital social comunitário e à desintegração de rede de participação cívica a nível local (capital social de ponte). A percepção que o capital social gerado no PRECE gerou forte impacto educacional é quase que consensual, haja vista os resultados e a geração de capital humano. No entanto, não é perceptível, a partir do discurso dos participantes, o mesmo impacto, no sentido de influenciar de forma positiva a cultura política do município, caracterizada por práticas clientelistas (RODRIGUES, 2007) mantenedora de uma cultura de dependência. Nossa primeira causa para a formação de um “capital social emancipatório latente” a nível comunitário está relacionada a uma falha no processo de socialização política com o arrefecimento de projetos de formação política e a ausência de formação de novas lideranças. Esse período marca do ponto de vista da cronologia histórica do PRECE o final da fase de politização do movimento. Essa falha de uma formação política sistematizada é constante nos discursos (GF)

Uma falha de formação política na base, de fazer a base entender que o objetivo não era só entrar na universidade, e aí isso foi ganhando proporções, e aí a gente ver como tá hoje, que aí eclodiu, até então, quando ainda estávamos lá, ainda tínhamos essa base, a gente conseguia fazer as coisas, tinha programa, nascia projetos e aí, tudo isso fluía, mas aí teve um tempo que a gente não conseguiu mais fazer isso porque a gente já tava fazendo muitas coisas, tinha a universidade e tudo mais, e não tinha ninguém pra fazer isso (OLGA, GF 2).

Muitas pessoas que foram para a universidade mudaram a perspectiva porque passaram a discutir novas coisas, a entender, ah aquilo é diferente – nem todos cursos também né, tem muitos cursos não eram espaços de discussão política né, outros eram – contribuiu para que aquelas pessoas voltassem para a comunidade e tentasse participar e se engajassem na política. Mas assim, o que faltou e eu não consegui mudar minha opinião, foi um curso de formação política pra que todas as pessoas que entrassem no PRECE passassem por isso e pudesse ter realmente essa mudança de perspectiva né (CAETANO, GF 1).

O PRECE produziu muitas cabeças pensantes, produziu muitas pessoas com consciência, muita gente que tem o mesmo pensamento em relação a importância das bandeiras (causas sociais) e a importância de se envolver nelas. Agora o problema maior foi que não conseguiu uma formação política mais expressiva. (FAGNER, GF 2).

Além da percepção de uma falha no processo de formação política, algumas lideranças citaram que o grupo político do PRECE não atentou para a formação sistematizada de novas lideranças. Nesse contexto, Maria (GF 2) chama a atenção para o processo de formação de novos militantes:

[...] tive a experiência do MST, fazem realmente encontros de formação política, formação de lideranças, para assumir a liderança dos outros. Faltou trabalho sistematizado de formação política eu acho em primeiro lugar, desses novos que estão entrando para que eles entendam, por exemplo, a história dos anteriores [...] (MARIA, GF 2).

Para Gilberto (GF 1) que também conviveu com o MST, o grupo político do PRECE tinha acesso ao conhecimento elaborado e um grau de militância, no entanto, lhes faltavam essa percepção, a mística do MST em relação aos militantes “[...] Aí eu fiquei pensando, se o MST (grupo do assentamento) tivesse o que o PRECE tinha, e se o PRECE tivesse o que o MST tinha, não tinha quem segurasse [...]” (GILBERTO, GF 1). Segundo o Professor Jocélio Moraes (EN 2) um ponto negativo do movimento foi não ter atentado para a formação de novas lideranças, “não ter dado continuidade com outras pessoas que estavam entrando na universidade, pra digamos assim, dar oportunidade para um projeto de participação política no município” (EN 2, p. 4). O fato é que muitos precisas ao terminarem a graduação na universidade foram se desligando por conta da inserção no mercado do trabalho, na maioria das vezes fora da região, por não conseguirem se estabelecer no município como profissional. Como podemos observar no comentário de Manoel Andrade (EN 1):

[...] há uma evasão de cérebros, aqui não tem como viver e o cara vai embora. Tem um menino aqui, por exemplo, mora bem aqui (Cipó), mas trabalha em Itapipoca, vai se envolver com alguma coisa aqui? Ele não vai se envolver não, chega aqui final de semana vai descansar. Nem todo mundo vem final de semana como eu pra chegar aqui e ficar trabalhado, fazendo uma coisa ou outra, o cara vai é descansar, tomar de conta da família (ANDRADE, EN1, p. 8-9).

O Programa de Desenvolvimento Político do PRECE era pautado em ações práticas e projetos de controle social e comunicação social onde quem tinha mais afinidade com a área assumia a responsabilidade dos projetos. O processo de socialização política do PRECE durante a maior parte do tempo ocorreu de forma latente, ou seja, quando a transmissão de atitudes e orientações políticas é feita de maneira difusa e não programada

(ALMOND; COLEMAN, 1969). Apesar de um momento de parceria com a EFG para a implementação de cursos de formação política, no geral, a formação política do PRECE era uma questão mais prática do que teórica como relata Leonardo (GF 1) “[...] A gente naquele momento não tinha uma formação política especializada, mas a gente aprendia politicamente na prática, aprendia a lutar não só por nossos interesses [...]”. Nesse contexto, não existia uma preocupação com uma formação política sistematizada com a intenção de formação de novas lideranças.

Vale salientar que o maior canal de divulgação do PRECE e que atraía os jovens para o programa era o projeto vestibular cooperativo que funciona com a “porta de entrada” no movimento educacional. Ou seja, as lideranças que desenvolveram os projetos nas áreas de desenvolvimento comunitário vinham todos das fileiras das associações estudantis do PRECE. Entretanto, nos últimos anos, o ingresso de estudantes diminuiu consideravelmente, e esse fato tem relação direta com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como podemos observar no discurso de Fagner (GF 2):

[...] um dos principais responsáveis do enfraquecimento das EPCs foi a questão da mudança do sistema de ingresso na universidade de vestibular para o Enem. Porque a gente juntava tantas pessoas? Porque era só o PRECE que trabalhava vestibular, então não existia concorrência das escolas, então no momento em que o governo decide que, eu acho que foi um passo positivo, mudar o sistema de ingresso, então não era mais novidade, todas as escolas passariam obrigatoriamente a trabalhar o Enem. Então assim, o grande público do PRECE, em certa medida vinha das escolas, então se na escola já tá trabalhando o Enem pra quê que serve o PRECE, só um reforço? Paralelo a isso, as principais lideranças saíram das EPCs, sem ter feito a história da formação. Então junta todas essas coisas [...].

Como podemos perceber, a mudança do sistema de ingresso na universidade permitindo através da nota do ENEM, as políticas de ação afirmativa do Governo Federal e uma política de ingresso de estudantes da escola pública na universidade por parte da SEDUC-CE colaborou na diminuição do número de estudantes que procuravam as EPCs e por conseguinte, as quantidades de projetos desenvolvidos nas associações que necessitavam de capital humano. Esse também foi um dos fatores que propiciaram a diminuição do ativismo comunitário na Rede PRECE.

Como vimos, o PRECE passou um longo período de sua história a margem da arena política no município. A partir de 2005, passou a atuar de forma mais atuante em projetos de intervenção comunitária contando com a parceria do NUCOM. Em 2008, o Movimento em Defesa da Escola Pública foi o momento de maior efervescência política do PRECE a nível municipal com a criação de uma rede de participação cívica em prol da educação pública, vale ressaltar que se tratava de um movimento suprapartidário. Entretanto,

a partir de 2010, as lideranças do programa político decidiram atuar através do movimento partidário MQQ visando uma atuação direta na política do município. Na nossa visão, uma das causas que também propiciaram a formação de um “capital social emancipatório latente” a nível comunitário tem relação com o fracasso desse movimento político, haja vista que naquele momento as lideranças políticas do PRECE não conseguiam agregar parceiros locais em prol de um novo projeto político para o município, processo que envolve, também, a derrota nas eleições municipais de 2012 do primeiro candidato do movimento a vereador em Pentecoste.

O PRECE se notabilizou pelo impacto educacional fomentado através de sua metodologia de aprendizagem cooperativa gerando um ciclo de reciprocidade que propiciou oportunidades para jovens de origem popular. No entanto, como vimos no capítulo IV, as motivações das lideranças do PRECE sempre estiveram ligadas a uma educação que fosse emancipatória, ou seja, ligada a uma transformação da realidade. Nesse contexto, existia a expectativa que o estoque de capital social gerado no PRECE gerasse impacto político nas comunidades, ou seja, transmutasse em um capital social de emancipação. No entanto, as estratégias de ação política do movimento não geraram o resultado esperado e essa questão está fortemente ligada à maneira como a política partidária foi socializada no movimento.

Segundo Rodrigues (2007), existia no discurso de lideranças do PRECE uma concepção pejorativa de política, que reforçava uma imagem negativa da esfera estatal, como se a sociedade civil por si só pudesse resolver os problemas, as necessidades e demandas da população. Essa visão de que a sociedade civil garantirá por si só a solução de suas mazelas, ocultando a posição fundamental do Estado de ser o garantidor dos direitos básicos conquistados e sacramentados por lei, é criticada por Rodrigues (2007, p. 121):

Essa visão equivocada da sociedade civil e, por conseguinte do Estado privilegia a proposição neoliberal. Tal visão insinua que o mercado pode ser uma boa saída para a crise social; e a participação concentrar-se-ia apenas no sentido de excluir os excluídos de acesso aos bens considerados importantes pela sociedade globalizada. Não há nesse modelo uma perspectiva de transformação social.

Entretanto, a motivação para essa visão negativa de política estava ligada a um sentimento do idealizador do PRECE, Professor Manoel Andrade (EN 1), influenciada pela relação com a própria conjuntura política local:

[...] era o preconceito que eu tinha contra a política né, eu tinha esse preconceito e passava isso pras pessoas, a ideia de que a política não era coisa pra gente honesta e tal [...] eu acreditava que se a sociedade se transformasse ia transformar a política né, a minha crença era essa, se ela mudasse, a política mudaria né (EN1, p. 3).

Segundo Ana Maria (EN 4), as pessoas nunca viram o PRECE como movimento político partidário. As pessoas da comunidade, e os políticos de Pentecoste estimulavam essa não participação do PRECE na política dizendo para as pessoas que o PRECE não deveria se envolver com política partidária. Essa ideia encontrava ressonância no próprio idealizador do movimento (Manoel Andrade), entretanto, para Ana Maria (EN 4) existia um motivo para esse distanciamento:

[...] realmente foi implantado um chip na cabeça das pessoas desde o começo, na verdade a conscientização de que o PRECE não era um movimento político partidário, porque isso? Pra que ele fosse aceito, porque as pessoas de Pentecoste tinha uma cultura de que tudo que se faz em Pentecoste é porque quer se candidatar, é porque tem interesse pessoal na política (EN 4, p. 11).

O distanciamento com a política partidária era uma estratégia de sobrevivência segundo Ana Maria, uma forma se resguardar. Manoel Andrade (EN 1) faz questão de ressaltar sua mudança de perspectiva em relação à política partidária: “[...] Antigamente eu tinha muito preconceito com a política; hoje, eu não tenho preconceito, eu me envolveria numa política, se tivesse um grupo eu me envolveria tranquilamente, sem problema [...]” (ANDRADE, EN1, p. 10).

No entanto, essa visão pejorativa de política influenciou toda uma geração do PRECE de que a política era algo sujo e que se deveria buscar desenvolver o trabalho de forma separada, ou seja, a militância do PRECE se restringia somente à luta por uma educação pública de qualidade. Nesse contexto, a decisão de ingressar na política partidária por parte do grupo que estava à frente do movimento não foi consenso entre lideranças que faziam parte de EPCs gerando um grande conflito no seio do movimento. Podemos observar esse atrito entre lideranças no discurso de Luís (GF 2) e um incômodo de pessoas da comunidade como atesta Alberto (GF 2):

Por mais que a gente pensasse, poxa a gente tem que ter também um viés político de interferir na dinâmica local, na política local, mas isso gerou um grande atrito dentro do grupo, gerou uma grande cisão. Então tinha um grupo, por não ter essa formação política, que achava estranha a política né, negava a política, que a política era uma coisa suja, aquela visão né, e muitas lideranças. Aí começou a gerar muita cisão dentro do grupo e confundiam também, “agora o PRECE é um partido político”, até hoje tem pessoa que tem visão assim “ah enveredou pela política”, é a criminalização local da política, a gente criminalizou a política como uma coisa ruim, que a gente nunca poderia entender. Então acho também gerou uma cisão no grupo, e de lideranças antigas a gente percebe, que quando entrou a questão política aí houve esse rompimento (LUÍS, GF 2).

Houve conflitos, muitas pessoas que confiam na gente, continuam com a mesma imagem, mas tem pessoas, inclusive pessoas próximas, amigos, e às vezes até familiares que acabam mudando completamente a relação que eles têm com você e com o grupo que você faz parte, começam a falar de uma forma completamente

diferente do que falavam antes, então existem conflitos e não são fáceis de lidar não (ALBERTO, GF 2).

Essa cisão interferiu na dinâmica do movimento como um todo, e dividiu opiniões na rede PRECE. Paulatinamente, o PRECE foi perdendo o caráter de movimento social. Esclarecendo que o PRECE até aquele momento tinha uma atuação como movimento político de ação afirmativa que pautava a inclusão de estudantes de origem popular na universidade e a defesa de uma escola pública de qualidade. O conflito é causado por uma mudança de perspectiva nas estratégias de ação política do movimento. O fato é que a aproximação com a política partidária foi fomentada pela insatisfação de lideranças do movimento com o poder público local à época. Como podemos perceber no discurso de Fagner (GF 2):

A participação dos precistas na política partidária eu avalio como um ponto chave na história do PRECE, uma das formas d'gente interferir, causar impacto na nossa comunidade [...] Eu tive essa certeza principalmente depois dos episódios que eu e muitos que estão aqui vivenciamos daquilo que aconteceu lá, do prefeito cortar os transportes do pessoal do interior, cara aquele dia foi um dos dias que eu mais tive nojo não é nem do prefeito em si, mas da política do nosso município [...] historicamente falando, foi acertado porque era uma coisa que a gente precisava fazer, essa coisa de ficar dependendo da vontade de prefeito do interior não vai (FAGNER, GF 2).

No entanto, o movimento partidário não conseguiu se consolidar. A rede social comunitária outrora formada por centrais de associações, sindicatos, e outras organizações da sociedade civil foi sendo desintegrada com a aproximação das lideranças precistas com a política partidária. O movimento partidário não conseguiu articular outras lideranças políticas, e a ideia de liderar um processo pautando um novo modelo político para o município não se efetivou. O movimento não conseguiu agregar nem mesmo o consenso das lideranças na própria rede de associações do PRECE. Restou o lançamento da candidatura para vereador. Entretanto, na visão de Jocélio Moraes (EN 2), a candidatura era um amadurecimento das ideias de interferência direta no município “muitos de nossos projetos não serem colocados em prática no município, e a gente queria colocar em prática, nós tínhamos limitações políticas, aí um representante poderia dar uma contribuição” (EN 2, p. 7). Alguns demonstraram otimismo como podemos observar no discurso de Francisco (GF 1):

[...] eu vejo isso como uma coisa necessária que tem que ter, eu fiquei muito feliz e contente em dar meu voto não numa candidatura individual, mas numa candidatura participativa, acreditando naquilo ali seria um passo abrindo as portas pra muitos outros [...].

No entanto, a candidatura do movimento não obteve êxito, para alguns por conta da cultura política local, por falta de experiência na arena política, outros, pelo modelo de campanha apregoado contra a compra de votos. Vale ressaltar a relação próxima de muitos

familiares de precistas com políticos da região, o que coagia os mesmos a não se envolverem na campanha, ou mesmo, filhos de empregados da prefeitura que tinham receio de retaliação por parte do poder público se “levantassem bandeira” para o candidato do movimento. Somase a insatisfação de alguns membros da rede PRECE com a candidatura de um precista a um cargo eletivo na arena política partidária.

Os eleitores do nosso município ainda não estão preparados para uma campanha do tipo que a gente propôs, não é culpa deles necessariamente, é culpa de um processo faltoso, e eu acho que a gente tem que continuar fazendo, a gente tem que continuar dar esse tipo de alternativa para a população (FERNANDO GF 1).

A nossa política está muito arraigada muito presa aquela questão do coronelismo, do medo de mexer com os poderosos, então, estudante como eu com 20 anos na época, pra me envolver com isso aqui, pra me chocar com a minha mãe, me chocar com a minha irmã, a minha mãe que trabalhava na prefeitura, a minha irmã que trabalhava numa escola particular onde o diretor do colégio era assim com o prefeito, era complicado (FRED, GF 1).

A prova de toda essa crise, é o apoio dos precistas nas campanhas, nós não tivemos, é o indicador negativo dessa crise política dentro do PRECE, que foi a falta de formação política, que foi o chip implantado de que nós éramos apartidários, e justamente degradingolou nessa falta e apatia né (MARIA, GF 2).

Para Jocélio Moraes (EN 2), o PRECE não conseguiu fazer com que a população de Pentecoste pudesse romper as barreiras do conservadorismo, da política tradicional, da política velha, da política da compra de votos “[...] não conseguimos alcançar um público que pudesse pensar junto com a gente” (EN 2, p. 10). Manoel Andrade (EN 1) refletindo sobre o processo eleitoral afirma:

[...] se nós tivéssemos se envolvido politicamente, tivesse ganho a eleição, tivesse pressionado o poder público pra botar o nosso pessoal aqui dentro, nós teríamos um monte de gente morando aqui em Pentecoste e exercendo posições de liderança, e com uma liderança menor discutindo desenvolvimento de acordo com a perspectiva que a gente tinha [...].

A principal consequência do fracasso do movimento político foi a corrosão de um capital social de ponte (PUTNAM, 1995) gerado pela rede PRECE na fase de politização com a formação de uma rede de engajamento cívico que envolvia centrais de associações comunitárias, sindicatos, e outras organizações da sociedade civil. Além da desarticulação de projetos de desenvolvimento político como o Programa de Rádio Coração de Estudante e o Observatório do Eleitor. Após a eleição de 2012, o movimento político foi aos poucos perdendo força com a dispersão das lideranças, alguns deles foram se graduando e seguindo projetos em outros espaços como podemos observar no discurso do coordenador do movimento à época Edilson da Costa (EN 3):

Boa parte foram trabalhar, estudar, o engajamento que eu vejo dessas pessoas que estive mais próximo hoje é bem menor do que na época, até porque as pessoas amadureceram, construíram família, muitas foram participar de concursos em outros locais. Muitos saíram da região, foram ser professores. Outras foram coordenar outras organizações, aquela geração mais antiga, as pessoas normalmente foram tocar sua vida pra frente, foram colaborar com a transformação do mundo mas em outros espaços e de outras formas. Certamente, a educação tem esse poder, quando você aprende alguma coisa você faz questão de carregar, aprenderam muito, a trabalhar com pessoas, a ver as coisas de forma diferente e levaram esses ensinamentos para outras organizações (EN 3, p. 8).

Segundo Jocélio Moraes (EN 2), houve uma grande atuação do movimento entre os anos de 2005 a 2012 no que se refere à questão política, entretanto, percebe-se um vácuo de participação nos últimos anos “o impacto foi maior na parte educacional de formação, do que política, desses últimos 5 anos a nossa atuação política meio que baixou o nível de atuação [...]”. Edilson da Costa (EN 3) comunga da mesma ideia de ausência de participação “[...] impacto político acho muito restrito, muito limitado, o impacto nas organizações sociais eu achava que iríamos influenciar mais, teve uma queda nesse trabalho de organização (comunitária) [...]”.

Esse processo de corrosão do capital social de ponte e a dispersão de lideranças após a derrocada do movimento político, sem um processo de formação de novas lideranças, foi fundamental para o enfraquecimento da participação comunitária e contribuiu para a formação de um “capital social emancipatório latente” a nível comunitário. Nos últimos anos, a diminuição desse ativismo político comunitário do PRECE foi uma tendência e influenciou as formas de participação política de egressos da experiência.

7.4 Capital social de sinergia

Outro processo mais recente que vem contribuindo para a corrosão do capital social comunitário do PRECE é o enfraquecimento da participação comunitária. Ele é resultado do fortalecimento de parcerias institucionais do PRECE e vem se consolidando nos últimos três anos com a criação de uma rede de escolas cooperativas e solidárias.

Com o enfraquecimento do engajamento cívico a nível comunitário, o PRECE vem investindo nos últimos anos na sistematização de sua metodologia de aprendizagem cooperativa. Como vimos no quinto capítulo, o processo de sistematização iniciou-se na universidade, foi potencializado através da parceria com a SEDUC-CE e consolidou-se com a implementação de um modelo de aprendizagem cooperativa em sala de aula na EEEP Alan Pinho Tabosa. Esse novo momento do PRECE é enfatizado na reflexão de Luís (GF 2) “[...] a

escola (EEEP Alan Pinho Tabosa), acho que a escola é uma referência, de sair de um caráter mais ativista (comunitário) para uma institucionalização de tudo aquilo que a gente fez, eu acho que é isso sabe [...]”.

O estabelecimento da parceria com o governo e o trabalho realizado na EEEP Alan Pinho Tabosa aparecem como uma referência como podemos observar no discurso de Edilson da Costa (EN 3), e nos grupos focais (GF) no discurso de Luís (GF 2) sobre a atuação do PRECE atualmente:

Acho que foi o que a gente mais conseguiu avançar com as parcerias com o governo do estado, a escola Alan Pinho Tabosa, com a qual tive prazer de colaborar, acho que foi uma experiência legal, bacana, foi uma experiência que trouxe a experiência do PRECE pra dentro da escola pública, se tivesse mais pessoas ou se o PRECE, através da sua metodologia da aprendizagem cooperativa, pudesse alcançar mais escolas, certamente a gente contribuiria para melhorar a escola pública da nossa região, sem dúvidas (EN 3, p. 9).

A gente às vezes não percebe o impacto político do PRECE né, mas, por exemplo, se nós percebermos hoje, aquele movimento que nasceu lá no Cípo, hoje ele estacionou numa política estadual de educação, entendeu, então tem uma repercussão, a gente, às vezes, não percebe muito. Localmente, por exemplo, aquela escola (EEEP Alan Pinho Tabosa), as EPCs, enfim, além de fazer mudanças locais, mas temos também algo concreto que ainda está vivo, né (LUÍS, GF 2).

Como vimos anteriormente, a consolidação da implementação da metodologia de aprendizagem cooperativa na EEEP Alan Pinho Tabosa, e o desenvolvimento de oficinas de aprendizagem cooperativa nas escolas estaduais influenciou o desenvolvimento, através de uma parceria intersetorial (UFC, SEDUC-CE e ICORES), do novo PRECE (Programa de Estímulo à Cooperação na Escola) com a ideia de criar uma rede de escolas de aprendizagem cooperativa e solidária no Ceará.

O “novo PRECE” é desenvolvido pela Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica (EIDEIA/UFC). O programa forma universitários, professores e estudantes da educação básica para desenvolver uma prática de ensino e aprendizagem protagonista e solidária. Em 2017, com a SEDUC-CE, a Secretaria Municipal da Educação (SME) de Fortaleza e o ICORES, o programa desenvolveu parceria com mais de 60 escolas da rede de ensino público do Ceará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2018).

O programa promove na rede cearense de educação pública o intercâmbio de conhecimentos entre universitários da UFC e estudantes da educação básica da rede estadual. Graduados de diversas áreas recebem formações para propor projetos de apoio às escolas públicas estruturados na metodologia da aprendizagem cooperativa. Os projetos elaborados por bolsistas da UFC nas “Células Autônomas e Solidárias de Aprendizagem Cooperativa” (CASA-C) devem auxiliar na construção de um ambiente escolar público e democrático que

estímulo a participação social e a autonomia intelectual (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS, c2017).

O objetivo é gerar aprendizado através do estímulo à internalização de valores e normas de cooperação e solidariedade através da promoção de um ambiente de confiança entre educandos e educadores, ou seja, a ideia é gerar capital social no âmbito da escola.

A instituição Estado pode empreender ações tanto para fomentar capital social como para prevenir a sua corrosão. Nesse contexto, segundo Higgins (2004, p. 63) “não existem alavancas óbvias para criar capital social”, nesse sentido, a educação é considerada a melhor área para o governo gerar capital social, pois as escolas reforçam as regras e normas sociais.

Para Rothstein (2001), elementos que fazem parte do esboço do conceito de capital social como confiança interpessoal, cooperação, reciprocidade, conhecimento e informações podem ser ampliadas e transmitidas no cotidiano da juventude por meio da educação escolar. Esse processo contribui para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes e de habilidades sociais e virtudes (cívicas) que vão para além do âmbito cognitivo.

Esse novo PRECE está ligado a uma perspectiva sinérgica de promoção do capital social, na qual enfatiza o papel da sociedade civil na construção de redes sociais e na proposição de políticas públicas em conjunto com o Estado para a elaboração de propostas institucionais (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000), na perspectiva de Evans (1996b) são “relações entre governos e grupos de cidadãos engajados que se reforçam mutuamente”. Segundo o autor, esse conceito questiona uma dicotomia entre correntes teóricas que colocam em contraposição o papel central das instituições públicas nos processos de desenvolvimento, e o potencial da sociedade para solucionar problemas, baseado no capital social das comunidades (EVANS, 1996b).

A sinergia Estado-sociedade guarda relação com a teoria culturalista de Putnam (1996), pois tanto ele como Evans (1996b) acreditam que a sinergia implica que o engajamento cívico fortalece as instituições estatais, ao mesmo tempo que instituições estatais efetivas criam um ambiente no qual o engajamento cívico tem mais probabilidade de ocorrer. No entanto, para que essa sinergia ocorra depende das características sociais e políticas pré-existentes, e cuja modificação só pode ocorrer em longo prazo, por exemplo, estoques de capital social pré-existentes. Entretanto, Evans (1996b) defende uma perspectiva que ele chama de “construtibilidade”, ou seja, a possibilidade em um espaço relativamente curto de tempo de se construir sinergia através de uma aplicação criativa de novas formas de

construção institucional e mudança organizacional, sem restrição em relação a atributos sociopolíticos.

A estruturação desta relação de sinergia ocorre a partir da combinação de dois elementos fundamentais: complementaridade e empoderamento (EVANS, 1996b). A complementaridade consiste numa clara divisão do trabalho entre o Estado e a sociedade, onde o primeiro está capacitado a oferecer uma certa quantidade de bens e serviços que irão complementar as atividades específicas que podem ser realizadas de forma mais eficiente pelo segundo; a noção de empoderamento, por outro lado, remete para a ideia de uma interpenetração entre as esferas do estado e da sociedade, favorecendo a interação entre os cidadãos e os agentes do estado (EVANS, 1996b). A sociedade estaria assim, “embebida” de funcionários do estado ao passo que este se tornaria mais permeável às demandas da primeira.

Diante da legitimidade dada pelo Estado às iniciativas das organizações sociais, admite-se que houve avanços recentes nas políticas públicas (FRANÇA, 2010), ONGs, juntamente com outros atores da sociedade civil, a buscaram institucionalizar suas ações. A relação das ONGs com governos estaduais (caso do ICORES, por exemplo), a ocupação de determinados cargos da administração estadual por atores oriundos das organizações e movimentos da sociedade civil contribuem para influenciar os processos de decisão e implementação de políticas públicas, possibilitando o acesso a recursos públicos por tais organizações. Para ilustrar, durante o período de desenvolvimento de oficinas de aprendizagem cooperativa para estudantes e professores na rede pública estadual, o setor de protagonismo da SEDUC-CE foi ocupado por alguns profissionais oriundos da rede de aprendizagem cooperativa do PRECE na UFC.

Vale ressaltar aqui alguns aspectos que são favoráveis a práticas de coprodução e sinergia das relações Estado e sociedade: a possibilidade de complementariedade, ou seja, compartilhamento de insumos e possibilidade de cooperação; descentralização organizacional nas entidades públicas; a presença de atores de organizações e movimentos sociais no aparelho do Estado; empreendedorismo de agentes públicos; e iniciativas pontuais e esporádicas de colaboração. No que concerne às limitações ao processo: as mudanças de governo; problemas administrativos-burocráticos; e condições de concorrência aos recursos públicos (MARINHEIRO; CORDEIRO NETO, 2014).

No entanto, não nos atemos em nossa pesquisa a analisar os aspectos favoráveis e limitantes na estruturação do processo de sinergia entre ICORES, universidade (UFC) e Estado (SEDUC), no tocante ao desenvolvimento do projeto de aprendizagem cooperativa na rede estadual de ensino. Nossa intenção momentânea foi perceber como se configurou no

PRECE o seu estoque de capital social numa dimensão sinérgica. Percebemos analisando o fluxo de capital social do PRECE, que houve uma mudança de perspectiva em relação à ação educacional e política. A estratégia de outrora de transformação da realidade a partir de um trabalho de base comunitária foi direcionada para uma ação mais institucional, na perspectiva de uma sinergia Estado-sociedade, visando unir esforços em prol de um ensino de qualidade e na promoção de capital social na educação. Uma perspectiva de intervenção da realidade agora por vias institucionais.

No entanto, esse processo traz consequências como o enfraquecimento do trabalho das EPCs a nível local e a diminuição do ativismo político comunitário. Carlos (GF 2) enfatiza, desde a criação da EEEP Alan Pinho Tabosa, o estabelecimento de um trabalho mais voltado para a escola pública, além do impacto negativo na militância. Ana Maria (EN 4), por sua vez, resume em poucas palavras essa nova fase do PRECE:

[...] tem a escola e agora a escola que vai agregar tudo, a importância é a escola e tudo, pra mim tem essa visão. E tem muito essa questão que aumentou o foco na escola pública né, as pessoas que estão atuantes aqui em Fortaleza, por exemplo, são muito o foco na escola pública, pouco foco na parte de luta social entendeu, acho que também tem essa questão assim, afastou um pouco desse foco [...] (CARLOS, GF 2).

Eu poderia até dizer que o PRECE não formal acabou, o PRECE ONG, o PRECE movimento social acabou, o PRECE que existe hoje é o PRECE formal, é o PRECE educação formal, como se ele tivesse sido absorvido pela instituição formal de educação, pela escola pública, que era realmente o desejo, o professor Manoel sempre dizia né? A escola pública hoje, os gestores, os governos, eles estão realmente muito interessados no PRECE [...] a UFC ela hoje é o PRECE, ela pegou o PRECE, a UFC pescou o PRECE, o PRECE hoje tá dentro da UFC, e está dentro da escola pública, está dentro da Secretaria de Educação do Estado, está na Prefeitura de Fortaleza, está na EEEP Alan Pinho Tabosa (EN4, p. 8).

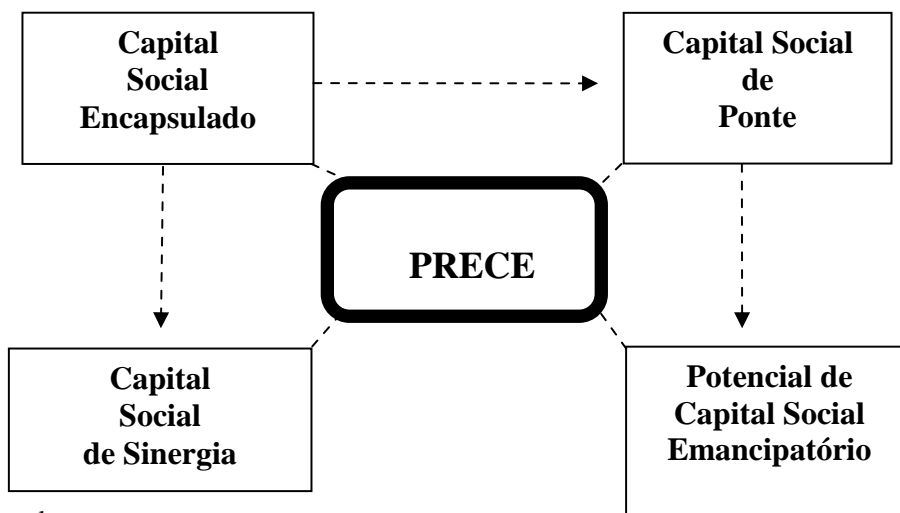
A fala de Ana Maria (EN 4) é elucidativa para compreendermos a mudança de conjuntura do PRECE nos últimos anos. Há uma corrosão do capital social comunitário e o fortalecimento da dimensão sinérgica do capital social através de parcerias entre Secretarias de Educação, universidade e ICORES, visando a formação de capital social a partir da educação.

Percebemos que no projeto do “novo PRECE” de criação de uma rede de cooperação e solidariedade nas escolas, o capital militante em torno da educação pública continua, vista como um instrumento gerador de oportunidades e um ambiente democrático de estímulo à participação social. Estudos sobre cultura política e juventude (SCHMIDT, 2000; NAZZARI, 2003) sinalizam para o importante papel da escola como agência socializadora

contribuindo na formação de atitudes e comportamentos cívicos entre jovens (SILVEIRA; AMORIM, 2005). Nesse contexto, o processo de socialização política no ambiente escolar pode orientar a juventude para o desenvolvimento de uma maior cidadania e participação política.

Em consonância com nossa pesquisa sobre os estoques de capital social do PRECE desde de 2009, seguimos o fluxo de capital dessa experiência refletindo a partir de suas fases, seus impactos no campo educacional e político. A seguir apresentamos os estoques de capital social do PRECE durante esses 23 anos e tecemos um comentário acerca de cada um dos constructos enfatizando o seu período de maior pujança na cronologia histórica do movimento.

Figura 10 – Os estoques de capital social do PRECE



Fonte: elaborada pelo autor.

Como vimos no quarto capítulo do presente trabalho, os primeiros anos do PRECE são marcados pela formação de um tipo de *capital social encapsulado* (PUTNAM, 1995), ou seja, interações sociais pautadas em relacionamento intra-grupos reforçando as identidades e os laços comunitários, correspondendo as relações sociais comunitárias dos indivíduos. No caso do PRECE esse tipo de capital social foi potencializado pelas relações de cooperação e solidariedade no pequeno grupo, onde nesse primeiro momento, o objetivo era a sobrevivência e o fortalecimento do grupo. Período marcado pela forte influência de uma forma de capital social familiar e da filosofia cristã. Objetivo principal era a escolarização dos membros do grupo visando o seu empoderamento individual. Através do desenvolvimento de projetos educacionais foram sendo geradas relações de confiabilidade e reciprocidade entre os membros dos grupos, além de potencializar o aspecto organizativo. Segundo nossas pesquisas

em 2009 sobre a rede PRECE, este tipo de capital social apresentou elevados níveis entre os membros dos grupos.

O *capital social de ponte* (PUTNAM, 1995; MONASTERIO, 2000a) gerado no PRECE está relacionado às conexões do PRECE em relação a outros grupos externos na comunidade, responsável por gerar reciprocidades e identidades mais abrangentes e criar laços de conectividade com diversos grupos diferentes. Permitiu que os indivíduos estabelecessem relações sociais e tivessem acesso a informações no meio externo a seu grupo / comunidade. Como vimos no quinto capítulo, o processo de geração desse tipo de capital social no PRECE inicia com a fase de multiplicação das associações estudantis e tem seu auge no Movimento em Defesa da Escola Pública com a formação de uma rede de engajamento cívico na comunidade. O objetivo é o empoderamento comunitário dos membros do grupo e a formação de um capital social de emancipação.

O *Potencial de Capital Social Emancipatório* (BAQUERO, 2013; VASCONCELOS, 2014) é resultado de um processo de socialização política de forma manifesta (ALMOND; COLEMAN, 1969) através da internalização de valores e atitudes democráticas por parte dos integrantes do PRECE, a partir do envolvimento mais direto do PRECE com a política (2005-2012) através do desenvolvimento de projetos de controle social e governança, comunicação social e projetos de apoio à escola pública. Esse potencial de capital social emancipatório influenciou o comportamento político de egressos da experiência do PRECE, no entanto, não gerou um capital social de emancipação no sentido de contribuir para uma participação política efetiva no âmbito comunitário. Nesse contexto, esse potencial de capital social transmutou em um “capital social emancipatório latente” a nível comunitário.

O *capital social de sinergia ou institucional* (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000; EVANS, 1996b; MONASTERIO, 2000a) descreve as relações sociais existentes entre o Estado e a sociedade civil que podem ser verticais, como no caso das ligações verticais entre os pobres e as pessoas ocupantes de postos de decisão em organizações formais; ou horizontais, no caso de uma relação de complementariedade entre sociedade civil e ambiente institucional. Esse é o estágio que se encontra o capital social do PRECE atualmente, um ativo social a ser utilizado para fomentar, em parceria com a universidade (UFC) e a SEDUC-CE, a formação de uma rede de escolas cooperativas e solidárias no estado do Ceará, no sentido de gerar a formação de uma capital social de segunda ordem, nesse caso, no âmbito da educação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referente pesquisa está incluída no ensejo de trabalhos que buscam identificar a relação positiva entre capital social e participação política. Uma das premissas desse recurso é que o capital social é gerado a partir de interações interpessoais que geram laços de confiabilidade, que por sua vez geram cooperação. Esse trabalho foi uma continuidade de uma pesquisa realizada no âmbito da rede de EPCs do PRECE em 2009. Naquela feita nossa intenção era, primeiramente, avaliar o PRECE como uma manifestação ativa de capital social e as condições objetivas de promoção de uma educação focada no desenvolvimento das comunidades e sua emancipação. Percebemos através de nossas análises altos estoques de capital social “encapsulado” e de “ponte”, além da importância de uma educação transformadora e emancipatória focada no desenvolvimento comunitário. Buscamos ampliar a pesquisa na perspectiva de que a participação em associações horizontais e voluntárias produzem normas de cooperação, reciprocidade e confiança entre seus membros, sendo esta a energia necessária para uma participação política efetiva.

Nesse contexto, foram analisados indivíduos que tiveram uma trajetória ligada ao movimento do PRECE, que ingressaram na universidade, retornaram para desenvolver projetos comunitários, mas que atualmente, já se encontram graduados e desligados do movimento. Dentre os objetivos propostos, avaliamos na perspectiva da socialização educacional e política, até que ponto ter participado da experiência do PRECE influenciou positivamente no comportamento desses indivíduos no que se refere a uma maior participação política na sociedade.

A pesquisa teve como *hipótese central* a premissa de que estoques de capital social do PRECE geraram empoderamento cidadão e um elevado potencial de capital social emancipatório influenciando positivamente nos níveis de participação política (convencional e não convencional) de egressos da experiência. Nesse contexto, postulamos um modelo de trajetória de participação política e, em seguida, através da complementariedade entre dados quantitativos e qualitativos, analisamos as possíveis contradições desse modelo. Assim, postulou-se um modelo de trajetória com as seguintes hipóteses obtendo os seguintes resultados:

- *Quanto maior o empoderamento cidadão e o potencial de capital social emancipatório; maior a participação política de egressos da experiência.*

Os dados quantitativos demonstraram uma relação de significância entre as variáveis, quando esmiuçamos as variáveis que compõem os índices de empoderamento cidadão percebemos que aquelas ligadas a uma dimensão psicológica de empoderamento, como “nível de felicidade”, “poder para tomar decisões que afetam suas vidas”, e dimensões políticas, como “interesse por política” e “satisfação pela democracia”, colaboram para a elevação dos índices de empoderamento cidadão. Os dados demonstraram uma predisposição à participação e à reivindicação por parte dos egressos (dimensão atitudinal), sendo que praticamente a metade deles afirmou que o maior benefício em participar do PRECE foi a oportunidade de engajamento com problemas comunitários. Na análise dos grupos focais (GF), percebemos que os participantes enfatizaram o empoderamento individual como uma forma de capacitar-se para colaborar com a família e a comunidade. Houve um descontentamento com os rumos da conjuntura política, ou seja, os egressos não concordam com a forma como o país está sendo governado, mas não contestam o regime democrático, demonstrando interesse pela política e apego à democracia. A maioria relatou que apesar da desmotivação com a política atual ainda estaria disposto a reivindicar por causas comuns na comunidade (GF);

A relação entre as variáveis foi significativa, no entanto, vale ressaltar que o efeito sobre a participação política incide sobre a participação convencional (voto, campanhas eleitorais), mas, sobretudo, sobre novas modalidades de participação, como campanhas informativas na internet, abaixo assinados e petições *on-line*. A participação nas eleições é alta apesar do descontentamento com a classe política e a participação política ocorre através das redes sociais, manifestações e protestos principalmente contra reformas do governo federal. Concluímos que a primeira hipótese foi corroborada.

- *Quanto maior o empoderamento cidadão; maior o potencial de capital social emancipatório.*

Não há, do ponto de vista quantitativo, uma relação explicativa unidirecional e direta entre o potencial de capital social emancipatório e o empoderamento cidadão, embora essas duas variáveis de forma concomitante incidam influência sobre a participação política. A baixíssima variabilidade das respostas (maior parte da amostra apresentou valores maiores do que 1) podem explicar essa não significância entre as variáveis. No entanto, ao cruzarmos dados quantitativos do questionário com os dados dos grupos focais percebemos uma contradição entre essas variáveis. A análise da variável “ação política / participação comunitária” que engendra o conceito operacional de Empoderamento Cidadão, e guarda

relação direta com o Potencial de Capital Social Emancipatório (predisposição em participar na resolução de problemas comunitários), apresentou uma baixa participação comunitária dos egressos da experiência, ou seja, tem-se uma elevada predisposição à participação e baixa participação comunitária.

Nas análises qualitativas, percebemos tanto em entrevistas com lideranças como nos discursos nos grupos focais, que os participantes do PRECE desenvolveram um empoderamento individual que influenciou no acesso à escolarização superior e na qualidade de vida dos mesmos, entretanto, houve, principalmente após a fase de politização do PRECE, uma diminuição do ativismo comunitário que influenciou na baixa participação comunitária de membros ativos e egressos da experiência. Quanto ao Potencial de Capital Social Emancipatório dos egressos, o mesmo não gerou um impacto efetivo na comunidade do ponto de vista político, ou seja, percebemos um estoque de capital social emancipatório latente a nível comunitário.

A correlação entre Empoderamento Cidadão e Potencial de Capital Social Emancipatório não teve significância. Logo, a *hipótese II* não foi corroborada.

-Quanto maior a confiança interpessoal; maior o nível de participação política dos egressos do PRECE.

Como vimos anteriormente, a confiança interpessoal no PRECE é produto das normas de cooperação, de reciprocidade e confiança que foram sendo internalizadas pelos participantes facilitando ações coordenadas para o alcance dos objetivos comuns. No caso dos egressos do PRECE, nossos dados demonstraram uma ênfase tanto na confiança particularizada (elevado índice de confiança na “família” e “amigos”) quanto nos níveis de confiança generalizada (em relação “às pessoas em geral”). Concluímos que esse resultado decorre do fato destes indivíduos, ao acumularem a experiência de participarem de associações voluntárias pautadas em relações de cooperação, desenvolverem uma predisposição a relações de confiabilidade. Essa predisposição à confiança é resultado da internalização de valores e normas sociais através de um processo contínuo de socialização educacional e política, portanto, esses indivíduos estão mais propensos a desenvolverem interações interpessoais com pessoas desconhecidas. Nesse contexto, os níveis de confiança interpessoal estimulam a participação no sentido de conferir maior previsibilidade à conduta dos indivíduos, ou seja, os egressos do PRECE estão mais propensos a se envolverem em ações coletivas e a cooperarem com desconhecidos. Nesse sentido, o estoque de capital social do PRECE gerou confiança, cooperação social e compromisso cívico e influenciou a conduta

de egressos da experiência. Os dados da pesquisa demonstraram a relação direta entre confiança interpessoal e participação política. Logo, a *hipótese III* foi corroborada.

-Quanto maior a confiança institucional; maior o nível de participação política de egressos do PRECE.

Nos estudos sobre participação política e confiança institucional os baixos níveis de confiança nas instituições denotam pouca adesão dos cidadãos em relação ao regime democrático. Os dados quantitativos mostraram um índice razoável de confiança institucional, entretanto, baixos níveis de confiança em relação a instituições políticas. Vale ressaltar, que a desconfiança nas instituições políticas por parte dos egressos do PRECE não influenciaram negativamente em seus níveis de participação. Ao nos debruçarmos sobre os dados qualitativos, percebemos nos discursos dos participantes que a desconfiança nas instituições políticas sofre influência direta da conjuntura política no país marcada pelo esgarçamento das instituições e crise de representatividade. Realizando uma correlação de dados percebemos que a corrosão da confiança institucional dos egressos em relação às instituições políticas, contrasta com os dados de “satisfação com a democracia” denotando que a insatisfação é com o funcionamento do modelo e não com o regime democrático. Em relação à confiabilidade das instituições, duas delas se destacam: a escola pública e a igreja. A primeira sofre um efeito condicional do engajamento militante dos egressos em prol da educação pública desde que ingressaram no PRECE e, posteriormente, o envolvimento em projetos de apoio à escola pública; a segunda guarda um dado peculiar, a confiança é resultado de uma influência cristã associada a crença em uma transformação da realidade internalizada desde os primeiros anos do projeto. Interessante que o ativismo religioso da experiência do PRECE contrasta com o ativismo evangélico conservador que impera no país atualmente, marcado pelo falso moralismo em relação aos costumes e conservadorismo político. No que se refere ao ativismo religioso precista, percebemos nos discursos dos participantes dos grupos focais (GF), um viés progressista no sentido de uma transformação da realidade marcada pela exclusão social.

Vale ressaltar que foi perceptível na pesquisa que enquanto os níveis de confiança interpessoal aumentavam os de confiança institucional diminuía, ou seja, os níveis de confiança interpessoal e confiança institucional correlacionaram-se significativa e inversamente. Quanto a predição da confiança institucional em relação a participação política, o modelo não teve significância. Logo, a *hipótese IV* não foi corroborada.

Quanto aos objetivos delimitados nessa pesquisa (Quadro II) acreditamos que conseguimos alcançá-los. Avaliamos a existência de elevado nível de empoderamento cidadão

e potencial de capital social emancipatório e percebemos sua influência direta nos níveis de participação política dos egressos; analisamos os níveis de confiança interpessoal e confiança institucional e percebemos que as variáveis influem de formas diferentes na participação política dos egressos: a primeira se relaciona de forma direta e explicativa, a segunda não influi nos níveis de participação política dos egressos; Avaliamos o processo de socialização educacional e política dos egressos e percebemos que a participação na Rede PRECE contribuiu para um maior interesse frente às questões coletivas em suas comunidades, a partir de novas forma de participação política. Portanto, no que concerne ao objetivo geral da pesquisa, percebemos que o PRECE, na perspectiva de um espaço de socialização educacional e política, empoderou seus participantes influenciando nos níveis de participação política dos egressos da experiência.

No entanto, concluímos que nossa *hipótese central* foi parcialmente confirmada, pois percebemos algumas contradições presentes no modelo de participação política ao compararmos os dados quantitativos e qualitativos. Por exemplo, há de fato uma influência direta do Empoderamento Cidadão e do Potencial de Capital Social Emancipatório do PRECE nos níveis de participação política dos egressos com elevados índices de ambas as variáveis. No entanto, ao analisarmos outras questões do QI-PCE e cruzarmos os dados quantitativos e qualitativos, percebemos que os egressos do PRECE foram empoderados do ponto de vista individual, possuem um elevado interesse por política, satisfação com a democracia e confiança interpessoal, entretanto, apresentam níveis baixos de empoderamento comunitário, haja vista que mais de 60% não participaram efetivamente de atividades em suas comunidades nos últimos meses. Esse fato torna-se perceptível ao observarmos que o nível de participação não convencional é alto, principalmente através de um ativismo *on-line* em redes sociais, campanhas de informações *on-line*, manifestações e protestos. Entretanto, há uma baixa participação comunitária e um baixo envolvimento em organizações da sociedade civil organizada. Ou seja, há empoderamento individual, mas um déficit de empoderamento comunitário.

O capital social “encapsulado” e de “ponte” gerado no PRECE gerou empoderamento individual e geração de capital humano, impactou os resultados no âmbito educacional com o ingresso de estudantes de origem popular na universidade; a formação de um programa de aprendizagem cooperativa na universidade (UFC); e a proposição de um novo modelo de escola influenciado pela metodologia de aprendizagem cooperativa precisa.

No entanto, o PRECE não conseguiu influir do ponto de vista político da mesma maneira que do ponto de vista educacional. Há muito impacto do ponto de vista individual,

mas pouco impacto do ponto de vista comunitário. O potencial de capital social emancipatório não reverberou em um impacto político na comunidade, ou seja, o capital social do PRECE não gerou capital político, e, nesse contexto, percebemos um estoque de “capital social emancipatório latente” a nível comunitário. Indicamos algumas causas que explicaram esse fato, vejamos: uma falha no processo de socialização política principalmente no que se refere à formação de novas lideranças juvenis na comunidade; a mudança de perspectiva da liderança que compunham o PRECE em 2010, com uma ênfase na sistematização da metodologia através de parcerias institucionais que contribuiu, à posteriori, para o fortalecimento da sinergia entre PRECE, SEDUC-CE e UFC, e o enfraquecimento da rede de associações comunitárias (EPCs); a própria cultura política do município que dificulta a formação de uma nova cultura de participação demonstrada no fracasso do próprio MQQ na viabilização de um projeto político que culminou na derrota do candidato a vereador nas eleições de 2012, na dispersão das lideranças após a eleição e, conseqüentemente, no fim do movimento político partidário. O capital social do PRECE não gerou impacto político nas comunidades no sentido de influir numa mudança na cultura de dependência potencializada por vícios políticos. Entretanto, é perceptível o impacto no comportamento político dos egressos da experiência do ponto de vista de consciência crítica da realidade, interesse e participação política.

Podemos, principalmente nos últimos cinco anos, perceber uma mudança de estratégia de ação política e educacional do PRECE, que se desloca do âmbito comunitário para o institucional, primeiramente, no interior da universidade e, posteriormente, em direção à escola pública. Pautada numa nova estratégia de intervenção direta na educação pública, no sentido de gerar sucesso acadêmico através de uma metodologia educacional (aprendizagem cooperativa), mas, também, a perspectiva de gerar capital social na educação. Esse é um dos objetivos do Programa de Estímulo à Cooperação na Escola (PRECE), que propõe a expansão de uma rede de escolas de aprendizagem cooperativa e solidária que tem como referência a história do PRECE (movimento educacional) e o trabalho realizado na EEEP Alan Pinho Tabosa (primeira escola de aprendizagem cooperativa na rede estadual). Através de uma perspectiva de sinergia em um processo de complementariedade e cooperação de esforços entre PRECE (ONG), UFC (universidade) e Estado (SEDUC-CE) objetiva-se a implementação de um novo modelo de escola pautada na internalização de valores e normas de cooperação, solidariedade e reciprocidade indireta.

Finalizamos esse estudo sobre o capital social da Rede PRECE e a relação com a participação política de seus membros egressos com a certeza de que temos muito a

compreender e refletir sobre a teia de relações sociais imbricadas nesse movimento educacional e político que guarda de forma peculiar suas complexidades. Percebemos que essa pesquisa não se esgota com o presente trabalho, pois uma rede de capital social potencializada por uma sinergia institucional está em curso no seio das escolas públicas cearenses. Nesse contexto, pensamos ter dado nossa contribuição para aqueles que adentrarem nesse espaço de relações de confiança, cooperação, reciprocidade e conflitos inerentes aos dilemas da ação coletiva.

REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1. sem.. 1999.
- ALMOND, G.; COLEMAN, J. (Org.). **A política das áreas em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1969.
- AVENDAÑO, A. A. PRECE: caminhadas de sujeitos comunitários. *In*: XIMENES, V. M.; AMARAL, C. E. M.; REBOUÇAS JR, F. G. **Psicologia Comunitária e Educação Popular: Vivências de Extensão/Cooperação Universitária no Ceará**. Fortaleza: LC, 2008. p. 41-50.
- BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. [S.l.: s.n.], 2003.
- BANFIELD, E. C. **The Moral Basis of a Backward Society**. New York: The Free Press, 1958.
- BAQUERO, M. (Org.) **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- _____. **Cultura(s) Política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- _____. **Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- _____. Formas alternativas e participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 165-186, out. 2004.
- _____. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34, jul. 1997.
- _____. **Qual democracia para América Latina? Capital social e empoderamento são a resposta?** Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.). **Capital social e teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BAQUERO, M.; MORAIS, J. A.; VASCONCELOS, C. Construindo capital social em contextos de assimetria de poder: uma análise dos atingidos por hidrelétricas no Brasil. *In*: PASE, H.; BAQUERO, M. (Org.). **Desenvolvimento Hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 57-105.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social?: uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722/17099>>. Acesso em: 8 out. 2017.

BARBOSA, M. S. **Relações entre os valores do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE) e os valores humanos de seus participantes**. 2016. 230f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21860/1/2016_dis_msbarbosa.pdf>. Acesso em: 4 set. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARNES, S. H.; KAASE, M. (Ed.). **Political Action: mass participation in five western democracies**. Beverly Hills: Sage, 1979.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar, como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BOURDIEU, P. El capital social: apuntes provisionales. *In*: HERREROS, F.; FRANCISCO, A. de. (Comp.). **Capital Social: Zona Abierta 94/95**. [S.l.: s.n.], 2001. cap. 3.

_____. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**, [S.l.], v. 31, p. 2-3, 1980.

_____. **O poder simbólico**. 15. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRADY, H. E.; SCHLOZMAN, K. L.; VERBA, S. Beyond Ses: a resource model of political participation. **The American Political Science Review**, [S.l.], v. 89, n. 2, p. 271-294, 1995.

BRYMAN, A.; CRAMER, D. **Quantitative data analyses with SPSS Release 12 and 13: a guide for social scientists**. New York: Routledge, 2005.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civil Brasileira, 2002.

CASTAÑEDA, M. Uma fábrica de campanhas com a internet: Avaaz e configurações de um contrapoder. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 17., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2015.

COHEN, J. Trust, voluntary association and workable democracy: the contemporary American discourse of civil society. *In*: WARREN, M. E. (Ed.). **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 208-248.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Social capital and the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, p. 95-120, 1988. (Supplement).

CORADINI, O. L. Escolarização, militância e posições políticas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2006.

DAHL, R. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

DALTON, R.; SICKLE, V. A.; WELDON, S. The individual-institutional nexes of protest. **British Journal of Political Science**, Cambridge, n. 40, p. 51-73, 2009.

DURSTON, J. **Capital social**: parte del problema, parte de la solución: su papel em la persistência y la superación de la pobreza em la América Latina y el Caribe. Santiago Del Chile: CEPAL, 2001.

EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in political system**: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

EVANS, P. Government action, social capital and development. *In*: EVANS, P. (Ed.) **State-society synergy**: government and social capital in development. Berkeley: University of California, 1997.

_____. Government Action, Social Capital and Development: reviewing the evidence on synergy. *In*: EVANS, P. (Org.). **State-society synergy**: government and social capital in development. Berkeley: International and Area Studies, 1996b. p. 178-206.

_____. Introduction: development strategies across the public-private divide. *In*: EVANS, P. (Org.). **State-society synergy**: government and social capital in development. Berkeley: International and Area Studies, 1996a. p. 1-10.

FARIAS, M. F. O telensino no cenário nacional e local das políticas de educação a distância. *In*: NUNES, João Batista. Carvalho (Org.). **Telensino**: percursos e polêmicas. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001. p. 19-43.

FIELD, A. **Descobrimdo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILLIEULE, O. Propositions, pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, [S.l.], v. 51, n. 1, p. 199-217, 2001.

_____. Some elements of an interactionist approach to political disengagement. **Social Movement Studies**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 1-15, Jan. 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, C. G. Participação social na organização da agenda e na gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural. **Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)**, [S.l.], v. 1, p. 65-81, 2010.

FRANCO, A. **O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo em capital social para promover desenvolvimento comunitário**. Brasília, DF: AED, 2004.

FREIRE, A. O. G. **Engajamento cívico e capital social: um estudo empírico sobre o papel da confiança interpessoal para a resolução dos dilemas da ação coletiva**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

_____. Engajamento cívico e capital social: um modelo interativo para o efeito da confiança interpessoal. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 273-290, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000200273>. Acesso em: 7 nov. 2017.

FREIRE, P. O que é “método dialógico” de ensino? O que é uma “pedagogia situada” e *empowerment*? In: FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. cap. 4.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P.; GADOTTI, M.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FUKUYAMA, F. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradativa, 1996.

GAMBETTA, D. Can We Trust Trust? In: GAMBETTA, D. (Org.). **Trust: Making and Breaking Cooperative Relations**. Oxford: University of Oxford, 2000. cap. 13.

GODBOUT, J. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Effective evaluation**. São Francisco: Jossey-Bass, 1981.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARDIN, R. Do we want trust in government? In: WARREN, M. E. (Ed.). **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 22-41.

_____. The Street-Level Epistemology of Trust. **Analyse and Kritik**, v. 14, n. 2, p. 152-176, 1992.

HIGGINS, S. S. **O capital social está na moda: análise para sua reconstrução teórica.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

HILLYGUS, D. Sunshine. The missing link: exploring the relationship between higher education and political engagement. **Political Behavior**, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 25-47, Mar. 2005.

HUSTIN, L.; DENK, T. The black box problem in the study of political participation. *In*: CINEFOGO WP WORKSHOP METHODOLOGICAL CHALLENGES IN CROSS-NATIONAL PARTICIPATION RESEARCH, 11., 2009. **The Hague**, Jan. 2009. p. 16-19.

INGLEHART, R. Globalization and Postmodern Values. **The Washington Quarterly**, Washington, v. 23, n. 1, p. 215-228, 2000.

_____. The Renaissance of Political Culture. **The American Political Science Review**, Washington, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, Dec. 1988.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultura e democracia: a sequência do desenvolvimento humano.** São Paulo: Francis, 2005.

JACKMAN, R. W.; MILLER, R. A. Social Capital and Politics. **Annual Review of Political Science**, California, v. 1, p. 47-72, 1998.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. **Aprender juntos e solos: aprendizagem cooperativa, competitivo e individualista.** Buenos Aires: Aique Grupo, 1999.

JOHNSON, J. Conceptual Problems as obstacles to progress in political science: four decades of political culture research. **Journal of Theoretical Politics**, London, v. 15, n. 1, p. 87-115, Jan. 2003.

JORNAL TRIBUNA DO ESTUDANTE. Pentecoste, ano 4, n. 15, p. 2, 1 mar. 2004.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagetdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213115340.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social.** São Paulo: Cortez, 2001.

KRUEGER, Richard. **Designing and conducting focus group interviews.** Minnesota: University of Minnesota, 2002.

LATINOBARÓMETRO. **Banco de dados.** [S.l.], 2017.

LEVI, M. A State of Trust. *In*: LEVI, M. (Ed.). **Trust and governance.** New York: Russel Sage Foundation, 1998. cap. 4.

_____. Social and unsocial capital: review of Robert Putnam's Making Democracy Work. **Politics and Society**, [S.l.], n. 24, p. 45-55, March 1996.

LLERAS, C. Path Analysis. **Encyclopedia of social measurement**, [S.l.], v. 3, p. 25-30, 2005.

LORDELO, J. A.; DAZZANI, V. **Estudo com estudantes egressos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARINHEIRO, J. E. M.; CORDEIRO NETO, J. R. Desafios à co-produção e à sinergia Estado-Sociedade na gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise de experiências em curso no Semiárido brasileiro. **Cadernos Gestão Social**, [S.l.], v. 5, p. 115-129, 2014.

MATOS, H. Capital social, Internet e TV: Controvérsias. **Organicom**, [S.l.], ano 5, n. 8, p. 24-35, 2007.

MEMORIAL DO PRECE. Fortaleza, c2017. Disponível em: <<http://memorialdoprece.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 5 set. 2017.

_____. **Os anúncios e prenúncios do PRECE**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://memorialdoprece.blogspot.com.br/2013/06/os-anuncios-e-prenuncios-do-prece.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MENEZES FILHO, N. **Os determinantes do desempenho escolar no Brasil**. São Paulo: USP, 2007.

MOISÉS, J. A. (Org.). **Democracia e confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: EDUSP, 2010.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 65, p. 71-94. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n65/a04n65.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação como regime: o caso do Brasil. *In*: MOISÉS, J. A. (Org.). **Democracia e confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: EDUSP, 2010. cap. 5.

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.

MONASTERIO, L. M. **Capital social e crescimento econômico: mecanismos**. Pelotas: UFPEL, 2000a.

_____. **Putnam no Pampa: capital social e a metade sul do RS**. Pelotas: UFPEL, 2000b.

MONTERO, M. **Hacer para transformar: el método de la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MORAES, J. S. **Conselho Municipal de Segurança Pública de Pentecoste**: uma experiência de manifestação ativa de participação popular. Monografia (Graduação) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MORAIS, J. A. **Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. 2017. 286 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MORGAN, D.; KRUEGER, R. When to use focus groups and why. *In*: MORGAN, D. (Ed.). **Successful Focus Groups**: advancing the state of the art. Newbury Park, CA: Sage, 1993. p. 3-20.

MOROZOV, E. **To save everything, click here**. Philadelphia: Public Affairs Press, 2013.

MOVIMENTO em defesa da escola pública. Pentecoste, 2008. Disponível em: <<http://movescolapublica.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Pentecoste, c2017. Disponível em: <<http://movescolapublica.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

NARAYAN, D. Bonds and bridges: social capital and poverty. *In*: ISHAM, J.; KELLY, T.; RAMASWAMY, S. (Ed.). **Social capital and economic development**: well-being in developing countries. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. p. 1-44.

NARAYAN, D.; PRITCHETT, L. Cents and sociability: household income and social capital in rural Tanzania. **Economic Development and Cultural Change**, v. 47, n. 4, p. 871-97, Jul. 1999.

NAZZARI, R. K. **Capital social, cultura e socialização política**: a juventude brasileira. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Visibilidade e empoderamento dos jovens na política pública brasileira. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA: TENDÊNCIAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010. p. 3-24.

NEWTON, K. Mass media effects: mobilization or media malaise? **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 29, n. 4, p. 577-599, Oct. 1999.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu**: escritos em educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

NORRIS, P. **A Virtuous Circle**: political communications in post-industrial democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. **Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism**. New York: Cambridge University Press, 2002.

_____. **On message**: communicating the campaign. London: Sage, 1999.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NÚCLEO DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA. **Extensão/Cooperação**. Fortaleza, c2017. Disponível em: <<https://nucomufcsite.webnode.com.br/extens%C3%A3o/>> Acesso em: 15 nov. 2017.

O MUNICÍPIO que queremos. Pentecoste, c2017. Disponível em: <<http://mquequeremos.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. *In*: JACQUES, M. G. P. *et al.* **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, P. C.; CARVALHO, P. A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 37, p. 219-230, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n37/a06v17n37.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

OLSON, M. **The Rise and Decline of Nations**. New Haven: Yale University Press, 1982.

PIAGET, J. **A tomada de consciência**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

POLAT, R. K. The internet and Political Participation: Exploring the Explanatory links. **European Journal of Communication**, Londres, v. 20, n. 4, p. 29-48, mar. 2005.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS. **Ata de constituição do Projeto Educacional Coração de Estudante**. Pentecoste, 1998.

_____. **Nossa história**. Fortaleza, c2017. Disponível em: <http://www.prece.ufc.br/?page_id=373>. Acesso em: 2 jul. 2017.

_____. **O silêncio não é a melhor resposta**. Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://preceac.blogspot.com.br/2010/06/o-silencio-nao-e-melhor-resposta.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. **PRECE promove Encontro de Formação de Lideranças**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://preceac.blogspot.com.br/2013/12/prece-promove-encontro-de-formacao-de.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. **Quem somos**. Fortaleza, c2017. Disponível em: <http://www.prece.ufc.br/?page_id=368>. Acesso em: 23 jun. 2017.

PUTNAM, R. D. **Bowlin Alone: the collapse and Revival of American Community**. United States: Theda Skocpol e Morris P. Fiorina, 2000.

_____. Capital social e democracia: a vida comunitária anima o desenvolvimento político. **Braudel Papers**, São Paulo, n. 10, 1995.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, R. D. The Prosperous Community: social capital and public life. **The American Prospect**, [S.l.], n. 13, p. 35-42, 1993.

RAMOS, T. W. de S. **Programa de Educação em Células Cooperativas: prática e prece pela emancipação social de Pentecoste**. 2009. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

REIS, E. P. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

RENNÓ, L. Mensurando confiança interpessoal: notas acerca de um conceito multidimensional. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 4, p. 783-803, 2000.

_____. Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o Barômetro das Américas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 391-428, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n3/v54n3a05.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

RODRIGUES, F. A. A. **Instituto Coração de Estudante: educação e mudanças sociais, políticas e culturais em comunidades rurais em Pentecoste-CE**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/institutocoracaovalente.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROSE, R. **Getting Things Done with Social Capital: New Russia Barometer VII**. Glasgow: U. of Strathclyde Studies in Public Policy, 1998.

ROSO, A.; ROMANINI, M. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12203/9505>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ROTHSTEIN, B. Social Capital in the Social Democratic Welfare State. **Politics & Society**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 207-241, 2001.

SANTOS, F. F. S. dos. **Capital Social: vários conceitos, um só problema**. 2003. 85 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2403/59888.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, [S.l.], v. 13, n. 28, p. 200- 255, 2011.

SCHLEGEL, R. **Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente**. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SEIDL, E. Disposições a militar e a lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 21-39, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a03>>. Acesso em: 23 out. 2017.

SELIGSON, M.; RENNÓ, L. Mensurando Confiança Interpessoal: Notas acerca de um Conceito Multidimensional. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 783-803, 2000.

SENA, R. R.; DUARTE, E. D. Contribuições para a construção do percurso metodológico do Projeto CIPESC. In: CHIANCA, T. C. M.; ANTUNES, M. J. (Org.). **A Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde** Coletiva — CIPESC. Brasília, DF: Associação Brasileira de Enfermagem, 1999. p. 325-33.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 21, p. 187-226, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n21/2178-4884-rbcpol-21-00187.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SILVEIRA, A. F.; AMORIM, M. S. S. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 155-163, 2005.

SILVEIRA, O. M. C. **O unicórnio e o rinoceronte**: uma análise do ProJovem a partir da percepção de seus beneficiários. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/10611/1/Olivia%20Silveira.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

STOLLE, D. Bowling Together, Bowling Alone: The Development of Generalized Trust in Voluntary Associations. **Political Psychology**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 497-526, 1998.

STOLLE, D.; WELZEL, C. Social Capital, Communitarianism and Human Development: How Threatening is Rising Individual Self-Expression to Social Capital? **Delivery in 96th Annual Meeting**, Washington D.C., 2000.

TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos**: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Renavan, 1998.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Estudantes participam de seleção para atuar com aprendizagem cooperativa em escolas públicas**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <<http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2018/10810-estudantes-participam-de-selecao-para-atuar-com-aprendizagem-cooperativa-em-escolas-publicas>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

USLANER, E. M. Volunteering and social capital: how trust and religion shape civic participation in the United States. In: DEKKER, P.; USLANER, E. M. (Ed.). **Social capital and participation in everyday life**. London: Routledge, 2001. p. 104-117.

VASCONCELOS, C. **Capital Social e participação política**: um estudo de caso sobre os Atingidos por Hidrelétricas no Sul do Brasil. 2014. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103876/000934033.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 set. 2017.

VIEIRA, E. M.; XIMENES, V. M. Conscientização: em que interessa este conceito à Psicologia? **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 26, n. 52, p. 23-33, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/viewFile/19735/pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

WARREN, M. **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WOOCOLCK, M. Managing Risk and Opportunity in Developing Countries: the Role of Social Capital. *In*: RANIS, Gustav (Ed.). **The dimensions of development**. Yale: Center for International and Area Studies, 2000. p. 197-212.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Capital social: implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas de desarrollo. **The World Bank Research Observer**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 225-249, Aug. 2000.

WORLD BANK. **Social Capital Initiative**: working paper. n. 2-3, 1998. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **World Development Report 2000/2001**: attacking poverty. New York: Oxford University Press, 2001.

XIMENES, V. M.; LOPES, H. L.; ALVES, M. I. M. Núcleo de Psicologia Comunitária e Programa em Células Cooperativas: um encontro amoroso entre projetos de cooperação universitária. *In*: XIMENES, V. M.; AMARAL, C. E. M.; REBOUÇAS JR, F. G. **Psicologia Comunitária e Educação Popular**: Vivências de Extensão/Cooperação Universitária no Ceará. Fortaleza: LC, 2008. p. 11-24.

ANEXO A — QUESTIONÁRIO INTEGRADO PARA MEDIR O POTENCIAL DE CAPITAL SOCIAL EMANCIPATÓRIO E O EMPODERAMENTO CIDADÃO (QI-PCE)

Você está sendo convidado (a) por Tony Wérison de Sousa Ramos, aluno do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), a participar como voluntário (a) de uma pesquisa intitulada: “Capital social e participação política: a experiência de empoderamento cidadão de egressos da rede de associações do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE/CE)”, que tem como objetivo avaliar a Rede PRECE como uma manifestação ativa de capital social emancipatório e sua possível influência no empoderamento cidadão de pessoas que participaram dessa experiência no que se refere à elevação dos níveis de compromisso cívico e participação política na sociedade. Disponibilizamos um questionário a ser preenchido individualmente por você, onde serão feitas algumas perguntas que você poderá responder de forma livre. Não há respostas certas ou erradas e não haverá identificação do seu nome no questionário. Depois de respondido, o questionário se juntará a outros, para que possam ser analisados. Desde já, agradecemos a sua participação.

Esse questionário leva em torno de 15 minutos para o seu preenchimento completo.

- 1) Você sente que tem poder para tomar decisões importantes, que podem mudar o curso da sua vida?
 - a) Totalmente incapaz de mudar minha vida.
 - b) Geralmente incapaz de mudar minha vida.
 - c) Nem capaz, nem incapaz.
 - d) Geralmente capaz de mudar minha vida.
 - e) Totalmente capaz de mudar minha vida.

- 2) Hoje, você considera que tem quantos amigos próximos?
 - a) Ninguém.
 - b) Uma ou duas pessoas.
 - c) Três ou cinco pessoas.
 - d) Seis ou mais pessoas.

- 3) Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro, quantas pessoas, de fora de sua casa, estariam dispostas a fornecê-lo caso você pedisse?
- a) Ninguém.
 - b) Uma ou duas pessoas.
 - c) Três ou cinco pessoas.
 - d) Cinco ou mais pessoas.
- 4) Em geral, você se considera uma pessoa:
- a) Muito feliz.
 - b) Moderadamente feliz.
 - c) Nem feliz e nem infeliz.
 - d) Moderadamente infeliz.
 - e) Infeliz.
- 5) Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Utilize a escala para responder.

ESCALA	
1	Concordo totalmente
2	Concordo em parte
3	Nem concordo, nem discordo
4	Discordo totalmente

5.1) Pode-se confiar na maioria das pessoas.	
5.2) Ajudando os outros estamos ajudando a si próprios a longo prazo.	
5.3) Em minha comunidade é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem.	
5.4) Se um carro quebra perto de minha residência convido a pessoa para entrar em minha casa e usar meu telefone.	
5.5) A maioria de meus amigos estão dispostos a me ajudar quando preciso.	
5.6) Costumo visitar e conversar com a vizinhança frequentemente.	
5.7) Se estivesse cuidando de uma criança e tivesse que sair por um tempo pediria ajuda a meus vizinhos.	
5.8) Sinto segurança ao caminhar pelas ruas de meu bairro.	
5.9) Gosto de conviver com pessoas com diferentes estilos e opções de vida (orientação religiosa, opção sexual, etnia, etc.).	
5.10) Confio na maioria das pessoas do meu trabalho e/ou faculdade.	

6) Seguindo a escala gradativa de 0 a 10 (onde 0 é “não confia” e 10 “confia totalmente”), responda em que medida você confia nos seguintes grupos.

ESCALA: 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

6.1) Pessoas em geral.	
6.2) Seus familiares.	
6.3) Seus vizinhos.	
6.4) Seus amigos.	
6.5) Pessoas que você está tendo o primeiro contato.	
6.6) Pessoas de outras religiões.	
6.7) Pessoas de outras religiões.	
6.8) Pessoas de outros países (estrangeiros).	

7) Qual o seu nível de confiança nas instituições de acordo com a escala abaixo.

(1) Confia (2) Confia em parte (3) Confia pouco (4) Não confia

7.1) Governo Federal.	
7.2) Congresso Nacional.	
7.3) Governo Estadual.	
7.4) Governo Municipal.	
7.5) Partidos Políticos.	
7.6) Judiciário.	
7.7) Forças Armadas.	
7.8) Bombeiro.	
7.9) Polícia.	
7.10) Igrejas.	
7.11) Serviço Público.	
7.12) Grandes empresas.	
7.13) Jornais e revistas.	
7.14) Televisão.	
7.15) Sindicatos.	
7.16) Escola Pública.	
7.17) Associações comunitárias.	
7.18) Organizações humanitárias ou de caridade.	
7.19) Organização de mulheres.	
7.20) Organizações do meio ambiente.	

8) Como você se informa (tanto sobre assuntos políticos quanto assuntos gerais)?

(1) Sempre

(2) De vez em quando

(3) Nunca

8.1) Lê jornais.	
8.2) Lê revistas semanais ou mensais.	
8.3) Assiste TV (noticiários).	
8.4) Acessa internet (redes sociais, <i>sites</i> e <i>blogs</i>).	
8.5) Participando de reuniões na igreja.	
8.6) Participando de reuniões na comunidade (grupos, associações, etc.).	
8.7) Participando de reuniões em partidos políticos.	

9) Quando o assunto é política, em que medida você se considera interessado?

- a) Muito interessado.
- b) Pouco interessado.
- c) Não é interessado.

10) Em que medida é importante viver em um país que é governado de forma democrática?

- a) Totalmente importante.
- b) Importante.
- c) Nada importante.

11) Sobre a democracia no Brasil, você considera nosso país:

- a) Totalmente democrático.
- b) Um pouco democrático.
- c) Nada democrático.

12) Você votou nas últimas eleições municipais?

- a) Sim.
- b) Não.

13) No que se refere à participação das pessoas responda as assertivas de acordo com a escala abaixo.

(1) Sim	(2) Não
13.1) A participação das pessoas é importante para resolver os problemas do seu bairro/comunidade.	
13.2) A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação do seu	

bairro/comunidade.	
13.3) Você se reuniria com membros da comunidade para reivindicar ou entregar conjuntamente a membros do governo ou líderes políticos, pedindo algo em benefício da comunidade.	
13.4) Você estaria disposto em participar de um projeto na comunidade que não lhe beneficiaria diretamente, mas eu tem benefícios para outras pessoas e do seu bairro/comunidade.	
13.5) As pessoas participam de decisões que afetam a melhoria do seu bairro/comunidade.	

14) Que “bandeiras” ou causas você tem interesse atualmente (pode citar mais de uma se for o caso)?

- a) Nenhuma.
- b) Educação.
- c) Saúde.
- d) Cultura.
- e) Meio Ambiente.
- f) Questão Agrária (terra).
- g) Política.
- h) Raça/Etnia.
- i) Religiosa.
- j) LGBTT.
- m) Outros _____.

15) Você participa (ou já participou) de alguma organização listada abaixo.

(1) Participa

(2) Não

(3) Já participou

15.1) Associações comunitárias.	
15.2) Partidos Políticos.	
15.3) Sindicatos.	
15.4) Conselho Municipal.	
15.5) Fóruns Municipais.	
15.6) Organização Não Governamental (ONG).	
15.7) Grupo de Jovens (na igreja, na comunidade, etc.).	
15.8) Se participa de alguma organização ou grupo, cite-os.	

16) Nos últimos 12 meses, você realizou e/ou participou de alguma dessas atividades ou atos?

(1) Sim

(2) Não

16.1) Participou de uma reunião de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão?	
16.2) Encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou fez alguma reivindicação?	
16.3) Participou de um protesto ou manifestação?	
16.4) Participou de uma campanha eleitoral?	
16.5) Participou de alguma campanha informativa no meio virtual?	
16.6) Alertou algum jornal, rádio ou TV para denunciar um problema local?	
16.7) Notificou a justiça ou a polícia a respeito de algum problema local?	
16.8) Participou de algum abaixo assinado ou petição?	

17) Você participou de algum evento e /ou mobilização em sua comunidade local nos últimos 6 meses? (social, cultural, político, etc.)?

a) Sim, vários.

b) Sim, poucos.

c) Não participei.

17.1) Se participou, de que tipo (político, social, ambiental, cultural, etc.)?

18) No último mês, no que se refere às suas interações sociais cotidianas, responda de acordo com a escala abaixo:

(1) Sim

(2) Não

18.1) Encontrei pessoas em um local público para conversar, para comer ou beber.	
18.2) Algumas pessoas visitaram minha casa.	
18.3) Visitei algumas pessoas em suas casas.	
18.4) Me reuni com pessoas para praticar esportes ou atividades recreativas.	
18.5) A maioria as pessoas com quem me encontrei eram de religião e/ou grupo étnico diferentes.	
18.6) A maioria das pessoas com quem me encontrei eram de posição social e/ou econômica diferentes.	

19) Você pertence a alguma religião ou denominação religiosa?

- a) Não pertenço a nenhuma religião ou denominação religiosa
- b) Católico Apostólico Romano.
- c) Assembleia de Deus.
- d) Batista.
- e) Adventista.
- f) Presbiteriano.
- g) Igreja Universal do Reno de Deus.
- h) Espírita.
- i) Religiões de origem africana (umbanda, candomblé, etc.) .
- j) Outro _____.

20) Em que ano você ingressou na universidade?

Ano de ingresso _____.

21) Ao que ou a quem você atribui o seu ingresso na universidade? Marque as duas principais.

- a) À minha família.
- b) À minha escola do ensino médio (professores, gestores, colegas, etc.) .
- c) Ao meu esforço pessoal.
- d) À rede de apoio do PRECE.
- e) Às políticas governamentais de inclusão (cotas, expansão do ensino superior com o REUNI, PROUNI, FIES, etc.).
- f) Aos amigos com que eu convivia.

22) Na sua opinião o que é necessário para ingressar numa universidade?

Cite as três principais

- a) Dedicção aos estudos (esforço pessoal).
- b) Bons parceiros de aprendizagem.
- c) Oportunidades de aprendizagem (bons livros, bons professores, etc.) .
- d) Apoio familiar.
- e) Recurso financeiro.
- f) Fatores psicológicos (equilíbrio, concentração, disciplina para estudar).
- g) Capacidade intelectual (capital cultural).

23) Em que o ano que você concluiu o ensino superior.

Ano de conclusão _____.

24) Qual foi o ano (período) de seu ingresso no PRECE?

- a) 1994-1996 (fase inicial).
- b) 1996-2000 (organização institucional).
- c) 2001-2005 (multiplicação do PRECE para outras comunidades).
- d) 2006-2009 (politização do movimento).
- e) 2009-2011 (sistematização da metodologia do PRECE).
- f) 2012-2017 (ampliação de parcerias institucionais e difusão da metodologia).

25) Como você ingressou na Rede PRECE?

- a) Como membro sócio fundador de alguma associação estudantil.
- b) Fui convidado por algum membro da rede.
- c) foi por escolha própria.
- d) Outro _____.

26) Você participou de qual Escola Popular Cooperativa (EPC) do PRECE? Marque mais de um caso tenha participado.

- a) Apuiarés.

- b) Boa Vista.
- c) Canafístula.
- d) Cipó.
- e) Estrela D'Alva.
- f) Miguá-Terra.
- g) Fortaleza.
- h) General Sampaio.
- i) Muquém.
- j) Ombreira.
- l) Paramoti.
- m) Pentecoste.
- n) Pirambu.
- o) Providência.
- p) Serrota.
- q) Umirim.
- r) Xixá.

27) Ao ingressar na universidade, você chegou a retornar à comunidade para desenvolver atividades voluntárias em alguma EPC da rede PRECE? (Caso a resposta seja NÃO, passe para a questão 29) .

- (1) Sim (2) Não

28) Em que projetos você participou na Rede PRECE? (Você pode marcar mais de um item se for o caso).

- a) Projetos de ação afirmativa (Pré-Vestibular Cooperativo, Pré-Enem, etc.).
- b) Projetos na área de Controle Social e Governança (Observatório do Eleitor, GDPAC, Formação Política, etc.).
- c) Projetos na área de Comunicação Social (Programa de Rádio Coração de Estudante, Programa de Rádio Educação em Debate, Jornal Tribuna de Estudante, etc.).
- d) Projetos de Apoio à Escola Pública (Estudante Ativo, estudante Cooperativo).
- e) Projetos de Empreendimentos e Arranjos Produtivos Locais, Agroecologia e Alimentação Saudável.
- f) Projetos na área de Meio Ambiente (Comunidade Limpa, Censurado).

- g) Projetos na área de Saúde, Esporte e Cultura (Educação e Saúde da Mulher do Campo, Cinéfilo, Cinema Comunitário, Projeto Movimento-se, etc.).
- h) Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- i) Projeto Memorial do PRECE.
- j) Outros _____.

29) Quanto tempo você esteve ligado à(s) EPC(s) da Rede PRECE?

- a) 1 ano apenas.
- b) de 2 a 5 anos.
- c) de 6 a 10 anos.
- d) de 11 a 15 anos.
- e) de 16 a 21 anos.

30) Qual foi o(s) benefício(s) de ter feito parte do PRECE? Pode citar, caso haja, mais de um benefício.

- a) Colaborou decisivamente para meu ingresso na universidade.
- b) Potencializou minha rede pessoal garantindo acesso a informações e serviços.
- c) Adquiri mais responsabilidade profissional.
- d) Me tornei uma pessoa mais engajada com os problemas de minha comunidade.
- e) Colaborou para minha formação profissional me tornando uma pessoa mais competente para trabalhar em equipe.
- f) Adquiri mais reconhecimento na comunidade por participar do PRECE.
- g) Não adquiri nenhum benefício em participar do PRECE.

31) Atualmente, você ainda mantém algum contato com membros ou egressos do PRECE? Se “não” passe para a questão 33.

- a) Sim, frequentemente.
- b) Sim, pouco contato.
- c) Não.

32) Se mantém algum contato, caracterize-o.

- a) Você mantém contato frequente, interagindo em espaços públicos e através das redes sociais e/ou *e-mail*.

- b) Você mantém contato ocasionalmente interagindo em espaços públicos e/ou eventos da comunidade.
- c) Você mantém pouco contato, às vezes através de grupos e redes sociais.

33) Qual a sua idade?

- a) de 18 a 24 anos.
- b) de 25 a 29 anos.
- c) de 30 a 34 anos.
- d) de 35 a 39 anos.
- e) de 40 a 44 anos.
- f) de 45 a 49 anos.
- g) de 50 a 54 anos.
- h) de 55 a 59 anos.
- i) de 60 a 64 anos.

34) Sexo

- a) M
- b) F

35) Qual a cidade onde você mora atualmente?

- a) Pentecoste.
- b) Apuiarés.
- c) Paramoti.
- d) Umirim.
- e) Fortaleza.
- f) Outros _____.

36) Qual é a sua situação profissional no momento atual?

- a) empregado assalariado.
- b) autônomo/por conta própria.
- c) profissional liberal.
- d) empregador.
- e) estudante (2ª graduação/pós graduação).

- f) funcionário público.
- g) desempregado.

37) Qual é a sua renda média mensal?

- a) sem renda.
- b) menos de um salário mínimo.
- c) de 1 a 2 salários mínimos.
- d) de 2 a 3 salários mínimos.
- e) de 3 a 4 salários mínimos.
- f) de 4 a 5 salários mínimos.
- g) de 5 a 7 salários mínimos.
- h) de 7 a 10 salário mínimo.
- i) de 10 a 20 salários mínimos.
- j) mais de 20 salários.

37.1) Caso esteja trabalhando, onde trabalha?

38) Quais valores você considera mais importantes para a sociedade? Cite os três mais importantes.

- a) Respeito.
- b) Tolerância.
- c) Cooperação.
- d) Solidariedade.
- e) Benevolência.
- f) Honestidade.
- g) Altruísmo.
- h) Coerência.
- i) Confiabilidade.
- j) Sinceridade.
- l) Companheirismo.
- m) Amabilidade.
- n) Generosidade.
- o) Outros _____.

39) A quem você atribui a aquisição desses valores? Cite os dois que mais contribuem para essa aquisição.

a) À Igreja.

b) À Família.

c) Aos meios de comunicação.

d) À Escola.

e) Aos Amigos.

f) À Comunidade.

g) Ao Trabalho.

h) Outros _____.

40) Você percebe alguma influência do PRECE no que se refere à aquisição de valores e atitudes que contribuem para a sua vida pessoal, social e/ou profissional atualmente? Se SIM, cite que valores e atitudes que internalizou por conta de sua participação.

ANEXO B — ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

Inicia-se com uma apresentação de todos os participantes do grupo com a identificação do nome, idade, curso que esteja fazendo ou formação superior (se tiver), trabalho que realiza no presente, EPC em que participou e projetos que desenvolveu.

- **Participação e interesse pela política** (Objetivo: identificar interesse pela política e satisfação com a democracia).
 - Vocês se consideram pessoas que tem interesse sobre política? Por quê?
- **Empoderamento cidadão e ação política** (identificar o nível de empoderamento cidadão).
 - Vocês se consideram pessoas que tem predisposição de reivindicar, tomar parte, influenciar, responsabilizar instituições que afetam suas vidas?
- **Participação política** (identificar níveis de participação política).
 - Você é aquela pessoa apenas vota na época da eleição ou participa de outras formas (manifestação, abaixo-assinado, petições, etc.)?
- **Influência do PRECE** (identificar a influência do PRECE como um espaço de socialização política).
 - O que o PRECE representa ou representou para você?
 - Até que ponto você considera que a sua participação no PRECE contribuiu para a internalização de valores, normas, regras sociais que contribuíram para sua vida profissional e sua formação cidadã?
 - Até que ponto o processo educativo do PRECE contribui para o estabelecimento de um comportamento participativo frente a questões de interesse coletivo?
 - Vocês participaram de alguns dos projetos e ações citados abaixo? Se sim, falem sobre sua participação e os impactos desses projetos no PRECE na comunidade, se conseguiram alcançar os objetivos propostos.
- ✓ Grupo de Desenvolvimento Político e Ação Comunitária
- ✓ Parceria com o Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM)
- ✓ Fórum Municipal de Segurança
- ✓ Observatório do Eleitor
- ✓ Cursos de Formação Política em parceria com a EFG

- ✓ Trabalho do PRECE com as Centrais de Associações de Pentecoste (UAVRC, COAMPE), Núcleo de Apoio ao Produtor Rural (NAPR), Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL)
- ✓ Programa de Rádio “Coração de Estudante” e “Educação em Debate”
- ✓ Movimento em Defesa da Escola Pública
- ✓ Movimento Município Que Queremos
- Até que ponto vocês consideram que a participação no PRECE influenciou o comportamento político das pessoas que passaram pelo Movimento?
- Os projetos desenvolvidos pelo PRECE contribuíram para uma mudança na cultura política do município?
- Como vocês avaliaram a participação de pessoas oriundas do PRECE na política partidária?

Finalização

Qual foi a maior contribuição (impacto) do PRECE para o município? Vocês gostariam de acrescentar mais alguma informação?